



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Daniele Cordeiro Motta

**DESVENDANDO MITOS: AS RELAÇÕES ENTRE “RAÇA” E CLASSE NA
OBRA DE FLORESTAN FERNANDES**

Campinas, SP
2012



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Daniele Cordeiro Motta

**DESVENDANDO MITOS: AS RELAÇÕES ENTRE “RAÇA” E CLASSE NA
OBRA DE FLORESTAN FERNANDES**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

CO-ORIENTADO: Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço e co-orientação do Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior, para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Sociologia defendida por Daniele Cordeiro Motta

Prof.Dr. Fernando Antonio Lourenço
Orientador

Campinas, SP
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

M858d	<p>Motta, Daniele Cordeiro, 1986- Desvendando mitos: as relações entre “raça” e classe na obra de Florestan Fernandes / Daniele Cordeiro Motta. - - Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Fernando Antonio Lourenço. Coorientador: Plinio de Arruda Sampaio Junior Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Fernandes, Florestan, 1920-1995. 2. Pensamento. 3. Raças. 4. Classes sociais. I. Lourenço, Fernando Antonio, 1955- II. Sampaio Junior, Plinio de Arruda, 1957- III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.</p>
-------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Revealing myths: relations between “race” and class in
to Florestan Fernandes

Palavras-chave em inglês:

Thought

Race

Social classes

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Fernando Antonio Lourenço [Orientador]

Elide Rugai Bastos

Maria Orlanda Pinassi

Data da defesa: 05-12-2012

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

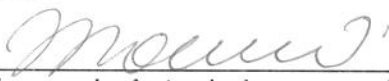
Daniele Cordeiro Motta

**DESVENDANDO MITOS: AS RELAÇÕES ENTRE RAÇA E CLASSE NA
OBRA DE FLORESTAN FERNANDES**

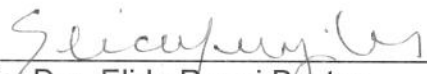
Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação de Mestrado em Sociologia defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em 05/12/2012

BANCA EXAMINADORA:

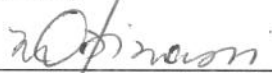
TITULARES:



Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (orientador)
DS/IFCH/Unicamp



Profa. Dra. Elide Rugai Bastos
DS/IFCH/Unicamp



Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi
UNESP

SUPLENTES:

Prof. Dr. Silvio Cesar Camargo – DS/IFCH/Unicamp

Prof. Dr. Helio Azara de Oliveira – UACS/UFCG

Dezembro/2012

201307328

Resumo

Este trabalho se propõe a analisar as relações entre raça e classe na obra de Florestan Fernandes. Para tal analisamos a construção histórica das categorias usadas pelo autor através da leitura dos livros que vão desde a Integração do negro na sociedade de classes (1964) até a Revolução Burguesa no Brasil (1975), passando por outras obras escritas entre as décadas de 1960 e 1970. Pensaremos, portanto, as importantes modificações teóricas na obra do autor a partir das transformações do cenário sociopolítico brasileiro.

À luz da formação de sociedade de classes no Brasil a nossa reflexão sobre a obra de Florestan focaliza as permanências do “passado no presente”. Por isso, a análise do legado da escravidão e suas conseqüências no plano econômico, social, político, cultural e moral conduziram a nossa reflexão para pensarmos as limitações e dificuldades enfrentadas pela “população negra” no Brasil e, dessa forma, refletirmos a respeito das imbricações entre raça e classe na formação social brasileira.

Abstract

This study aims to analyze the relationship between race and class in the work of Florestan Fernandes. Therefore we analyzed the historical construction of the categories used by the author in the books like *A Integração do negro na sociedade de classes* (1964), *Revolução Burguesa no Brasil* (1975), passing through other works written between the 1960s and 1970s. We think, therefore, important changes in the theoretical work of the author from the socio political transformations of Brazilian scene.

In light of the formation of class society in Brazil our reflection about the work of Florestan focuses on the permanence of the "past in the present." Hence, the analysis of the legacy of slavery and its consequences at the plan economic, social, political, cultural and moral, led our reflection to evaluate the limitations and difficulties faced by the black population in Brazil and thus we reflect about the imbrications between race and class in Brazilian social formation.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente a CNPq pelo financiamento que tornou possível essa pesquisa.

Ao meu co-orientador Plínio por ter me orientado não só nessa presente pesquisa, mas por todas as conversas, e, principalmente, pela formação e amadurecimento intelectual que pude obter nas suas aulas.

Ao meu orientador Fernando Lourenço, por todas as nossas prosas em que me orientou pacientemente durante esses anos.

Agradeço aos meus orientadores pela confiança que tiveram no desenvolvimento desse trabalho e pela troca.

A tod@s funcionári@s do IFCH, que durante esse longo caminhar me fizeram companhia pelo instituto nos difíceis dias de escrita, sempre prontos para me ajudarem e para prosearchem. Fazendo com que os dias de trabalho se tornassem menos árduos.

Não posso deixar de agradecer a professora Maria Orlanda, não só pelas contribuições já feitas no exame de qualificação, mas também por estar presente na minha formação enquanto estudante na saudosa FCL em Araraquara. Não me esquecerei jamais da sua presença em 2007, quando levados à delegacia por ocasião da ocupação da diretoria da faculdade, se mostrou do nosso lado todo o tempo, madrugada afora.

A professora Elide, por todas as contribuições feitas na qualificação, mas também por ter suscitado a questão racial como importante objeto de estudo da realidade brasileira durante suas aulas. Você é, sem dúvida, uma importante referência para mim.

Aos meus pais, por terem me apoiado todo esse tempo muitas vezes mesmo sem entender direito o meu ofício enquanto socióloga e pesquisadora.

A tod@s meus amigos, que foram a família e o refúgio durante todos esses anos em que estive na Universidade.

Gostaria de agradecer a todas as meninas da Kzona (da nova e da velha geração), meu aconchegante lar em Araraquara, em especial à Axé, Inca, Bola, Fer e QQ. Com vocês aprendi que pensando e agindo coletivamente podemos ir muito mais além. A Nati, das poucas colegas de turma que ainda continua presente na minha vida, agradeço todos os momentos em que pudemos passar juntas e dividir as angústias e dúvidas que se criaram nesse processo de aprendizado e de rupturas que o curso de Ciências Sociais nos trouxe.

A Fran, sem dúvida a grande incentivadora para meu caminho nos estudos. Agradeço a todos os momentos em que pude contar com você para todos os percalços do dia a dia. Sua companhia foi um importante alento para seguir em frente.

As meninas do Futeka, que com a bola no pé e o futebol arte feminino trouxeram momentos de grande alegria e euforia à minha estadia em Barão Geraldo. Agradeço especialmente a Debora Minera, Mari Teka, Paulinha e Lauren; que além de companheiras de equipe, se tornaram grandes amigas.

Ao Helinho, por todos os momentos em que esteve presente na minha vida, pelo bom futebol, pelas discussões teórico-filosóficas e pela vadiagem.

Aos companheiros de estudo de Araraquara, que suscitaram curiosidades e inquietações para seguir em frente, agradeço a Laura, ao Kurtina e a Leticia.

Agradeço também aos novos companheiros de estudo, que no momento em que minha cabeça só pensava na questão racial, me trouxeram de volta ao importante debate sobre o desenvolvimento brasileiro. Valeu pelas conversas, Barba, Dorfo, Viet e Andriei.

A Nara, companheira oficial de viagens, importante amiga nos bons e maus momentos vividos em Barão Geraldo.

A todos do Veraneio, meu segundo lar em Barão Geraldo, valeu Minera, Japa, Lelê, Bibian, Julian e Gabi.

A Julinha, Danita, Vera, Jana, Luciana, Julia Scaglioni mulheres de fibra importantes na minha vida.

Ao João, Ana e Miri companheiros de casa, que me aguentaram esse tempo todo, morando comigo sem me matar.

Agradeço também aos “novos” amigos que chegaram já com o trem em movimento, mas que certamente seguirão viagem comigo por aí afora. Por toda a força que me deram nesse momento final, valeu mesmo Rafa, Elaine e Fabio!

Por fim, agradeço as meninas do samba. Nesses últimos tempos, sempre que batucávamos juntas sentia meu espírito preenchido de tranquilidade, mesmo nos momentos em que estava com a cabeça cheia de teoria, dúvidas e angústias.

Lincharam um homem
Entre os arranha-céus,
(Li no jornal)
Procurei o crime do homem
O crime não estava no homem
Estava na cor da sua epiderme.

(Solano Trindade – Civilização branca)

Lista de Abreviações:	9
Nota introdutória	11
Capítulo I: Da demora cultural ao capitalismo dependente	15
1. Apresentação e contextualização do pensamento de Florestan Fernandes	15
1.1. O mito da democracia racial.	15
1.2. As possibilidades da modernização: a crença no desenvolvimento democrático e nacional	19
O golpe de 1964: rupturas de Florestan	22
2. Perspectiva analítica	26
2.1. Pressupostos	26
2.2. Bases teóricas: da demora cultural ao capitalismo dependente	30
2.2.1. A influência de Marx.....	34
2.2.2. A influência de Weber.....	40
2.2.3. A influência de Durkheim.....	44
3. Padrão de desenvolvimento dependente	47
Cap. II: A formação da sociedade de classes no Brasil	53
1. A particularidade do regime de classes no Brasil	53
1.1 Estamentos, castas e classes na formação social brasileira	56
2. A formação da classe burguesa brasileira: consolidação da burguesia dependente	61
3. O processo abolicionista: “dos brancos e para os brancos”	71
3.1. O Legado da escravidão	77
4. As dificuldades de integração	79
4.1. Ausência de socialização	81
4.2. O “negro” no mercado de trabalho	83
4.3. A família desintegrada: reflexões sobre a família no “meio negro”	88
Cap. III: Regime de classes e questão racial	97
1. Capitalismo dependente e mercado de trabalho	97
2. Classe trabalhadora em formação	100
3. A ascensão social da população negra	109
3.1. Processos de integração	110
4. O Mito do crescimento econômico	121
5. “Raça” é classe!?	128
Considerações finais	131
Bibliografia:	137

Lista de Abreviações:

ESGA	<i>Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada</i>
SERS	<i>A Sociologia numa era de revolução social</i>
INSC I	<i>A Integração do negro na sociedade de classes, Volume I</i>
INSC II	<i>A integração do negro na sociedade de classes, Volume II</i>
SCS	<i>Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento</i>
CDCSAL	<i>Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina</i>
RBB	<i>A Revolução Burguesa no Brasil</i>
CF	<i>Circuito Fechado</i>
NMB	<i>O Negro no mundo dos brancos</i>

Nota introdutória

O presente estudo tem como objetivo geral o entendimento do pensamento de Florestan Fernandes. O nosso objetivo específico foi entender como o autor versava sobre a particularidade do desenvolvimento socioeconômico brasileiro e a formação do regime de classes no Brasil. Ao longo do trabalho percebemos que tal entendimento da obra de Florestan Fernandes, assim como da sociedade brasileira como um todo, deveria passar, necessariamente, pela questão racial. Dessa forma, nosso estudo se desenvolveu, até por indicação da banca de qualificação e dos orientadores, na perspectiva de articular as relações entre “raça”¹ e classe no pensamento de Florestan Fernandes.

Dessa forma, o central para que possamos entender a formação social brasileira a partir do pensamento do autor é analisarmos a transição da ordem social escravocrata e senhorial para a ordem social competitiva. A partir disso sublinhamos as diferentes formas de relações econômicas, políticas e sociais em que o “passado se reproduz no presente”, articulando as esferas “arcaicas” e “modernas”, revitalizando os privilégios dos setores dominantes e sua conseqüente segregação social e racial. Florestan aponta para as características específicas da formação social brasileira, bem como suas conseqüências para a formação das classes sociais no país, faz isso a partir da colonização e da escravidão.

Para tal nos debruçamos sobre diferentes obras do autor, entre as décadas de 1960 e 1970 a fim de compreendermos o processo histórico do capitalismo dependente. Por isso, a análise da sociedade brasileira aqui presente se estende até 1964, marco final do processo de consolidação da revolução burguesa no Brasil para Florestan Fernandes.

No período em que o autor escreveu os livros que analisamos o cenário sociopolítico brasileiro sofreu modificações importantes que influenciaram diretamente seu pensamento. Dessa forma, entendemos que algumas análises de importantes questões presentes na Integração do negro na sociedade de classes são superadas com a publicação de *A Revolução Burguesa no Brasil*. Esta última em decorrência dos eventos políticos porque passou o autor, ilustra sua radicalização teórica e política.

Não propomos aqui a análise da obra de Florestan de forma cronológica, pois entendemos que visto à luz da concepção do capitalismo dependente, estudado pelo autor durante toda a década de 1960 (que tem sua consolidação na publicação da *Revolução*

burguesa no Brasil), a questão racial e a tese da Integração do negro na sociedade de classes ganha uma importância ainda maior. Isso porque as relações e as desigualdades raciais sob o olhar das estruturas específicas do capitalismo dependente nos ilustram a correlação existente entre “raça” e classe na formação histórico social brasileira.

Por isso ao apresentarmos a tese do autor sobre a formação e consolidação da sociedade de classes apontaremos para a problemática racial que já se colocava no momento da transição para o trabalho “livre”, e os dilemas enfrentados pelos ex-agentes do trabalho escravo na sociedade de classes.

No primeiro capítulo apresentamos um pouco do que consideramos essencial para o estudo do pensamento de Florestan Fernandes. Para isso retomamos um pouco o percurso e as rupturas do autor ao longo do processo sociopolítico brasileiro, já que a análise do pensamento social não deve estar descolada do seu contexto histórico. Dessa forma, procuramos compreender sua trajetória na Universidade de São Paulo nos estudos coletivos em que participou, tendo em vista que esses foram de grande importância para o seu desenvolvimento intelectual. A partir disso, expomos algumas considerações sobre a perspectiva analítica do autor, ancorada na leitura dos clássicos da Sociologia – Marx, Weber e Durkheim – a partir da perspectiva da sociedade brasileira. Ou seja, como o autor pensa a contribuição dos clássicos para a explicação sociológica da realidade brasileira, articulando um sistema explicativo próprio, na qual expomos o que consideramos serem os princípios básicos para a explicação da formação social segundo o pensamento de Florestan.

Seguindo com o nosso estudo, no segundo capítulo procuramos apontar as particularidades que o autor apresenta para pensarmos a estrutura social brasileira. Fizemos isso a partir da apreensão do autor sobre as categorias de casta, estamento e classe. O padrão de formação das classes antagônicas no Brasil atendeu a padrões muito específicos, onde vestígios do passado foram se modernizando e se amalgamando com a expansão modernizadora. Sem condições de repetir a história da revolução burguesa clássica, a análise visa compreender os interesses de classes envolvidos na revolução burguesa brasileira. Isso posto, apontamos para as debilidades e deformações do regime de classes sob o capitalismo dependente, mostrando a formação da burguesia brasileira como a classe social que, no período histórico analisado, teve força política organizada para lutar pelos

seus interesses. Em contraponto refletimos sobre o “outro lado”, o legado da escravidão e seus efeitos na sociedade de classes que vinha se formando no Brasil. Para tal apresentamos a visão do autor sobre o processo abolicionista e as conseqüências que tal processo apresentou para a população de ex-escravos. Dessa forma, refletimos sobre o padrão de relação social entre as distintas camadas sociais, e os interesses envolvidos na manutenção dos “vestígios arcaicos” presentes na sociedade brasileira.

Por fim, no terceiro capítulo tentamos sistematizar o que Florestan tematizou sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil, ou sobre a dificuldade da formação, visto que o processo social deixou à margem amplos setores sociais, tratados pelo autor como condenados. Para tal, situamos os diferentes momentos do desenvolvimento do capitalismo no país, as dificuldades encontradas pelos “negros” e “mulatos”, suas perspectivas de organização e superação da situação de marginalidade que se criou. Com isso, a necessidade da superexploração do trabalho no Brasil foi vista à luz do que pensamos ser a tese fundamental de Florestan sobre a questão: o paralelismo entre “raça” e classe que se criou no desenvolvimento histórico-social. A formação da classe trabalhadora foi então articulada ao processo de integração/não integração dos ex-escravos ao trabalho “livre”.

Nosso esforço empreendido nesse trabalho visou estabelecer, portanto, como Florestan Fernandes elaborou em seus textos o complexo processo histórico-social de formação da sociedade de classes através do tipo específico de capitalismo que se estabeleceu no país. Feito isso, pensamos o dinamismo desse capitalismo específico na formação e relação entre as classes no Brasil, enfocando a questão da necessidade da superexploração da força de trabalho, esta marca a debilidade estrutural da classe trabalhadora brasileira. Nosso intuito era entender sua relação com a escravidão, e suas potencialidades e debilidades para lutar pelos seus interesses no cenário político-social brasileiro. Por último questionamos as possibilidades da população brasileira participar das “promessas do desenvolvimento”. Pensando dessa forma, a obra de Florestan Fernandes desmistifica a “democracia racial” e o crescimento econômico como solução das mazelas do povo brasileiro.

Capítulo I: Da demora cultural ao capitalismo dependente.

É!
A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão¹

1. Apresentação e contextualização do pensamento de Florestan Fernandes

Entender o pensamento de um autor é também entender o debate intelectual e os fatos sociopolíticos do período em que esse autor se formou. Por isso, ao estudarmos a obra de Florestan Fernandes, devemos, simultaneamente, entender a herança intelectual em que o autor se apóia e/ou contesta, o contexto sociopolítico em que se formava seu pensamento e o debate intelectual da época em que o autor se inseriu. Entendemos, portanto, que o pensamento não só de Florestan Fernandes, mas de qualquer intelectual não deve ser pensado autonomamente, é preciso entender o pensamento e as idéias como produto de um determinado contexto social.

A obra de Florestan Fernandes, por sua vez, é vasta e responde a uma variedade de temas. Situiremos aqui algumas perspectivas do autor a partir do momento em que passou a estudar a questão racial no país. Essa escolha foi feita por nós por conta do período da obra do autor aqui estudada, mas também porque entendemos que a obra *A integração do negro na sociedade de classes* marcou um avanço no pensamento sociológico sobre a questão racial e rompeu com a reflexão sociológica precedente². Essa ruptura se deu em relação à perspectiva analítica e, conseqüentemente, ao diagnóstico da situação social dos negros e mulatos imperantes até então.

1.1. O mito da democracia racial.

O negro surgiu como objeto de pesquisa para Florestan Fernandes por meio de um convite feito por seu professor, Roger Bastide, para participar da pesquisa da UNESCO

¹ Gonzaguinha, É.

² Cf. Bastos, 2002.

sobre o preconceito racial no Brasil³. Tal estudo começou nos anos 1950, marcou a perspectiva do autor para a interpretação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, conseqüentemente, da sociedade de classes. Esta passaria a ser pensada pelo autor a partir da herança deixada pela escravidão negra. É a partir dos dados coletados na década de 1950 com a pesquisa da UNESCO que Florestan vai elaborar sua tese sobre a integração do negro na sociedade de classes defendida no ano de 1964⁴. *A Integração do negro na sociedade de classes* marcou o segundo momento do tratamento da questão racial pelo autor, pois foi quando Florestan relacionou de modo mais amplo a questão racial ao desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil. Em entrevista à Folha (1995) o próprio Florestan diz:

A Integração do negro na sociedade de classes é o trabalho mais importante que fiz, tanto em termos empíricos quanto teóricos. O título já é dialético, pois fala da integração que não houve. É um recurso descritivo de muita importância. A integração deveria ser o processo real, mas o que houve foi uma incorporação parcial, com uma segregação muito intensa.

Até então o debate sociológico sobre a questão racial no Brasil era hegemonizado pela visão apresentada por Gilberto Freyre⁵. Foi a partir da análise das relações íntimas que ocorriam na esfera da família patriarcal que Freyre procurou entender os elementos formadores da sociedade brasileira. É com esse ponto de partida que Gilberto Freyre ao analisar a interação entre as diferentes “raças” que compõe a diversidade social brasileira vai defender a idéia de que essas convivem em harmonia no Brasil, sendo o “negro”, tanto quanto o “branco” colonizador do país. O autor frisa o fato de as mudanças sociais no Brasil ocorrerem sem uma ruptura com as estruturas precedentes, isso seria um indicativo

³ A pesquisa da UNESCO foi feita em diversos estados do Brasil, com a participação de diversos intelectuais em cada região. Roger Bastide era o responsável pela pesquisa em São Paulo. A publicação de Roger Bastide e Florestan Fernandes – “Negros e brancos em São Paulo – teve uma edição prévia na Revista Anhembi, 1953. O texto foi publicado em 1955 pela Editora Anhembi.

⁴ Na nota explicativa do livro Florestan diz: “Este trabalho foi escrito com vistas à obrigação do autor de se submeter às provas de concurso da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ele teve de ser elaborado um tanto às pressas, entre janeiro de 1963 e abril de 1964. Embora nesse período o autor só se dedicasse a esse mister, a coleta de dados, feita principalmente em 1951, e sua classificação e tratamento analíticos puderam ser concluídos com mais vagar e de forma mais apurada”. (FERNANDES, 2006, p. 21)

⁵ Cabe ressaltar, entretanto, a importância de Gilberto Freyre para o tratamento da questão racial. O autor, ainda que ao estudar a relação entre brancos e negros afirmou a existência da democracia racial, foi de grande importância para superar as teses racistas que buscavam legitimar a escravidão a partir da afirmação da inferioridade da “raça negra”. Cf. Bastos 2006, p. 171.

do fato de haver no país uma convivência harmônica dos diferentes atores sociais, o que caracterizaria a democracia étnica⁶.

Florestan, ao analisar a questão racial no Brasil, rompe com a visão de Gilberto Freyre primeiro pela forma de análise; este último ao partir de uma perspectiva micro da análise do social (como a esfera da casa grande e da senzala, ou mesmo dos gostos e hábitos alimentares) apresenta uma visão unilateral do processo. Segundo o autor:

(...) essa unilateralidade [dos investigadores brasileiros] nasce da redução do macrocosmo social inerente à plantação ou ao engenho e à fazenda. Para uma análise sociológica que se volta para as totalidades, a economia de plantação faz parte de um contexto histórico estrutural inclusivo e determinante; o problema central não consiste em explicar um ou outro, mas ambos. Portanto, temos que considerar a economia de plantação em dois níveis simultâneos e interdependentes: todo um complexo de relações comunitárias e societárias que articulava a várias estruturas econômicas, sociais e de poder, ou seja, as várias formas de dominação (CF, p. 71).

Florestan desloca o debate sobre o “negro” do campo da cultura para o campo da organização social⁷. Essa não é uma questão pouco importante, pois a discussão sobre o negro é fundamental para pensarmos a formação e a emergência do “povo” brasileiro na história do país, como o próprio autor coloca no prefácio de seu livro *Integração do negro na sociedade de classes*.

O problema racial colocado sob a perspectiva da formação da sociedade capitalista envolve a problemática da questão nacional, pois para Florestan a questão racial tem uma importância relevante na análise da sociedade como um todo. Por isso, ainda que perceba as especificidades da questão racial, não a trata de forma autônoma, essa é uma questão metodológica crucial para o entendimento da sociologia de Florestan, nas palavras do autor:

na atuação dos seres humanos – e não na cultura – é que residem, pois, os fatores explicativos dos fenômenos sociais. (...) as diferenças culturais são representativas das condições de existência social em sociedade de classes; mas, é a organização social destas que determina a função das diferenças culturais (CF, p. 82).

⁶ Para uma análise completa sobre a obra de Gilberto Freyre Cf. Bastos 2006.

⁷ Cf. Bastos, 1991, p. 37

Isso coloca a questão racial sob um viés ainda mais complexo, pois está diretamente associada com a formação da sociedade capitalista e do regime de classes no Brasil, sendo um elemento essencial para pensarmos a formação social. Por isso, para tratar do problema do “negro” é preciso pensá-lo junto ao processo de modernização do país.

Essa nova perspectiva analítica marcou profundamente o debate sobre o negro no Brasil, e apontou para um novo diagnóstico da situação social, revelando o “mito da democracia racial”⁸.

A idéia da democracia racial foi usada pela primeira vez na década de 1940 por Arthur Ramos. Nesse mesmo período Roger Bastide⁹ também fazia uso da expressão¹⁰. A idéia presente na democracia racial indicava que no Brasil não havia preconceito e discriminação por conta da cor, ou seja, que o valor e o mérito pessoal não estariam subordinados ao grupo racial a que pertencia. A gênese da idéia de que o padrão de relacionamento racial no Brasil era democrático é sustentada pela obra de Gilberto Freyre.

A tese do “mito da democracia racial” foi difundida não só por Florestan, mas pelo grupo uspiano¹¹, rompendo com o conservadorismo das teses raciais anteriormente difundidas no Brasil¹², que propagavam a idéia de que havia um relacionamento

⁸ Ver *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Cap. III, tópico 1: o mito da “democracia racial”

⁹ Roger Bastide ao fazer uso da expressão mostra a forte influencia de Gilberto Freyre. No entanto, Bastide vai modificar sua opinião ao participar do projeto da UNESCO sobre as relações raciais no Brasil junto com Florestan Fernandes, na década de 1950. O próprio Florestan em entrevista à Folha (publicada no ano de 1995) diz sobre Bastide: “Ele interpretava o Brasil da maneira mais civilizada possível. E aceitava os estereótipos, as auto-avaliações correntes. Eu já vinha predisposto a trabalhar contra elas. Para haver ajustamento entre nós, sugeri a idéia de um continuum, em que a intensidade de discriminação poderia variar de zero até um máximo “x”. Indivíduos brancos e negros podem se colocar nesse continuum. É o que acontece. Não há padronização. Encontra-se gente mais aberta ao convívio inter-racial, gente mais fechada. Gente que discrimina, gente que não discrimina. Era preciso uma hipótese como esta para nós podermos trabalhar sem conflito”.

¹⁰ Para maiores informações sobre o uso da expressão “democracia racial” ver Guimarães 2006.

¹¹ Queremos destacar apenas dois alunos do Florestan Fernandes que produziram importantes textos sobre o tema, que resultaram parcial ou totalmente do projeto da UNESCO e ajudaram a difundir a concepção de Florestan: Octavio Ianni: *As metamorfoses do escravo* (1962), *Raças e classes sociais no Brasil* (1966); e Fernando Henrique Cardoso: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962). Juntos Ianni e Cardoso ainda escreveram *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960).

¹² “A crítica dirige-se diretamente à obra de Gilberto Freyre. Vários estudiosos desse autor apontam para o fato da expressão não figurar em seus livros, constatando, assim, uma “atribuição” de Florestan que não corresponderia à posição daquele autor. Na verdade, aparece na obra de Gilberto inúmeras vezes a expressão “democracia étnica” associada à idéia de democracia social. O fato de Florestan retomar o termo “racial” substituindo “étnico” tem embutida uma crítica a uma sociologia aparentemente esvaziada de conteúdo político. Absorvendo a argumentação dos movimentos negros que retomam politicamente a expressão “raça” como forma de conscientização sobre a situação social vivida pelos seus membros” (BASTOS, 2002: 193).

democrático entre as diferentes etnias, negando a existência do preconceito racial. A crítica de Florestan Fernandes é uma resposta direta à tese de Gilberto Freyre.

Esse novo diagnóstico sobre o negro no Brasil é de grande importância, pois muda a direção não só da análise social, mas dos caminhos políticos a serem enfrentados por esse setor da população brasileira. Essa questão marcou profundamente sua análise sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, sempre levando em conta as possibilidades e dificuldades de integração desse setor da sociedade brasileira nas instituições sociais modernas, pois a problemática racial é parte essencial da questão democrática.

Não nos resta dúvida de que o estudo sobre a questão racial tem forte marca em toda a obra de Florestan, ao longo de sua trajetória, ao refletir sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, cunhando o conceito de capitalismo dependente, articulou essa expressão da diversidade social (racial) com as formas de desigualdades recorrentes no Brasil (as desigualdades econômicas). Colocada sob a ótica da transformação capitalista é possível analisarmos, tal qual Ianni diz, “em que medida as diversidades étnicas, raciais, culturais e regionais acabam por ser manipuladas, em prejuízo desses grupos sociais, sem que eles mesmos consigam alcançar a categoria de cidadãos no sentido de pleno direito de igualdade de condições com outros” (IANNI, 1986, p. 189).

1.2. As possibilidades da modernização: a crença no desenvolvimento democrático e nacional

Florestan Fernandes, inserido na Universidade de São Paulo, seguiu seus estudos sociológicos com a problemática da formação brasileira, apontando também para a questão do desenvolvimento capitalista e as possibilidades de modernização da sociedade. Ainda que Florestan Fernandes, até a década de 1960, tenha priorizado a discussão racial, também se inseriu profundamente no debate intelectual sobre as possibilidades e os obstáculos ao desenvolvimento capitalista no Brasil, articulando o problema do “negro” ao problema da democracia.

O contexto sociopolítico de intenso desenvolvimento industrial da década de 1950 criou um clima de euforia e esperança no futuro do Brasil como nação. O desenvolvimento nacional – através da industrialização – era visto como a forma de acabar com a posição

subordinada no comércio internacional. Isto teve um peso importante para os intelectuais latino-americanos¹³, que buscavam entender as particularidades da formação econômica e social da periferia, para que, através de uma política de desenvolvimento planejada, a acumulação de capital – via industrialização – e o crescente aumento da riqueza social fossem revertidos em benefícios para a população como um todo. Essa era, basicamente, a idéia do desenvolvimento nacional. O empenho dos intelectuais se dava na intenção de problematizar os processos histórico-sociais peculiares ao desenvolvimento do Brasil: a colonização e a subordinação no cenário capitalista mundial.

A questão nacional aparecia no debate latino-americano através dos diversos temas, os intelectuais brasileiros articulavam-se para pensar os impactos das rápidas mudanças que o processo de industrialização provocava no país. As temáticas recorrentes à época eram a questão da industrialização, da superação do subdesenvolvimento, da dependência externa, da superação da pobreza e do atraso¹⁴. Este último estava articulado com a questão das desigualdades regionais, dando corpo ao debate do dualismo¹⁵. Esse momento foi de grande efervescência intelectual, e apresentou grandes avanços para pensarmos as especificidades da realidade histórico-social latino americana.

A partir dessas temáticas, as correntes teóricas da época estavam pensando as possibilidades de um desenvolvimento capitalista com base na superação do subdesenvolvimento. A industrialização seria o mote para tal e criaria as bases materiais necessárias para a consolidação da nação e de uma economia autônoma¹⁶. A crença nessa

¹³As correntes teóricas mais representativas desse debate no Brasil eram o PCB, a Cepal e o ISEB. Esses grupos acima citados, ainda que de forma diferente, tinham uma visão linear, auto-reguladora do desenvolvimento capitalista no Brasil, pois acreditavam que o processo de industrialização levaria à constituição de uma sociedade democrática. Cf. Bielchowsky (1996)

¹⁴ Os principais teóricos do desenvolvimentismo estavam reunidos em torno de grupos como o ISEB e a Cepal. Seus principais nomes no Brasil foram Helio Jaguaribe, Celso Furtado.

¹⁵ A concepção dualista da economia brasileira tanto do PCB, do ISEB e da Cepal era similar. Eles entendiam, basicamente, a economia brasileira dividida em dois setores essenciais: um “atrasado” (produção agrária) e outro “moderno” (produção industrial). Enquanto não houvesse a superação do setor atrasado não haveria a plena modernização do Brasil, pois esse era um entrave para o desenvolvimento econômico, ou seja: o setor atrasado impedia o país de modernizar-se completamente. Esse diagnóstico partindo da visão dualista – na qual o país caracterizava-se por ser uma sociedade atrasada – considerava marginalmente as diferentes características e os aspectos específicos da evolução socioeconômica dos setores e regiões. A tese da dualidade brasileira pautou o debate durante as décadas de 1950 e 1960.

¹⁶ O desenvolvimento capitalista de um país só pode ser autônomo quando a acumulação de capital promove um aumento progressivo da riqueza e do bem-estar da sociedade como um todo. Isso significa um desenvolvimento capitalista – através do processo de industrialização – a partir das necessidades internas da população, o que implica num entendimento do desenvolvimento não só na esfera econômica (através do crescimento, simplesmente) mas política e social. Cf. Sampaio Jr, 1999, p. 77.

situação se dava frente às rápidas mudanças no contexto social brasileiro: crescimento do mercado interno, migrações da mão-de-obra do campo para a cidade, urbanização acelerada, industrialização, etc. Diante disso, havia certa expectativa sobre a distribuição de renda e, conseqüentemente, sobre a melhoria das condições de vida da sociedade como um todo. Estes fatores, acreditava-se, poderiam ser garantidos com o desenvolvimento industrial do país.

Nesse contexto, a inserção de Florestan na Universidade consolidou um importante grupo de pesquisadores sobre a questão do desenvolvimento¹⁷. O grupo que se formou em torno de Florestan Fernandes na USP criou um anexo da cadeira de sociologia: o Cesit (Centro de sociologia industrial e do trabalho), que formaria uma equipe estável de pesquisadores em torno da Cadeira de Sociologia I. As rápidas transformações que a expansão do capitalismo causava no Brasil mobilizaram o pensamento do autor, de seus assistentes e alunos para pensar as perspectivas do desenvolvimento.

A proposta do Cesit (formalmente inaugurado em 1962) era elaborar estudos sociológicos que contribuíssem para o entendimento e a solução dos problemas principais da sociedade brasileira que o processo de modernização apontava. Tinham uma orientação geral de superação do subdesenvolvimento e, como os outros grupos de intelectuais do mesmo período, acreditavam na possibilidade de uma revolução democrática; viam na sociologia uma importante contribuição para tal processo. A idéia do projeto era a defesa de uma política democrática de desenvolvimento econômico capitalista, que combinasse crescimento econômico, planejamento e justiça social¹⁸.

Os intelectuais reunidos no Cesit viam na Universidade e na Ciência os meios para atingir os fins: a resolução dos problemas econômicos, políticos e sociais da massa da população brasileira. Os temas destacados no projeto do Cesit eram quatro: a mentalidade do empresariado industrial; a intervenção do Estado; a mobilização da força de trabalho; os fatores societários residuais do crescimento econômico no Brasil (a relação entre o “arcaico” e o “moderno”). Segundo Florestan (1963) os projetos de investigação da cadeira

¹⁷ Segundo Romão 2003: “O CESIT marca uma transição da linha de pesquisa do grupo de sociólogos uspianos reunidos na Sociologia I. Depois de se deter por vários anos sobre a questão das relações raciais no Brasil, o grupo passa a preocupar-se especificamente com questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro. A mudança de temática sugere uma crescente aproximação daquele grupo acadêmico à grupos externos à Universidade, em busca de uma atuação mais contundente no debate político nacional. (p. 4)

¹⁸ Para entender o projeto do Cesit ver: Fernandes 1963: A sociologia numa era de revolução social. Cap. IX: Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento (p. 300- 327).

de sociologia I estavam concentrados em torno do estudo macrossociológico das condições histórico-sociais de desintegração da ordem escravocrata e senhorial e de formação da sociedade de classes no Brasil. O grupo de intelectuais reunidos em torno do Cesit formou importantes concepções sobre as particularidades da industrialização brasileira¹⁹.

A participação de Florestan Fernandes nos dois projetos de estudo coletivo na Universidade de São Paulo: o estudo patrocinado pela UNESCO²⁰ sobre o preconceito racial no Brasil e a sua inserção no Cesit²¹ (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) foi de grande importância para a formação de seu pensamento. Ambos foram desenvolvidos entre as décadas de 1950 e 1960, momento de grande efervescência política e intelectual, em que “a sociologia na USP teve forte peso na direção de ancorar debates, sugerir temas e acionar problemas” (BASTOS, 2002: 219).

Seus textos sobre a questão racial e sobre as possibilidades de desenvolvimento são fortemente marcados, nesse período, com o ideal emancipatório, colocando em questão a formação de um sistema político democrático e universal no país. Esta questão foi importante para afastar da Universidade, em meados da década de 1960, os intelectuais brasileiros comprometidos com a sociologia crítica no Brasil, entre esses destaca-se Florestan Fernandes, que teve sua vida e obra fortemente marcada pelos acontecimentos sociopolíticos.

O golpe de 1964: rupturas de Florestan

No início da década de 1960 o debate teórico nacional desenvolvimentista apresentou seus limites frente à realidade brasileira. O Brasil viveu um momento de agitação política,

¹⁹ Os textos que surgiram por conta das pesquisas do Cesit foram vários, cito alguns: Octavio Ianni: **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil (1965)**; **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil (1963)**; Fernando Henrique Cardoso: **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil (1964)**; Luiz Pereira: **Trabalho e Desenvolvimento no Brasil (1965)**; Paul Singer: **Desenvolvimento econômico e evolução urbana (1968)**. O texto de Florestan Fernandes **Sociedade de classes e subdesenvolvimento (1968)** que dá nome ao livro é fruto dos anos de pesquisa acumulada no Cesit, o próprio autor no prefácio à 1ª edição do livro diz: “tentei aproveitar, num esquema de referência mais amplo, as conclusões teóricas a que chegáramos, através de pesquisas do projeto mencionado ou de outros projetos, na Cadeira de Sociologia I” (p. 12).

²⁰ Uma análise mais detalhada do projeto se encontra em Marcos Chor Maio: *A história do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de doutorado, RJ IUPERJ (1997).

²¹ Uma análise mais detalhada do Cesit se encontra em: Wagner de Melo Romão. *A experiência do Cesit: Sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. Dissertação de mestrado USP, São Paulo: 2003.

reforçada pela desaceleração do crescimento econômico alcançado na década anterior. Vivia-se uma nova situação, a rápida expansão urbano-industrial brasileira e a crescente migração do campo para as cidades revelaram uma urbanização desordenada, a impossibilidade de empregar toda a mão-de-obra existente e da crescente miséria nos pólos industriais. O discurso da modernização atraiu trabalhadores de todo o Brasil para os pólos de maior desenvolvimento industrial (no sudeste, principalmente, em São Paulo). Essa situação agravou as tensões sociais e colocou na pauta a emergência de reformas. Nesse contexto, os grupos intelectuais passaram a questionar os aspectos inibidores do desenvolvimento autônomo. Para tanto, se colocava com urgência a superação da dependência internacional e a reforma agrária. Tais diagnósticos teórico-políticos ao lado das inúmeras reivindicações da população brasileira amedrontavam os setores dominantes. Nas cidades as greves operárias reivindicavam melhores condições de trabalho e reajuste salarial. Por outro lado, os movimentos dos trabalhadores do campo também ganhavam força, reivindicando a reforma agrária e melhores condições de trabalho.

Nesse contexto de intensas agitações políticas e de crise econômica, o governo propõe as reformas de base²². Estas seriam uma forma de ajustar o desenvolvimento econômico às necessidades da sociedade brasileira, não só porque os conflitos sociais e políticos eram latentes, mas porque, acreditava-se que dessa forma estariam eliminando o que pensavam serem os obstáculos à industrialização.

No entanto, a resposta conservadora ao momento de instabilidade política e econômica do período foi incisiva, e em abril de 1964, os militares derrubaram o então presidente João Goulart e assumiram o poder. O governo militar colocou em xeque os projetos desenvolvimentistas que almejavam modernização democrática e nacional. O projeto de desenvolvimento que foi concretizado com a chegada dos militares no poder foi

²² As reformas de base foram elaboradas no governo Goulart na década de 1960. Foi uma tentativa de se criar um novo ambiente para o desenvolvimento industrial no Brasil. Acreditava-se que as reformas de base seriam necessárias para a eliminação dos entraves econômicos e sociais que impediam melhor produtividade dos setores produtivos. Tais reformas foram motivos de grandes divergências – a principal divergência estava em torno da reforma agrária – entre os setores dominantes. Cabe lembrar que essas reformas não tinham sentido revolucionário, correspondiam às necessidades da industrialização e da dominação burguesa. O golpe de 1964 também foi uma resposta às reformas de base. Para mais informações Cf. Toledo 1993.

de “modernização autoritária”, nos moldes do pensamento da ESG²³. Essa foi a resposta política dos setores dominantes às demandas populares e nacionais.

A articulação entre modernização e democracia foi negligenciada no processo da revolução burguesa, e a modernização estimulada pela industrialização desdobrou-se política e economicamente em transformações na sociedade brasileira que, entretanto, seguiram sem concluir a revolução nacional. O endurecimento que o golpe de 1964 trouxe aos círculos intelectuais exigiu uma revisão das teses nacionais-desenvolvimentistas. Esses acontecimentos colocaram à prova a intelectualidade do país, que teve de repensar as dinâmicas nas quais a sociedade brasileira se inseria e refletir sobre sua especificidade, levando em conta os recentes processos históricos relacionados com o distanciamento ainda maior da revolução democrática nacional.

Inserido nesse contexto social, Florestan Fernandes é um dos importantes intelectuais brasileiros que fez uma revisão de seus diagnósticos teóricos e políticos sobre a sociedade brasileira, apresentando novas questões sobre o desenvolvimento do país.

As obras de Florestan posteriores ao golpe de 1964 são tentativas de revisar suas próprias teses e responder aos novos desafios teóricos e políticos que a situação social imprimiu. Nesse sentido, entendemos que o pensamento de Florestan Fernandes é de extrema importância para a sociologia crítica, já que contribui de maneira original para a interpretação da sociedade brasileira.

As concepções em torno do Cesit são base importante para ilustrarmos essa mudança no pensamento de Florestan. Algumas noções presentes no projeto do Cesit serão posteriormente criticadas²⁴, assim como outras serão amadurecidas²⁵. Não nos resta dúvida,

²³A ESG – Escola Superior de Guerra – produziu um modelo denominado “segurança e desenvolvimento”, que punha ênfase na segurança nacional para pensar o país. Essa escola foi formada no contexto da Guerra Fria, teve forte influência dos Estados Unidos e foi um importante defensor do anticomunismo lutando contra a irradiação das lutas e ideais socialistas que ganhavam força no cenário mundial. Isso explicita mais do que uma luta socialismo x capitalismo, mas os antagonismos e as contradições entre as classes tanto no cenário nacional como mundial. As concepções difundidas pela ESG articulavam as idéias de desenvolvimento, segurança e potência; e alinhava as necessidades do país – através dessas três premissas – ao capital internacional.

²⁴ Florestan Fernandes se tornou crítico à possibilidade da revolução democrática no Brasil e deixou de acreditar no potencial que a Universidade e a institucionalização das ciências teriam na transformação da situação existente. Além disso, a questão da mudança da mentalidade da classe empresarial para um comportamento racional na economia brasileira passou a ser percebida como uma “debilidade” da classe burguesa na dependência. Associada aos grandes centros capitalistas, a racionalidade da burguesia brasileira seria colocada pelo autor, nos textos posteriores, como a “racionalidade possível”, colocando a burguesia como vítima de sua própria situação de classe.

entretanto, de que os dados coletados sobre diferentes temas foram de fundamental importância para o desenvolvimento de obras posteriores, quando Florestan passa a conceber a sua forma de pensar e fazer sociologia como “crítica e militante”, elabora a noção de capitalismo dependente como categoria sociológica, e aponta para o socialismo como forma de superação da situação de dependência.

A crença na possibilidade de transformação capitalista do Brasil, a partir de uma visão de democracia e justiça social, é criticada pelo autor nos textos pós 1964²⁶. Ao formular sua concepção de capitalismo dependente, vai se distanciando das teses defendidas por diversos setores intelectuais das décadas de 1950 e 1960, inclusive das teses formuladas no interior de seu próprio grupo, questionando abertamente a possibilidade de um desenvolvimento capitalista democrático e nacional. No prefácio a segunda edição da *Sociologia numa era de revolução Social* (1976) a autocrítica de Florestan fica explícita quando se refere aos textos e concepções elaboradas no centro, nas suas palavras:

Na ocasião em que os ensaios foram elaborados e redigidos, prevalecia a opinião de que a revolução democrática tendia a realizar-se como uma típica “transformação dentro da ordem”, que deveria unir, historicamente, as pressões de baixo para cima das classes operárias e das massas populares destituídas com as pressões de cima para baixo, nascidas do “radicalismo burguês” (das classes médias e de alguns círculos mais ou menos nacionalistas e insatisfeitos das classes altas). (p. 13)

Defendemos a idéia de que a partir do momento que sua perspectiva analítica passou a ser influenciada pela noção de *totalidade* do marxismo, mais especificamente pela idéia do *desenvolvimento desigual e combinado*, que o autor escreveu diversos livros que ilustraram a consolidação do capitalismo dependente no Brasil, demonstrando suas iniquidades socioeconômicas e seu regime político autocrático não mais como entraves à mudança social e ao desenvolvimento capitalista, mas como elementos estruturais da sociedade brasileira.

²⁵ Os membros do grupo do Cesit tinham uma visão crítica à idéia dualista dos dois brasis, bastante difundida no contexto do centro. A recusa dessa visão fez com que o grupo percebesse uma relação orgânica entre o “atraso” e o “moderno”. Florestan Fernandes amadurece a questão e apresenta nos seus textos seguintes o caráter estrutural do problema no capitalismo dependente. A crítica ao nacionalismo também está presente no grupo e é levada as últimas conseqüências por Florestan.

²⁶ Os textos reunidos nos livros *Sociedade de classes e Subdesenvolvimento*, *Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina* já explicitam a mudança na perspectiva do autor.

2. Perspectiva analítica

2.1. Pressupostos

Florestan Fernandes, ao pensar a sociedade brasileira procurou um sistema explicativo que respondesse as diferentes questões referentes à formação social. Ao proceder dessa forma, o autor demarcou as influências dos clássicos da sociologia para a análise do processo brasileiro, e com isso nos deu indicações da sua perspectiva analítica.

Partimos da idéia de que Florestan Fernandes articulou um sistema explicativo próprio. Levando em consideração as diferentes perspectivas clássicas e utilizando-se de conceitos e categorias cunhadas para a explicação da situação periférica do país, inaugurou a sociologia crítica no Brasil²⁷ através de uma explicação original sobre a realidade brasileira. O tão falado ecletismo de Florestan será apresentado por nós a seguir a partir da influência dos clássicos da sociologia: Marx, Weber e Durkheim. No entanto, cabe marcar que o autor ao se colocar como tributário dos clássicos da sociologia se permite pensar a alteração de tais reflexões para análise da sociedade brasileira²⁸. Segundo Bastos (2002) é nesse ponto que se encontra a explicação para o ecletismo do autor, pois Florestan percebe a necessidade de se buscar uma interpretação original que dê conta da especificidade da formação social brasileira. Dessa forma, o autor vai articular as diferentes concepções clássicas no seu sistema explicativo²⁹.

O fio condutor da análise de Florestan sobre a sociedade brasileira é a reflexão sobre como os elementos do passado não são totalmente superados e continuam se reproduzindo

²⁷ Cf. Octavio Ianni, 1986.

²⁸ Florestan travou um intenso debate com Guerreiro Ramos em que a questão era a utilização de teorias e conceitos cunhados por intelectuais dos países centrais. Ramos colocava que era preciso romper com o colonialismo acadêmico e buscar de uma teoria que explicasse a situação a partir do Brasil. Florestan, mesmo utilizando os conceitos cunhados pelos teóricos da periferia do sistema capitalista não abre mão de utilizar a herança dos clássicos da teoria sociológica. O autor resolve a questão da seguinte forma: “o legítimo espírito da investigação científica é universal e universalista. A alternativa para o imperialismo cultural não pode ser um provincianismo cultural tímido e estreito. O desafio não consiste em cortar as ligações culturais com o exterior. Mas, ao contrário, em organizar as relações culturais com o exterior em bases de igualdade e de respeito mútuos, expondo os colegas estrangeiros a todo o peso da responsabilidade científica que têm de enfrentar em seus projetos de investigação, quaisquer que sejam seus objetivos pessoais ou institucionais, as fontes de financiamento de suas pesquisas e sua maior ou menor sensibilidade diante da realidade política latino-americana” (SERS, p. 12. 2ª Ed.).

²⁹ Florestan foi influenciado por diversos teóricos, além dos clássicos já citados outro autor importante pra entender o pensamento de Florestan é Manheim. Nesse texto, no entanto, não trataremos dessa influência diretamente.

no presente. Faz esse movimento para pensar de que forma esses “vestígios do passado” são um entrave para o desenvolvimento socioeconômico do país e suas influências no surgimento do regime de classes. Com essa questão em mente, o autor vai articular o que considera essencial na formação social brasileira: a herança da colonização e da escravidão³⁰ à sua visão *macrossociológica* de análise. Isso fará com que o autor pense a transição para o capitalismo articulando duas questões bastante debatidas pelos desenvolvimentistas: o dinamismo de uma economia que não rompe com a exploração de fora para dentro, e os problemas associados a mescla de elementos “arcaicos” e “modernos” na estruturação da sociedade brasileira. Nesse contexto, Florestan Fernandes formulou uma tese pioneira sobre a relação entre o “arcaico” e o “moderno” no Brasil, mostrando a funcionalidade/organicidade existente entre eles no capitalismo brasileiro. No contexto do capitalismo dependente, a heterogeneidade das estruturas produtivas articula a transferência de renda – dos setores mais atrasados para os mais modernos – a partir da superexploração da força de trabalho.

Aqui já está colocado o que entendemos como ponto de partida do autor: a *impossibilidade de se criar no país condições reais de competição entre os diferentes grupos sociais*. Isso marca uma desigualdade fundamental no capitalismo brasileiro que orientou sua análise da integração do negro a sociedade de classes, da formação de instituições sociais e políticas, e da impossibilidade de se universalizar um estilo democrático de vida. Sua reflexão sobre a revolução burguesa no Brasil nos mostra, portanto, como o desenvolvimento tecnológico e industrial não rompeu com essa situação, marcando, pois, a persistência de interesses particularistas no processo social e, com isso, de reprodução do passado no presente.

O autor percebe essa deformação da competição na sociedade capitalista dependente em formação como um meio de proteger os grupos sociais dominantes internos e externos. Nas palavras do autor:

³⁰ Nesse sentido, Florestan é tributário de Caio Prado Jr. Este foi o primeiro a fazer uma interpretação da sociedade brasileira de inspiração marxista, sendo um importante passo para a ruptura com o culturalismo. A análise dos grandes acontecimentos históricos e do sentido da colonização assinalados por Caio Prado Jr são de grande importância para a explicação sociológica dos processos que levam à esses acontecimentos e os efeitos por eles produzidos. A colonização e a escravidão foram assinaladas por Caio Prado Jr como elementos necessários para pensarmos a sociedade brasileira que, segundo este, ainda não havia superado o sistema colonial. Florestan Fernandes compartilhando disso e ancorado na idéia do desenvolvimento desigual e combinado, percebe a impossibilidade de descolonização, revelando a necessidade de sempre se repor no desenvolvimento do capitalismo no Brasil a “modernização do arcaico” e a “arcaização do moderno”.

Operando como um fator de retenção ou de revitalização de privilégios estamentais, a competição se vinculou a processos que inibiram e perturbaram o desenvolvimento do regime de classes ou mantiveram indefinidamente padrões de comportamento e de relação social variavelmente pré e anticapitalistas. (...) incorporada a contextos histórico-sociais ou socioculturais mais ou menos arcaicos, os dinamismos sociais engendrados pela competição concorrem para manter ou preservar o “passado no presente”, fortalecendo elementos arcaicos em vez de destruí-los. Essa conexão, não obstante ter sido mal estudada, é deveras importante. A ela se prende, aparentemente, a baixa vitalidade do regime de classes para pressionar o desenvolvimento econômico capitalista. O horizonte cultural orienta o comportamento econômico capitalista mais para a realização do privilégio que para a conquista de um poder econômico, social e político autônomo, o que explica a identificação com o capitalismo dependente e a persistência de complexos econômicos semicoloniais (RBB, p. 199).

Isso explica porque a dinâmica da competição no Brasil ocasionou, ao mesmo tempo, a decadência da sociedade estamental e de castas, e a limitação da expansão do capitalismo autônomo a um comportamento econômico particularista e egoísta, “como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’” (RBB: 200).

É interessante perceber que a dificuldade de competição apontada por Florestan Fernandes aparece nas relações entre “os de baixo” e “os de cima”. Estes últimos, nas condições históricas de consolidação do capitalismo brasileiro não têm condições de competir com as burguesias dos países centrais, que têm níveis e técnicas de produção mais avançados. Com relação “aos de baixo”, a dificuldade de competição se coloca como um entrave para a participação e classificação no regime de classes. Isso fica claro na sua análise sobre a integração do negro, que não tinha condições de competir com os imigrantes que chegavam em massa no Brasil³¹. Por isso, Florestan coloca que:

O padrão de equilíbrio da sociedade de classes impõe que o grau de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder seja regulado pela capacidade de competição espontânea dos estoques raciais em presença. Embora as próprias condições de formação e de funcionamento da sociedade de classes introduzam vantagens que acabam beneficiando, unilateralmente, um dos estoques raciais e de maneira que dificilmente possa ser corrigida pelo simples automatismo da competição espontânea (INSC II, p. 542).

³¹ Essas duas questões serão mais bem trabalhadas quando tratarmos especificamente da formação das classes sociais no país.

Florestan aponta, portanto, para a dificuldade da ordem social competitiva se universalizar, percebendo que a racionalidade da ordem capitalista no Brasil se aproximaria de uma irracionalidade, ou melhor, a competição no Brasil se daria através da *racionalidade possível*.

Na visão do mundo do senhor, o realismo econômico conduzia não a uma percepção secularizada e “racional” da competição, vista em termos do equilíbrio dinâmico do mercado (...) ela acabou engendrando uma forma típica de privatismo econômico. (...) Ao proceder dessa maneira, porém, incorporava a própria condição de agente econômico numa estrutura social extra e anticapitalista. Convertia a “livre iniciativa” e a “empresa privada” em privilégios estamentais, que deviam ser respeitados e protegidos fora e acima de qualquer *racionalidade* inerente aos processos econômicos propriamente ditos (RBB, p. 186).

Dessa forma, a competição era um fator importante para a ação entre os agentes econômicos privilegiados, mas era negativo como fator de equilíbrio econômico da sociedade, por isso Florestan caracteriza a visão de mundo das classes dominantes no Brasil como particularista e egoísta. Segundo o autor,

A coletividade arcava com os riscos e suportava, por mecanismos diretos e indiretos, a posição privilegiada do agente econômico. Isso indica que a competição não se inseria nas vias socialmente construtivas que relacionaram, nas sociedades capitalistas avançadas, propriedade privada, livre iniciativa e redistribuição da renda e do poder. Ela foi rapidamente redefinida, tanto economicamente como social e politicamente, como um fator de distribuição estamental – e portanto fortemente desigual – da renda e do poder (RBB, p. 187).

Isso indica os requisitos particulares que atuaram na consolidação da sociedade de classes. Florestan Fernandes ao apontar a deformação da competição no contexto de privatismo típico da situação brasileira esclarece questões importantes para a análise da estrutura social e da formação do regime de classe. Florestan nos mostra, a partir disso, como essa desigualdade de condições de competição interferiu na formação das classes e dos grupos sociais desde a transição para a ordem social competitiva até a consolidação do capitalismo dependente no Brasil. Essa é uma questão de grande importância para pensarmos as instituições sociais e políticas e a possibilidade de acesso pelos diversos grupos sociais.

2.2. Bases teóricas: da demora cultural ao capitalismo dependente.

Como já dito anteriormente, na compreensão da realidade histórico social brasileira a presença de todos os clássicos da sociologia é marcante. O movimento que Florestan Fernandes faz para a análise da sociedade de classes no Brasil é pensar como os três clássicos da sociologia podem ser aproveitados no debate. Por isso sua análise articula a perspectiva histórica, funcional e cultural. Entretanto, as teorias clássicas se aplicadas diretamente à realidade brasileira não respondem ao problema geral da sociedade subdesenvolvida e dependente. Por isso elas devem ser pensadas num contexto mundial, mas a partir dos aspectos econômicos, políticos e socioculturais da situação interna. É no entendimento dessas particularidades da sociedade brasileira que Florestan fundou a sua análise.

O método materialista histórico de Marx permitiu ao autor a compreensão de certas regularidades e tendências do desenvolvimento das estruturas sociais. Dessa forma, quando Florestan buscou fazer uma análise *macrossociológica do subdesenvolvimento*³² retomou amplamente a teoria de Marx, já que esta permite perceber os componentes macros da sociedade - estando submetidos aos processos de mudança e desenvolvimento - ao mesmo tempo em que explica que as condições para a transformação de uma ordem social dependem da atuação social dos agentes humanos envolvidos.

Seguindo o pensamento do autor, percebemos a extrema relevância da questão racial. Na sua obra existem elementos que nos fazem crer que a análise da classe social descolada da análise da questão racial (a partir da herança escravista) é insuficiente para entendermos o processo de formação social do Brasil. Portanto, ainda que utilize amplamente categorias e conceitos de Marx e do marxismo vai articulá-los com os conceitos e categorias de Weber e Durkheim, uma vez que a questão racial vista somente do ponto de vista econômico é inacessível; é preciso articular outros nexos para pensarmos a relação do negro no Brasil, como os nexos morais e culturais.

No processo de escravização da população africana as explicações psicológicas, culturais e morais são importantes para entendermos a *invenção* do negro pelo branco. O

³² Cf. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* cap. I

negro, ao ser arrancado de sua comunidade local e forçado a trabalhar brutalmente nas plantações das colônias tem a destruição de seus traços culturais nativos. Isso posto, compartilhamos da idéia de que a partir das necessidades de mão de obra e da acumulação de capital criou-se uma série de estereótipos que legitimaram no todo social essa brutal inserção do africano na organização do trabalho durante o Brasil colônia. Nesse sentido, cabe colocar uma citação esclarecedora de Ianni:

A metamorfose do africano em escravo é acompanhada da metamorfose do negro em subalterno, inferior, dominado, discriminado, diferente, outro. As relações, processos e estruturas sociais que constituíam a ordem social escravocrata estavam amplamente permeadas pelas mais diversas formas de discriminação racial e operavam no sentido de manter a posição e a relação recíprocas existentes entre as raças a que pertenciam os senhores e as raças em que se recrutavam os escravos. (IANNI, 1986, p. 25).

Florestan faz a sua sociologia partindo da construção de tipos ideais, tal como proposto por Weber. No entanto, o fundamental não é a orientação do sentido do indivíduo, mas a percepção de como a sociedade brasileira se afasta do tipo ideal de capitalismo, nos termos do capitalismo clássico europeu. Por isso, ao tratar do desenvolvimento capitalista no Brasil, Florestan está pensando em comparação ao tipo de capitalismo desenvolvido nos países centrais. O interessante é que na sua análise, as diferenças que encontra do *tipo normal* vêm de influências sofridas ao longo do processo histórico social, caracterizando as particularidades do processo brasileiro e dos agentes humanos envolvidos na transformação ou conservação da sociedade. Assim vemos uma mescla na utilização dos clássicos no pensamento do autor, que sem se prender a nenhuma orientação específica é capaz de fundar uma interpretação original da sociedade brasileira.

É interessante observarmos que os eventos políticos da sociedade brasileira influenciaram diretamente a perspectiva do autor. Nas obras aqui estudadas essa transformação nos parece clara, pois da *Integração do negro na sociedade de classes à Revolução burguesa no Brasil* há uma clara mudança no diagnóstico sobre os limites do desenvolvimento e da democracia ou, em outras palavras, sobre a continuidade de elementos do passado no presente. Ainda assim, acreditamos que as duas obras – *integração do negro na sociedade de classes e revolução burguesa no Brasil* – têm um

nexo entre elas, possuem um aspecto de continuidade³³. A partir da perspectiva social “dos de baixo” – através da idéia de “como o povo emerge na história” – que o autor vai amadurecer e arrematar a discussão da revolução burguesa, apontando para um regime político autocrático de democracia restrita. Portanto, o estudo sobre a situação dos negros, através da desagregação da ordem escravocrata, é base essencial para as formulações posteriores sobre desenvolvimento dependente.

O ponto de partida do autor para a análise das relações sociais – como já apontado anteriormente – é a impossibilidade de o capitalismo consolidar aqui condições iguais de competição entre os diferentes grupos sociais presentes. Entretanto na *integração do negro na sociedade de classes* a questão está associada a idéia da *demora cultural*. Ancorada no conceito de ação racional de Weber, as ações de tipo tradicional são vistas como entrave à realização das formas societárias modernas, racionais. Florestan supera essa tese em grande medida quando percebe que a presença de elementos “tradicionais” não é uma questão de demora cultural, mas de necessidade da acumulação capitalista nessa realidade histórica específica. Essa concepção será essencial para a tese do autor sobre o capitalismo dependente.

São nos estudos sobre o desenvolvimento capitalista dependente que o uso da categoria da *totalidade* fica mais explícito. Florestan vem de uma herança teórica que percebe a presença do capital estrangeiro como um importante motor da sociedade brasileira, desde a colonização até o momento da industrialização³⁴. Por isso, a análise da situação periférica e dependente ainda que deva partir da realidade interna do país, deve ser articulada com o entendimento da situação mais geral do desenvolvimento capitalista mundial.

É com base na idéia do *desenvolvimento desigual e combinado* que Florestan percebe a relação atraso/moderno. Nesse sentido, sua concepção de *totalidade* é decisiva, a herança de Lenine e Trostky é crucial para tal. A perspectiva assumida por Florestan se apóia na noção de Lenine sobre a idéia de desenvolvimento desigual. Segundo esta a desigualdade de ritmos do desenvolvimento econômico é inevitável no capitalismo, o que coloca a

³³ A respeito disso conferir Bastos 1986

³⁴ Florestan ao desenvolver sua concepção do desenvolvimento dependente (duplamente articulado) coloca a questão da dominação externa como um dos pilares de sustentação desse desenvolvimento. Adiante trataremos dessa questão com maior atenção.

diferença entre os estágios de desenvolvimento dos diferentes países no sistema capitalista mundial. Dando continuidade a idéia de Lenine, Trotsky, por sua vez, percebeu que a desigualdade de ritmos formava uma unidade entre as economias em diferentes estágios de desenvolvimento³⁵.

Esta noção do *desenvolvimento desigual e combinado* ajuda a explicar não só a relação entre os países que possuem diferentes graus de desenvolvimento, mas também a própria relação interna de continuidade dos elementos do passado. É apoiado nessa idéia que Florestan Fernandes percebeu o capital internacional como figura importante para a formação social brasileira e formulou sua tese sobre a Revolução Burguesa no Brasil:

Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações histórico-sociais. (RBB, p. 261)

Entendendo que o capitalismo desenvolve-se de maneira desigual e combinada, é inerente ao sistema capitalista mundial que existam economias avançadas, bem como economias atrofiadas e essas se articulam entre si, garantindo as necessidades da acumulação capitalista em nível mundial. Por isso, Florestan Fernandes se preocupa o tempo todo em apontar para a particularidade do Brasil na sua relação com o todo.

Se na *Integração do negro na sociedade de classes* Florestan Fernandes mesmo apontando para as dificuldades enfrentadas pela população “negra” para a inserção no regime de classes e na modernização capitalista, parecia acreditar que o desenvolvimento do capitalismo no país iria aos poucos integrar esse setor da população, ainda que a tendência fosse de manutenção da posição subalterna dos ex-escravos. Na *Revolução*

³⁵ Segundo o autor: “a desigualdade de ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei (...) a lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amalgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, (...) é impossível compreender a história (...) de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha”. (TROTSKY, 1967 p. 25). Felipe Demier faz um bom estudo sobre o uso dessa concepção nos diferentes intelectuais – entre eles Florestan Fernandes – que se propuseram a pensar o Brasil. Cf. Revista Outubro, n. 16, 2007.

burguesa no Brasil, por outro lado, Florestan já apresenta um diagnóstico bastante pessimista com relação às tendências de universalização da democracia no país. Tal questão é sintetizada muito bem por Arruda (1996):

Se na primeira obra [A integração do negro na sociedade de classes] não havia motivos para grande otimismo, nas posteriores o pessimismo é flagrante e expressa-se na descrença sobre a possibilidade de vigência da estratificação aberta das classes, diante da constatação do enrijecimento da estrutura social combinado à realidade autocrática de exercício do poder político. Às dificuldades internas da modernização acopla-se a ingerência externa, inibindo o pleno florescimento da ordem social competitiva e dissociando capitalismo e democracia. Daí a noção de capitalismo dependente, no qual o estado passa a ser a espinha dorsal das transformações e a distribuição do poder migra da ordem social competitiva. Nesse passo, a compreensão da ordem social competitiva, se estava primordialmente inspirada em Max Weber, através da categoria de ordem econômica, cede lugar para a compreensão das classes na acepção de Marx que envolve a presença das relações de dominação, inerentes ao caráter desigual da estratificação formada na produção (p. 202).

Para entender tais formulações de Florestan tentaremos adiante explicar a utilização de Marx, Weber e Durkheim na sua perspectiva macrosociológica de análise do subdesenvolvimento, pensando as variações e especificidades que essas sofrem na realidade brasileira.

2.2.1. A influência de Marx

Para Florestan Fernandes a perspectiva marxista passou a ser central quando, profundamente influenciado pelos acontecimentos políticos no Brasil reviu as suas teses, apontando para outro diagnóstico da realidade social e, conseqüentemente, para outro encaminhamento político (momento em que parte para o socialismo). A revisão de seus ensaios nos anos posteriores inaugurou novas concepções e amadureceu outras, sendo que sua perspectiva analítica passa a ser influenciada pela noção de *totalidade* do marxismo, mais especificamente pela idéia do *desenvolvimento desigual e combinado*, como já dito anteriormente.

Para nós o que importa enfatizar com relação a sua perspectiva analítica são as diferenças específicas que a situação histórico-social brasileira apresentou para pensarmos algumas das importantes teses de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo. Em seu

livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* o autor formula tais diferenças, mostrando-nos a recepção de Marx no seu sistema sociológico, para pensarmos a formação social brasileira. A diferença específica será pensada a partir da retomada de três questões da teoria de Marx: a teoria da acumulação capitalista, a teoria da mercantilização do trabalho e as contradições entre as forças produtivas e as formas de organização da produção³⁶.

A primeira questão refere-se ao processo de *acumulação originária* de capital no país, que deve ser vista de acordo com a singularidade do caso brasileiro. Segundo Marx (1985) a *acumulação originária* é o pressuposto histórico do modo de produção capitalista, a separação entre produtores e meios de produção; onde a classe burguesa emergente se apropriou integralmente do excedente produzido nos modos de produção anteriores e lançou as bases para seu próprio domínio de classe. Marx já nos mostra, entretanto, que os métodos de acumulação de classe podem ocorrer tanto através da violência brutal quanto através do poder do Estado, como força concentrada e organizada para a consolidação dos interesses envolvidos. O autor usa como exemplo as formas violentas de expropriação do povo do campo formando de um lado uma classe detentora dos meios de produção, e, de outro, o trabalhador duplamente “livre”, tanto apto a vender sua força de trabalho, por ser um homem livre, quanto forçado a fazê-lo, por ser “livre” dos meios de produção que são apropriados como capital.

Outra forma de *acumulação originária* de capital, para a qual Marx também se atentou foi o processo de colonização. A pilhagem das colônias através da exploração dos recursos naturais, dos monopólios mercantis e do tráfico de escravos propiciou um enorme enriquecimento para a burguesia mercantil, e uma intensa acumulação de capital.

No entanto, se, por um lado, a exploração colonial foi fonte de intensa acumulação; por outro, fez com que os países colonizados fossem expropriados do excedente econômico produzido no espaço nacional e submetidos à exploração econômica de acordo com os interesses metropolitanos. Portanto a *acumulação originária* no Brasil, segundo o autor, associou-se ao fluxo permanente do capital externo, sem destruir completamente os elementos “arcaicos”. Tal acumulação teve na escravidão um dos seus eixos principais. Segundo Florestan,

³⁶ Cf. SCS p. 42 a 50.

o modo de produção escravista serviu para construir as fortunas das aristocracias agrárias da colônia e do império. Em termos de formação e de expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna, ele preencheu as funções de fator de acumulação originária de capital. Quando esse fator se tornou historicamente inoperante e, além disso, passou a ser substituído por formas de acumulação de capital especificamente capitalistas, foi definitivamente condenado ao desaparecimento (CF, p. 94)

As diferenças específicas com relação à *acumulação originária* de capital dizem respeito, segundo Florestan, tanto às suas proporções e ao seu significado para a formação da sociedade de classes quanto às funções que ela cumpre no contexto socioeconômico brasileiro.

Sofrida ao longo de três séculos, a espoliação colonial limitou a capacidade de uma *acumulação originária* de capital suficientemente forte para sustentar um desenvolvimento autônomo no Brasil. Cabe lembrar que mesmo com o fim do pacto colonial a drenagem do excedente econômico não cessou, a inclusão no mercado mundial através dos negócios de exportação e importação e, posteriormente, a internacionalização dos mercados internos caracterizaram a integração dependente da economia brasileira.

Esse específico padrão de acumulação vai articular o espaço nacional não como uma economia capitalista integrada, mas uma forma de desenvolvimento desigual e combinada, coexistindo no país estruturas produtivas e relações de produção em diferentes “idades históricas”. O setor “atrasado” será uma espécie de “dependência dentro da dependência” e atuará no país como fator de *acumulação originária* de capital, reproduzindo na economia rural relações de trabalho pré-capitalistas e o trabalhador semi-livre. Essa questão é crucial para o entendimento do capitalismo brasileiro em Florestan Fernandes, pois é sua análise sobre o mundo rural que permite perceber o padrão de realização do capitalismo no Brasil³⁷, sendo a economia agrária constantemente utilizada como recurso de acumulação de capital.

A reflexão que Florestan Fernandes faz sobre a funcionalidade do “arcaico” no capitalismo dependente é muito importante, pois coloca a economia agrária como um dos eixos estruturais e dinâmicos da formação da sociedade de classes no Brasil³⁸. Para o autor,

³⁷ Cf. Bastos, 2002, p. 196.

³⁸ Cf. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, p. 180

o desenvolvimento capitalista dependente encontrou na exploração da “arcaização do moderno” e da “modernização do arcaico” uma forma de compensar a sua extrema subordinação às economias capitalistas internacionais. Por isso, a continuidade das transformações do capitalismo no Brasil estava associada à exploração de formas de *acumulação originária*³⁹. Essa situação faz com que no Brasil;

(...) técnicas de formação do excedente econômico exploradas transitoriamente (durante lapsos de tempo que variaram de uma economia nacional para outra), nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas eternizam-se e convertem-se em formas normais de ajustamento econômicos às exigências da situação histórico-social. (SCS, p. 74).

Isso marcou uma diferença específica no regime de classes, pois como o processo de mudança social no Brasil precisava dar corpo a exploração de fora para dentro e a manutenção do privilégio econômico interno, o regime de classes teve de se adaptar a esses mecanismos estruturais, marcando, pois, a evolução da estrutura social no Brasil. Esse é um dos motivos que explicam o porquê do processo de acumulação de capital no Brasil nunca ter levado à revolução agrícola e comercial nos moldes das sociedades avançadas. Isso quer dizer que a estratificação em classes não extinguiu estruturas e relações das formações sociais anteriores. Essas foram absorvidas pelo sistema capitalista e marcam a diferença específica do padrão de luta de classes no Brasil, apontando para uma importante alteração na análise sociológica e também para a apreensão de Marx.

Quanto ao segundo ponto: a teoria da mercantilização do trabalho, tal apreensão é importante para explicar a transição para o capitalismo em qualquer situação histórica. No entanto, a diferença específica do caso brasileiro traz importantes elementos para analisarmos a formação das classes sociais e a integração do negro (ex-escravo) para o trabalho livre. Isso porque os quase quatrocentos anos de escravidão no Brasil marcaram profundamente as relações de trabalho, criando uma moralidade específica propensa à extrema exploração do trabalho no país. Esse aspecto não deve ser tratado com menor atenção, já que os requisitos morais são importantes para pensarmos o valor da força de trabalho. Este depende dos custos da produção e do custo de vida para a reprodução do

³⁹ O recurso a superexploração do trabalho se repõe como forma normal de ajustamento a situação histórico-social. Florestan focaliza esse como um dos elementos essenciais que precisam ser pensados da perspectiva da periferia do sistema.

trabalhador. Mas não é somente isso, como o próprio Marx diz, além da reprodução física do trabalhador o cálculo do valor da força de trabalho é em cada país determinado por um nível de vida tradicional⁴⁰, este “nível tradicional de vida” inclui necessidades as mais diversas. Os quase quatrocentos anos de escravidão foram suficientes para que se criasse um padrão de vida tradicionalmente precário, perpetuando um clima moral de baixa remuneração e de níveis de sobrevivência bastante precarizados. Do ponto de vista dos setores dominantes esse padrão de pobreza e de desigualdade típico da situação de dependência é importante para que, rebaixando o nível de vida do trabalhador brasileiro possam aumentar seus excedentes econômicos.

Esse ponto é interessante para pensarmos a formação da classe trabalhadora do Brasil, pois a não-institucionalização de algumas relações de trabalho é um dos elementos para pensarmos o fato do nível de salário de um trabalhador brasileiro estar abaixo do seu custo de reprodução. Ou que sua reprodução se encontra com critérios de sobrevivência que são abaixo do “normal”. Aqui a articulação entre os elementos “arcaicos” e “modernos” também é relevante, pois a análise sociológica tem de levar em consideração a “sobrevivência, em bloco, de amplos setores em que prevalecem economias de subsistência e formas extracapitalistas de mercantilização do trabalho” (SCS, p. 46).

Essa é uma questão de grande importância para pensarmos a formação do mercado de trabalho e da classe trabalhadora brasileira, já que “A mercantilização do trabalho se desenvolveu senão lenta e precariamente; quando se universalizou, porém, não incentivou o pleno funcionamento de um mercado especial, integrado em escala regional ou nacional” (SCS, p.46). Além da tendência a baixa remuneração da força de trabalho, o padrão de mercantilização do trabalho no país não incluiu todos os possíveis vendedores de trabalho no mercado, perpetuando formas de trabalho pré-capitalistas. Por isso Florestan aponta para uma debilidade crônica dos “de baixo” de agirem como classe, isso porque a formação do capitalismo no Brasil converteu

a classificação pelo trabalho (e suas implicações sócio-econômicas, culturais e políticas) em uma espécie de privilégio degradado, de “segunda grandeza”, que induz os assalariados reais ou potenciais a absorver as ilusões e algumas das expectativas de existência social inerentes à “condição burguesa” (CDCSAL, p. 82).

⁴⁰ Cf. Salário, preço e lucro p. 84. Apud Oliveira 2012.

Isso significa que as oportunidades de trabalho que passavam pela institucionalização do mercado eram limitadas, e, com isso, as pessoas que dele conseguiam participar eram tidas pelo autor como “privilegiadas” e acabavam criando um compromisso com a ordem capitalista⁴¹. No período em questão, Florestan percebia uma incompletude do mercado de trabalho, pois havia uma parcela grande da população brasileira que não estava incluída nesse mercado de trabalho institucionalizado. Isso nos leva a pensar, mais uma vez, na herança social da escravidão, pois segundo o autor, os negros e mulatos são as camadas da população que mais encontravam dificuldades de integração no mercado de trabalho institucionalizado.

Isso não quer dizer, no entanto, que a mercantilização do trabalho não era capitalista, tais relações de trabalho “apenas afetam o grau de institucionalização desse processo e confinam-no, predominantemente, a tipos de racionalização inerentes às relações sociais não-institucionalizadas” (SCS, p. 46). Para o autor, a debilidade dos mecanismos de mercantilização do trabalho também se liga a ausência de sindicatos fortes, autônomos e atuantes.

Por isso, a mercantilização do trabalho não incluiu todos os possíveis vendedores de sua força de trabalho, não criou um mercado interno de grande expressão nem introduziu tendências para a distribuição mais igualitária da renda.

Por último, as contradições entre as forças produtivas e as formas de organização da produção aparecem de forma singular, por conta da especificidade do desenvolvimento capitalista já apontado nos dois pontos anteriores. A contradição capital - trabalho típica da relação capitalista é a mesma em qualquer capitalismo. No entanto, o extremo desequilíbrio das forças sociais presentes no cenário brasileiro cria uma situação que é no mínimo complexa. Os agentes humanos que conseguem se integrar ao mercado de trabalho, acabam se identificando com a economia de consumo e com a ideologia desenvolvimentista. Essa questão é relevante, pois nos ajuda a entender o porquê dos setores populares da sociedade brasileira não terem se rebelado contra as técnicas de apropriação capitalista. Segundo Florestan “Em tais circunstâncias, as contradições emergem, de fato, mas elas têm outras

⁴¹ Isso marca a questão da consciência trabalhadora e da luta por melhores condições de trabalho. Para pensar a formação de um grupo político organizado, capaz de defender seus interesses é preciso pensar as condições objetivas, concretas de isso ocorrer.

origens, outro sentido e outras conseqüências. Não é o poder expansivo de forças produtivas sufocadas, mas a debilidade das formas de organização da produção que engendra e dinamiza as contradições realmente operativas em seu seio” (SCS, p. 48).

Interessante observar que Florestan está o tempo todo dialogando com as formas modernas de relações de produção aliadas às formas mais tradicionais que ainda se perpetuam no país. Isso não quer dizer, entretanto que o autor trabalhe com o conceito de “sociedade tradicional” para explicar os dinamismos da sociedade brasileira, mas que apenas deve-se levar em consideração que os efeitos e as necessidades da modernização revitalizaram e perpetuaram elementos que não são especificamente modernos e que atuaram diretamente na realização do regime de classes. Por isso que Florestan Fernandes nos coloca que “a estabilidade da ordem social competitiva depende de mecanismos que fomentam e intensificam a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, redefinindo os privilégios e as iniquidades sociais, em vez de atenuá-los e diluí-los” (CDCSAL, p. 66). Dessa forma o regime de classes funciona de modo parcial e incompleto no país, revitalizando relações típicas do regime de castas e estamentos.

2.2.2. A influência de Weber

Weber também é um autor bastante presente na perspectiva de Florestan Fernandes. Este para a análise da estrutura social se ancorou em temas que são bastante debatidos por Weber, como as formas tradicionais de dominação e os dinamismos de mercado como mecanismo de classificação social. Por isso vamos destacar aqui duas questões que consideramos essenciais para a análise do subdesenvolvimento no pensamento de Florestan a partir do sistema explicativo de Weber: a *situação de classe* e as *formas de dominação*.

A questão central para entendermos a especificidade da formação social brasileira é analisarmos a transição da *ordem social escravocrata e senhorial* para a *ordem social competitiva*. Isso porque como a tese de Florestan é de que os elementos do passado se reproduziram no presente, cabe-nos entender como as situações de casta e de estamento foram transformadas e/ou conservadas no cenário brasileiro, e como atuaram na formação e consolidação do regime de classes. Para entendermos tais questões a teoria sociológica de Weber é central. Para Weber a questão da classe está relacionada com as hierarquias

sociais, o autor faz uma separação da distribuição do poder na sociedade entre as ordens política, econômica e social. A definição da classe social em Weber está associada a valorização de bens e de trabalho no mercado, que é a acepção da *situação de classe*. Essa é uma definição que leva em conta somente a ordem econômica.

Pensando na particularidade das sociedades subdesenvolvidas, a situação de classe a partir das relações de mercado nos permite refletir, por um lado, na subordinação do mercado aos interesses externos, e por outro, nas debilidades de inserção e institucionalização desse mercado na sociedade brasileira, apontando para as dificuldades de ampliação do mercado interno e de inserção de toda a massa populacional no mercado de trabalho institucionalizado.

Cabe colocar que Weber, ainda que não esteja ancorado na perspectiva da classe para a explicação das relações sociais, coloca questões que devem ser tratadas com cuidado na análise da realidade brasileira sobre as diferentes esferas das hierarquias sociais, apontando para outros elementos importantes na análise, como o status, a honra. Por isso, quando Florestan pensa os estamentos e castas no Brasil na época da colônia e do império está bastante apoiado na teoria de Weber sobre os padrões de dominação. É, portanto, nas explicações de Weber sobre o poder e as formas de dominação que Florestan julga estar sua maior contribuição para a análise das sociedades subdesenvolvidas, uma vez que o elemento político, através do controle do Estado, é central para pensar o capitalismo. A análise das formas específicas de dominação nos fornece elementos para pensarmos o padrão específico de dominação que se estabelece com o desenvolvimento do capitalismo, ou, em outras palavras, o padrão de luta de classes típico da situação do capitalismo dependente. Weber nos ajudará a entender a evolução da estrutura social no Brasil e como a sociedade de classes preservou um padrão de elitismo típico da dominação estamental⁴².

O essencial nessa análise está no fato de que Weber, ainda que tenha distinguido tão bem os diferentes tipos de dominação, procurava encontrar na observação histórica as combinações possíveis desses tipos. As questões fundamentais se colocam nesse plano, portanto. Sua análise sobre as diferentes formas de dominação favorece o entendimento de situações simultâneas em diferentes níveis de desenvolvimento, o que permite a análise de situações do passado que ainda não foram superadas a situações do presente que trazem os

⁴² Cf. CF p.113

“novos ares”. Isso é fundamental para pensarmos a transição para o capitalismo no Brasil e a persistência das formas de dominação patrimonialista e autoritárias mesmo com o advento do trabalho livre e das relações capitalistas de produção.

Segundo Florestan,

(...) o importante em tal esquema interpretativo vem a ser o significado dinâmico atribuído ao elemento político. Sem ignorar as conexões econômicas, seu desenvolvimento e efeitos, ele relaciona a superação de um destino social “negativo” (por suas implicações residualmente coloniais e nacionais) com disposições e ações fundamentalmente políticas, suscetíveis de mudar estruturas de poder nas relações entre sociedades globais. (SCS, p. 42)

É a partir da análise da *Ordem social escravocrata e senhorial* que Florestan vai refletir sobre a superposição de estamentos de uma “raça” dominante e de castas de “raças” dominadas. O autor vai mais além, ao pensar a formação da sociedade de classes no Brasil aponta para a necessidade do emprego simultâneo dessas categorias referentes à estrutura social. Nas palavras do autor: “Ao se evitar o emprego simultâneo de conceitos e categorias históricas como “casta”, “estamento” e “classe” perde-se, portanto, aquilo que seria a *diferença específica* na evolução da estratificação social no Brasil” (CF, p. 63 – grifos do autor).

A concepção da racionalidade capitalista presente em Weber a partir da idéia de que o desenvolvimento do capitalismo traz uma tendência as formas mais racionais de relações sociais é bastante utilizada por Florestan. Quando este pensa na relação entre as formas racionais e tradicionais de dominação aponta para a particularidade do processo social brasileiro, por isso o autor afirma que

(...) as condições para a emergência e o fortalecimento de formas típicas de socialização de classes tornam-se débeis, vacilantes e ambíguas, fazendo com que as classes percam algumas de suas influências sociodinâmicas mais características (como suporte de modos racionais de consciência social, de relações de conflitos e de mudanças do padrão de integração da ordem social) (SCS, p.40).

Tal situação fica clara quando pensamos, mais uma vez, nos vínculos que o capitalismo dependente mantém com as estruturas sociais do passado. A transição da sociedade estamental e de castas para a sociedade de classes se dá com uma forte persistência das estruturas “tradicionais”.

Isso marca uma diferença importante para pensarmos a particularidade histórica da sociedade de classes no Brasil, pois aqui não havia uma classe burguesa em oposição aos privilégios estamentais. De acordo com Weber, a ordem estamental é pouco propícia a dinâmica da competição; isso porque a prevalência dos privilégios estamentais negligencia a ordem competitiva em favor de um grupo de *status*. Se levarmos seu pensamento às últimas conseqüências notaremos que esta é uma irracionalidade do ponto de vista de uma economia de mercado livre⁴³. No entanto, o importante para nós é entendermos como essa “irracionalidade” deu lastro para o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil.

A evolução histórico-social induziu a formação de uma sociedade de classes sem que houvesse uma ruptura completa com as relações estamentais. O fator específico no Brasil é que mesmo com um comportamento tipicamente estamental se desenvolveu uma economia de mercado. Por isso, mesmo que Florestan se utilize de Weber para analisar a sociedade brasileira, precisou ir além dele, pois necessitou perceber o tipo de sociedade de classes que emergia em um contexto com *fortes elementos estamentais*. Nas palavras do autor: “ao contrario do que Weber supunha, no contexto tradicionalista a dominação autoritária comporta certos elementos racionais. Um indivíduo, independentemente de sua posição no padrão de relação, pode encarar e converter o outro em ‘meio para atingir certos fins pessoais imprevistos’”. (INSC I, p. 376).

A essa questão devemos relacionar o ponto de partida de Florestan sobre a desigualdade de competição, pois percebendo a dificuldade da ordem social competitiva se universalizar, Florestan enxergou que a racionalidade da ordem capitalista no Brasil se aproximaria de uma irracionalidade, ou melhor, a competição no Brasil se daria através da *racionalidade possível*.

O importante nessa discussão, segundo Florestan Fernandes não é a dominação em si, mas as diferentes formas de dominação que se conjugam e atuam no regime de classes. É na sua análise da relação entre “brancos” e “negros” que o autor colocou a questão da dominação patrimonial, e que deve ser tratada de forma articulada aos requisitos típicos do capitalismo moderno – como a formação do Estado burguês, do mercado de trabalho e das

⁴³ “os chamados estamentos dificultam a realização rigorosa do princípio de mercado, puro e simples” (Weber, apud Hirano, 2002, p. 174).

relações sociais “racionais” – para que possamos pensar a particularidade da formação das classes, do padrão de dominação de classe e da luta política entre essas. Nas palavras de Florestan:

o que se deve enfatizar não é, propriamente, a existência de relações de dominação. Em toda sociedade de classes existem formas legítimas de exercício da dominação, da liderança e da autoridade. Mas a interpenetração entre o regime de classes e as formas arcaicas de dominação racial. Se os negros e os mulatos tivessem conseguido classificação social rápida no seio do regime de classes emergente, suas relações com os brancos se converteriam, simultaneamente, em relações de classes (INSC I, p. 340).

Por isso, Weber não é um autor de pouca importância para Florestan Fernandes, permitindo com que reflita sobre os vínculos existentes entre os diferentes grupos sociais (sejam eles internos e/ou externos) no plano moral e na esfera política; que permite pensarmos não só na formação da sociedade de classes, mas no papel que os negros e mulatos (ex-escravos) tiveram na formação social brasileira.

2.2.3. A influência de Durkheim

Durkheim, assim como Marx e Weber, também é bastante presente na teoria sociológica de Florestan Fernandes. São nas suas análises empíricas de grande porte onde se faz notar a utilização do arcabouço teórico funcionalista proposto por Durkheim. Foi ancorado em seu método que formulou a hipótese sobre a função do preconceito de cor na sociedade inclusiva.

Durkheim não desaparece da teoria de Florestan, mas vai ganhando outros contornos. Sempre preocupado com a pesquisa empírica aliou o método funcionalista, nas suas pesquisas de campo, às suas perspectivas “macros” de interpretação da sociedade brasileira. Ainda que na sua trajetória Florestan se dedique cada vez mais aos estudos e pesquisas macrosociológicos.

Não queremos dizer com isso que Florestan deixou de se atentar para a pesquisa empírica, em seus textos fica clara a preocupação do autor de sempre aliar a perspectiva micro de análise com a perspectiva macro. Por isso, para o autor, a tarefa de qualquer sociólogo deve ser “de aventurar-se às construções de longa duração e a vincular os

resultados da investigação histórica com as descobertas da pesquisa de campo. É seu dever ‘profissional’” (CF, p. 28). Ao perceber a sociologia dessa forma o autor dialoga com os conceitos e categorias de Durkheim, e isto aparece nitidamente no seu estudo sobre a integração do negro, com o qual dialogamos aqui nesse trabalho.

Ao pensar a contribuição de Durkheim, Florestan primeiramente trata de indicar que as sociedades subdesenvolvidas não devem ser tratadas como uma patologia⁴⁴; segundo o autor essas são “o que se poderia entender como manifestação normal daquele tipo, nas condições que deram origem e mantiveram o capitalismo dependente” (SCS, p. 51). Isso mostra como o autor recebe a influência de Durkheim, pensando os problemas relacionados a esse tipo de sociedade à luz das manifestações histórico-sociais específicas da situação brasileira. Florestan procura fazer um diálogo entre Durkheim e Marx⁴⁵, pois pensada a luz da perspectiva histórica as contribuições de Durkheim adquirem um caráter explicativo maior. Isso porque Durkheim define os níveis estruturais e dinâmicos de uma sociedade a partir da interdependência moral e da integração dos estados de consciência coletiva (através da teoria da divisão do trabalho social)⁴⁶.

Não é à toa, porém, que o autor, ao pensar uma possível limitação do modelo de explicação marxista para a análise do Brasil, situa o que considera a contribuição mais importante de Durkheim: as funções da solidariedade orgânica e mecânica para a criação de uma moralidade específica. Florestan percebe a importância dos mecanismos de solidariedade moral para o entendimento da situação histórica brasileira, pois para ele as

(...) obrigações morais e formas de solidariedade incompatíveis com o capitalismo (dependente ou avançado) e com o funcionamento de uma ordem social competitiva acabem tendo importância variável na constituição do horizonte cultural médio, no bloqueio dos fatores estruturais de mudança social e inclusive na distorção ou solapamento do estilo emergente de vida social, econômica e política (SCS, p. 50).

Para Florestan, a fraca integração moral provoca comportamentos econômicos individualistas e perpetua as formas brutais de exploração econômica. A questão da perpetuação de estruturas e relações arcaicas se vincula diretamente a essa ausência de

⁴⁴ Durkheim elabora seu esquema interpretativo pensando em padrões sociais. Para tal opera a partir de uma dicotomia entre o “normal” e o “patológico”.

⁴⁵ Cf. SCS p. 52

⁴⁶ Cf. SCS p. 52

integração moral; e a idéia da resistência sociopática as mudanças sociais é importante para que desenvolva a sua tese sobre a funcionalidade do arcaico. Esta se ancora no modelo explicativo de Durkheim. Nas palavras do autor:

Uma fraca integração da solidariedade moral em nível nacional, por exemplo, aumenta o teor egoístico dos comportamentos econômicos individualistas (podendo inclusive polarizá-los em direções anti-sociais) e concorre para manter estados de apatia ou de conformismo diante da perpetuação de formas iníquas de exploração econômica, de privilégios sociais aberrantes e perigosos ou da monopolização do poder por elites mais ou menos indiferentes ao destino da coletividade. Além disso, a persistência, em bloco, de estruturas arcaicas e a intensidade sociopática da resistência à mudança são, em si mesmas, sintomáticas. (...) O subdesenvolvimento engendra, através do capitalismo dependente, interesses econômicos e vínculos morais que lançam suas raízes nas conexões da organização econômica e social das sociedades subdesenvolvidas com as sociedades avançadas. Ele também cria disposições subjetivas, propensões morais e um estado de espírito que possuem por função manter os vínculos entre as duas sociedades, a hegemônica e a satélite (SCS, p. 53-4).

Para Florestan, o fato de não haver entre os diferentes setores da população, principalmente os setores subalternos, uma integração moral, de caráter coletivo, capaz de criar laços de solidariedade e dar certa coesão a ordem social é importante para pensar as dificuldades de integração ao nível das “novas” estruturas oriundas do desenvolvimento capitalista. Ao pensar a dificuldade de integração do negro e as funções que o preconceito de cor adquiria no *meio social interno* fica explícita a contribuição de Durkheim.

Inclusive Florestan se utiliza da categoria *anomia* para a descrição e explicação da situação social dos negros e mulatos na transição e formação da sociedade moderna no Brasil. Cabe colocar, entretanto, que mesmo que Florestan faça uso do conceito de *anomia* – cunhado por Durkheim dentro do arcabouço teórico funcional estruturalista – o faz a partir de uma rotação teórica do mesmo. Para Durkheim, o estado de *anomia* é típico de situações de conflito, onde a ordem social perde sua coesão. Florestan, por outro lado, não percebe o conflito social dessa forma, para o autor, o conflito é típico da relação humana, e a luta pelo desenvolvimento é uma luta de diferentes interesses, por isso uma luta de classes. O uso do conceito de *anomia* representa o pauperismo extremo, a exclusão e a desorganização política e social.

Ao analisar a situação de *anomia* presente no “meio negro” não vai tratá-la como um obstáculo ao funcionamento “normal” da sociedade, percebendo e articulando tal questão

com as particularidades de uma sociedade que se desenvolveu preservando elementos econômicos, políticos, socioculturais e morais que não são tidos como tipicamente modernos.

Ao articular os três modelos sociológicos para a explicação das sociedades subdesenvolvidas o que Florestan quer mostrar são as variações típicas do regime de classes e da ordem social competitiva, por isso afirma:

Os três modelos suportam igualmente a conclusão de que as sociedades capitalistas subdesenvolvidas absorveram os padrões de organização econômica, social e política da civilização ocidental moderna (ou seja, característicos do capitalismo, do regime de classes e da democracia representativa), mas segundo arranjos econômicos, sociais e políticos que refletem tanto a dupla polarização da ordem econômica nelas vigente quanto os aspectos inibidores da herança colonial (SCS, p.55).

Por fim, cabe acrescentar que Florestan não se prende rigorosamente ao modelo explicativo de nenhum dos clássicos da sociologia. Ele os articula para pensar os elementos morais, culturais, sociais, políticos e econômicos na formação da sociedade brasileira. Por isso, acreditamos que Florestan fundou um modelo sociológico explicativo para pensar o Brasil.

3. Padrão de desenvolvimento dependente

A obra de Florestan Fernandes ao tratar do padrão específico do desenvolvimento capitalista no Brasil aponta para os importantes elementos econômicos, políticos, sociais e culturais que se mantiveram do passado e se reproduziram no presente.

O autor, ao trabalhar com a teoria do desenvolvimento capitalista, aponta para as classes sociais que realizam o processo de mudança social, entendendo que a explicação do processo socioeconômico se encontra nas relações de cooperação ou de luta entre essas. Dessa forma, Florestan elabora uma definição sociopolítica para o desenvolvimento, uma vez que ela reflete a forma pela qual os homens lutam e transformam a organização da sociedade. Nas palavras do autor:

a posição das classes sociais na estrutura de poder da sociedade é que determina e gradua a maneira pela qual as mudanças sociais se concretizam historicamente.

(...) No fundo, a chamada “luta pelo poder político” representa uma luta pelo controle da mudança social, pois são seus efeitos que ditam o sentido, o alcance e a continuidade, a curto ou longo prazo, das alterações ocorridas no padrão de integração da ordem social vigente (SCS, p. 147).

Ao tratar da especificidade do capitalismo no Brasil Florestan nos revela o padrão de desenvolvimento que se consolidou no país, isso a partir de sua análise histórico-social sobre o processo de consolidação da revolução burguesa no Brasil. A sua concepção do desenvolvimento, *duplamente articulado*, mostra a reposição da dominação imperialista no Brasil e o padrão de desenvolvimento de forma desigual e combinada.

O autor demonstra que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu a partir das necessidades da acumulação capitalista mundial, sendo o momento da consolidação do capitalismo brasileiro a “era do imperialismo total”. Isso mostra que a articulação com as economias centrais não será superada, amarrando a burguesia dependente ao capital internacional. O autor destacou no padrão de acumulação de capital a relação dependente com os países avançados, assim importante parcela do excedente econômico criado no espaço nacional estava direcionada para fora do espaço nacional, atendendo às necessidades externas ao país. Segundo Florestan este é um componente típico do padrão de acumulação no Brasil. Nas palavras do autor:

(...) a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes) (...) vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados (CDCSAL, p. 45).

A drenagem do excedente econômico é um aspecto do caráter duplamente articulado do desenvolvimento brasileiro, e se repôs no Brasil com a crescente subordinação no âmbito internacional. A questão do desenvolvimento é colocada, portanto, como a capacidade de lidar com as transformações econômicas, políticas e socioculturais que disseminavam do centro para a periferia do capitalismo.

Nesse sentido, para entender o desenvolvimento capitalista no Brasil era preciso pensá-lo em consonância com o capitalismo mundial, por isso sua concepção de *totalidade*, a partir da concepção do *desenvolvimento desigual e combinado* é decisiva.

Ao tratar do padrão de acumulação de capital o autor destacou a sua origem na espoliação colonial que, ocorrida ao longo de três séculos, acabou por limitar a capacidade de uma *acumulação originária* de capital suficientemente forte para sustentar um desenvolvimento autônomo.

Mesmo com o fim do pacto colonial a drenagem de excedentes não cessou, a inclusão no mercado mundial através dos negócios de exportação e importação e a internacionalização dos mercados internos caracterizaram a integração dependente da economia brasileira⁴⁷. A modernização no Brasil teve, portanto, um aspecto peculiar, pois:

(...) não concorreu para destruir estruturas econômicas e sociais arcaicas, em um clima de verdadeira pilhagem, mas de mudança interna e acelerada, tanto na esfera da economia rural, quanto na esfera da economia urbana. (...) Assim, as estruturas econômicas e sociais, constituídas sob a égide do sistema colonial, permaneceram mais ou menos intactas, ao lado das novas estruturas sociais e econômicas, criadas sob o impulso da expansão urbana e da implantação do setor capitalista correspondente, montado através de processos de modernização incentivados, orientados e comercializados a partir de fora (SCS, p. 44).

Esse específico padrão de acumulação vai articular no espaço nacional não uma economia capitalista típica e integrada, mas uma forma de desenvolvimento desigual e combinada, coexistindo no país estruturas produtivas e relações de produção em diferentes “idades históricas”. Essa heterogeneidade vai implicar numa forma específica da exploração do trabalho e da dominação de classe. Mesmo com o desenvolvimento do mercado de trabalho – ainda que a drenagem permanente do excedente impusesse uma tendência à depreciação na remuneração do trabalho –, permaneceram formas de superexploração da força de trabalho, nas áreas mais “atrasadas” do país. Isso “envolve, portanto, a combinação do trabalho assalariado com compensações pré-capitalistas”. (CDCSAL, p. 62)⁴⁸.

⁴⁷ Para maiores detalhes desse processo histórico indicamos ao leitor o capítulo VI da *Revolução burguesa no Brasil*.

⁴⁸ As formas de superexploração do trabalho como componente do padrão de acumulação vão operar diretamente nos mecanismos de formação da classe trabalhadora, e nos dinamismos do mercado de trabalho.

A reflexão que Florestan Fernandes faz sobre a funcionalidade da arcaização no capitalismo dependente é muito importante, uma vez que entende a economia agrária como um dos eixos estruturais e dinâmicos da formação da sociedade de classes no Brasil⁴⁹.

Para o autor, o desenvolvimento capitalista dependente encontrou na exploração da “arcaização do moderno” e da “modernização do arcaico” uma forma de compensar a sua extrema subordinação às economias capitalistas internacionais. Dessa forma concebe a disparidade regional e a superexploração das formas de trabalho como requisitos indispensáveis do desenvolvimento dependente.

Nesse sentido, Florestan Fernandes afirma que:

(...) para se aninhar e crescer nas economias capitalistas periféricas, esse padrão de desenvolvimento capitalista tem de satelitizar formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas”, que persistiram ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial. Tais formas econômicas operam, em relação ao desenvolvimento capitalista-monopolista, como fontes de acumulação originária de capital. Delas são extraídos, portanto, parte do excedente econômico que financia a modernização econômica, tecnológica e institucional requerida pela irrupção do capitalismo monopolista, e outros recursos materiais ou humanos, sem os quais essa modernização seria inconcebível (RBB, p. 315).

A visão da *dupla articulação* de Florestan Fernandes também rompeu com a perspectiva difundida pelos desenvolvimentistas que acreditavam no papel revolucionário da “burguesia nacional”. Isso porque a articulação às economias capitalistas centrais foi uma decisão interna das classes dominantes que, convergindo sua ação em torno do monopólio do Estado, consolidou o capitalismo dependente no Brasil em prejuízo do capitalismo democrático e nacional⁵⁰; e a modernização a partir dos influxos externos pôs “(...) em segundo plano os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva” (RBB, p. 298).

O autor formula a sua tese da *dupla articulação* depois de perceber o movimento do capital monopolista no Brasil⁵¹, através da entrada das grandes corporações no país a partir

⁴⁹ Cf. SCS, p. 180.

⁵⁰ Trataremos mais adiante sobre a consolidação da classe burguesa no Brasil.

⁵¹ Para Florestan a irrupção do capitalismo monopolista no Brasil se deu como processo a partir da década de 1950, a entrada das grandes corporações no espaço nacional gerou um crescimento acelerado do país a partir dos influxos externos. Esse padrão de acumulação de capital orientado para atender os interesses externos – das grandes corporações – limitou a capacidade de concentração e centralização de capital dos agentes

da década de 1950. Isso porque a burguesia brasileira ao associar-se com o capital estrangeiro deixou para trás as possibilidades reformistas e democráticas. Assim, o *desenvolvimento duplamente articulado* criou seu próprio modelo de transformação capitalista e sua forma típica de dominação burguesa, conjugando organicamente o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista. Portanto, para o autor, o desenvolvimento do capitalismo dependente se deu à custa do ultraprivilegiamento das classes burguesas, representantes tanto das técnicas mais “modernas” de produção quanto dos setores mais “atrasados” do campo.

Nesse sentido, a mudança social ficou sob os interesses de uma única classe: a burguesia, responsável pela aceleração da história no Brasil. Assim o desenvolvimento do capitalismo dependente precisou conciliar as iniquidades econômicas e sociais necessárias para a manutenção da dependência externa e do privilegiamento dos setores dominantes. Esse padrão de desenvolvimento dependente consolidou um regime de classes típico, no qual os fundamentos jurídicos e morais da ordem burguesa não puderam ser universalizados para todos os setores da população, conservando profundas marcas da situação de castas e estamental nas “novas” relações já amplamente permeadas pela ordem competitiva e pela estratificação em classes.

econômicos internos. Para mais detalhes das fases e do processo de expansão econômica do capitalismo no Brasil recomendamos, mais uma vez, a leitura do Cap. VI da RBB.

Cap. II: A formação da sociedade de classes no Brasil

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que fez e faz história segurando esse país no braço
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento, mas muito bem intencionado
E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar⁵².

1. A particularidade do regime de classes no Brasil.

Desde a colonização ainda que as relações sociais não fossem tipicamente capitalistas a acumulação já se dava a partir do capitalismo mercantil. Sendo assim a partir de que momento podemos considerar a sociedade brasileira dividida em classes sociais? De que forma a dinâmica da competição interfere na constituição das classes sociais? Como a vinculação ao mercado internacional e a apropriação dual do excedente econômico interfere na dinâmica das classes?

A essas questões tentarei responder partindo do pensamento de Florestan Fernandes. Segundo o autor, a explicação de sociedades estratificadas em que a desigualdade econômica, social e política se funda no capital industrial deve ser ancorada no conceito de classe social.

No entanto, cabe fazer um breve relato sobre a estrutura social brasileira da colonização até o momento final da revolução burguesa no Brasil, para que assim possamos compreender quais são os importantes elementos do passado que permanecem na

⁵² A carne, Seu Jorge.

articulação arcaico/moderno e qual são os efeitos para a formação das classes sociais no país.

Devemos reter isso, porque, como já dito anteriormente, a particularidade da estrutura social brasileira permite o uso simultâneo das categorias como *casta*, *estamento* e *classe*. Assim, um breve panorama histórico social do Brasil nos ajudará a entender como certas relações sociais da *ordem social escravocrata e senhorial* se estenderam mesmo com o advento da *ordem social competitiva*.

Já vimos anteriormente que o processo de desenvolvimento no país não consolidou um capitalismo democrático e nacional, o que coloca outras premissas para pensarmos o desenvolvimento do regime de classes, uma vez que no Brasil o capitalismo e a sociedade de classes não nasceram de uma evolução interna, perpetuando com a dominação externa e com a concentração social da renda e do poder.

Isso implicou num processo social bastante particular. Florestan, ao analisar o processo de modernização, busca entender como esses fatores atuaram e deformaram o regime de classes no Brasil, fazendo com que este fosse típico de uma brutal situação de segregação social. Tal segregação também deve ser entendida aqui como uma segregação racial, já que a tese central do autor sobre a questão racial é que os padrões assimétricos das relações raciais no Brasil foram sendo incorporados no regime de classes. Por isso, tratar da formação da sociedade de classes no pensamento de Florestan Fernandes é entender os processos de integração dos “negros” e “mulatos” na sociedade de classes; mostrando como as desigualdades presentes nas relações raciais do passado escravista foram reabsorvidas e redefinidas com o advento do trabalho livre e das novas condições histórico-sociais.

As questões relevantes para a análise da formação do regime de classes no Brasil passam, portanto, pela subordinação aos centros externos, pela relação do “arcaico” com o “moderno” (pensando as tradições patrimonialistas e autoritárias), a formação de atores sociais coletivos, a inserção econômica desses atores e sua dinâmica nas relações de produção. Para a apreensão de tal processo no Brasil, Florestan faz dois movimentos: utiliza, por um lado, a teoria clássica da sociologia e, ao mesmo tempo, utiliza amplamente os conceitos essenciais do capitalismo dependente e subdesenvolvido. Dessa forma, Florestan coloca o problema numa amplitude em que é possível compreender a conexão entre a origem do regime de classes e a situação de dependência e subdesenvolvimento.

No estudo presente, a questão que guiará a nossa análise é como se deu a formação e o desenvolvimento do regime de classes. Por isso o importante é entendermos as particularidades desse processo no Brasil, já que segundo o autor “(...) a organização de classes nas sociedades ocidentais abrange variações amplas e significativas, quando se consideram as peculiaridades da evolução do capitalismo e das condições de existência social em cada uma delas” (ESGA, p. 74). Acreditamos que para a análise da classe social, o autor se ancora amplamente em Marx e Weber, sendo a classe social típica do modo de produção capitalista e associada ao mercado como mecanismo de classificação social. Nas palavras do autor:

o problema capital para o sociólogo consiste, pois, em investigar como os indivíduos são expostos a influências sociais da mesma natureza, pelo fato de se encontrarem em condições sociais idênticas ou semelhantes. (...) Não só se preocupa, então, com a análise dos comportamentos e ações típicas dos membros de uma classe social, mas estuda, com o mesmo interesse, os movimentos sociais e os mecanismos de controle social de classes (ESGA, p.75).

O que importa para o autor é marcar a diferença específica de tal transformação no Brasil, o modo pelo qual o capitalismo se consolidou e se irradiou historicamente como processo social. Tal processo apresenta variações típicas nas classes: nas atitudes e comportamentos; na consciência e nas relações, e na articulação e oposição das classes entre si. Essas diferenças são importantes para pensarmos não só a formação das classes sociais, mas também a especificidade do padrão de luta de classes no Brasil. Florestan percebeu tais diferenciações a partir da constatação de que o desenvolvimento e a acumulação capitalista no Brasil foram propícios para a revitalização de comportamentos tradicionais. O autor aponta para o fato de a expansão capitalista dependente ter se ajustado às condições externas e internas específicas, e estas

restringiram ou entorpeceram as funções diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalistas, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais (CDCSAL, p. 39).

Para Florestan, portanto, o que está em questão é a emergência de um regime de classes que se desenvolveu sem romper com as hierarquias e estruturas sociais do passado colonial e escravista. Por isso coloca a questão da seguinte forma:

A hipótese que se delineia não é a de uma gradual autocorreção do regime de classes (tal como ele está estruturado). Mas, a de uma persistência e de um agravamento contínuos da presente ordenação em classes sociais, cujas “debilidades” e “deficiências estrutural-funcionais” foram institucionalizadas e são na realidade funcionais. Se elas desaparecessem (ou fossem corrigidas), com elas desapareceria essa modalidade duplamente rapinante de capitalismo (CDCSAL, p. 40).

Esse específico desenvolvimento do regime de classes no Brasil resultou num padrão de dominação que o autor chamou de autocrático. Por isso, para Florestan, a sociedade de classes sob o capitalismo dependente deu continuidade a uma rígida estrutura social, funcionando como um *circuito fechado*, pois precisa impedir a conquista de espaço político das classes subalternas para a manutenção do próprio sistema econômico.

Apontaremos, a partir dessa concepção de Florestan, a evolução da estrutura social no Brasil, com suas superações e seus limites para a constituição das classes sociais e dos atores políticos na formação histórico-social brasileira.

1.1 Estamentos, castas e classes na formação social brasileira

Na evolução social do Brasil, Florestan aponta para as diferentes formas de hierarquia social, percebendo na sociedade colonial e imperial a presença de estamentos e castas.

Florestan Fernandes, ao tratar deste tema, tem marcada a influência de Max Weber⁵³. Para este, a sociedade estamental é caracterizada pela honra e pelo *status*, através do monopólio dos bens econômicos e políticos, sendo uma ordem societária bastante rígida. A organização econômica e política do Brasil colonial atendiam aos interesses dos grupos de estamentos, ou seja, era uma ordem social marcada pelo privilégio.

⁵³ Segundo Weber, “chama-se estamento a um conjunto de homens que, dentro de uma associação, reclama de um modo efetivo: uma condição estamental exclusiva – e eventualmente, também, um monopólio exclusivo de caráter estamental”. (...) E, ainda, “toda sociedade estamental é convencional, ordenada pelas regras do estilo de vida; elabora, portanto, condições de consumo economicamente irracionais e impede dessa forma a formação do mercado livre pela apropriação monopolista e pela eliminação da livre disposição sobre a própria capacidade aquisitiva” (Weber, apud Hirano, p. 53).

Essa situação colocava os senhores rurais, a corte portuguesa, e o clero como os estamentos dominantes, formando um grupo de *status*/honra que monopolizava a apropriação econômica e a dominação política. O código de honra no Brasil se dava através da “raça”. Os brancos, como “raça dominante”, ocupavam as posições mais estratégicas da ordem social.

A estrutura social organizada através das castas é a forma histórica em que as relações econômicas e políticas entre as pessoas se dão através de suas vinculações a um elemento tradicional⁵⁴, seja ele religioso, de “raça”, hereditário. Essa forma de organização social no Brasil está associada à questão da *escavidão negra*. A “raça” foi o elemento de classificação dos agentes humanos na divisão social do trabalho, sendo os negros agentes do trabalho pertencentes a uma subordem de castas. A dinâmica das relações sociais estava fundada na presença imperativa do branco, e o negro escravo era tratado com inferioridade na sociedade. Essa rígida ordem social necessitava de um padrão de dominação que mantivesse a situação desigual entre negros e brancos, é por isso que, para Florestan:

O ponto de apoio estrutural e dinâmico desse tirânico estilo de acomodação interétnica e inter-racial nascia de uma confluência e da conjugação de formas de repressão, de controle armado e de despotismo generalizado (forjadas e mantidas pela superposição de estamentos e castas), graças às quais uma rala minoria não só monopolizava socialmente todo o poder, como o aplicava a seu bel-prazer. Essa monopolização permitia que, com relativa facilidade, as instituições-chaves pusessem nas mãos dessa minoria, em qualquer momento e em qualquer nível das relações comunitárias e societárias, os meios necessários para *defender a ordem*, impedindo qualquer evolução explosiva da “anarquia reinante”, do “rancor do escravo” e dos possíveis “atropelos” da gente miúda branca e mestiça (CF, p. 73 – grifos do autor).

Essa estrutura social manteve a base de aquisição e de distribuição da produção relativamente estável aos estamentos dominantes, o que colocava como requisito da ordem a manutenção do privilégio econômico e do *status* político e social. A sociedade colonial e neocolonial compôs-se, portanto, de um núcleo central, formado pela “raça branca dominante” e outro formada pelas “raças inferiores” de negros e mulatos.

⁵⁴ Essa concepção de castas é trabalhada por Weber. O regime de castas é a relação do trabalho tratada como vocação, ofício, de caráter religioso, sagrado, e tem um mecanismo de controle social rígido. É típico de situações onde a ação social do homem se dá de forma tradicional.

O desenvolvimento socioeconômico do Brasil provocou alterações nessa estrutura social, pois o advento do trabalho livre e da república trouxeram importantes transformações para pensarmos a ordem social. Entretanto, mesmo com a abolição do trabalho escravo, a transformação essencial se deu para os estamentos dominantes, que com o fim do pacto colonial e posteriormente com o fim do Império absorveram pouco a pouco a mentalidade competitiva típica das relações capitalistas. Como a acumulação se organizou para atender às exigências do mercado mundial, a ordem social no Brasil, para dar lastro a essa expropriação internacional, precisou ser muito rígida, dependendo da perpetuação da superconcentração da renda, do prestígio social e do poder.

O processo de transformação dos fazendeiros pertencentes aos estamentos dominantes em homens de negócio nos revela uma dimensão peculiar da evolução social: o aburguesamento dos senhores rurais⁵⁵. O fazendeiro assumia aos poucos papéis econômicos tipicamente capitalistas, e “O protótipo do autêntico ‘grande empresário rural’ nos é dado pelo fazendeiro que desempenhava simultaneamente os vários papéis socioeconômicos criados pelas ramificações dos interesses rurais nos centros urbanos” (INSC I, p. 60).

Com o fim do escravismo e da acumulação escravista de capital, a mentalidade competitiva foi cada vez mais incorporada nos antigos fazendeiros, que começavam a viver nas cidades e usufruíam do modo de vida urbano.

Nesse momento os fazendeiros de café assumiam os papéis “revolucionários” de transformação da ordem social e, por isso “O esboroamento final da sociedade de castas e o processo de elaboração da ordem social competitiva se ligam, complexamente, às condições de desenvolvimento da empresa agrária – “a grande fazenda de café”- nas zonas em crescimento econômico, demográfico e social acelerado” (INSC I, p. 59).

A emergência da ordem social competitiva – no momento da abolição da escravidão – é o início da transição para o regime de classes no Brasil, pois ainda que carregados de elementos tradicionais a competição e o mercado já apareciam como fatores de classificação social. Aqui temos elementos para pensarmos como a transição para uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida se processou lentamente para a transformação dos padrões de relações sociais e de dominação social. A herança do

⁵⁵ No Brasil, diferentemente do que ocorreu nos países centrais, não houve um conflito de vida e morte entre a classe industrial nascente e os antigos fazendeiros. Trataremos dessa questão quando analisarmos com detalhe a formação da classe burguesa no Brasil.

complexo colonial, com a rígida especialização de gêneros primários e sua associação ao latifúndio e ao trabalho escravo são elementos importantes para pensarmos a sociedade de classes no Brasil e o porquê de Florestan Fernandes apontar para o fato de o regime de classes no país se realizar apenas parcialmente. O autor considera que “as funções construtivas do regime de classes são profundamente afetadas pelo grau de coesão e de continuidade das formações sociais anteriores à emergência e à consolidação do capitalismo” (SCS, p.73).

Essa questão deve ser pensada junto ao que o autor aponta como os limites da competição na sociedade subdesenvolvida. Isso porque os estamentos dominantes ao mesmo tempo em que se modernizaram perpetuaram com sua estrutura de privilégios. O importante era a manutenção do monopólio do poder e do controle econômico, por isso a maneira como se alterou a mentalidade dos fazendeiros não pôs em jogo o privilegiamento econômico e social. Esse privilegiamento vai atuar como fator de distribuição estamental da renda e do poder na dinâmica da competição.

Florestan ainda aponta para uma desigualdade na competição entre os setores subalternos da população, pois com a emergência do trabalho livre, as relações sociais passaram a ser regidas pela competição. Esta passaria a conduzir os homens livres à procura de trabalho.

Ao analisar a competição no mercado de trabalho o autor percebe uma diferença crucial entre os possíveis vendedores da força de trabalho no Brasil: os imigrantes que chegavam em massa no país e os negros e mulatos, ex-escravos e libertos.

Florestan destaca a dificuldade do negro (ex-escravos) de se integrar a essa nova ordem social. A abolição não garantiu que a massa de ex-escravos fosse colocada sob a forma contratual de trabalho, e os efeitos da concorrência não foram assimilados pelos negros, que teriam dificuldades de adaptação com a nova lógica de trabalho. Várias passagens da *Integração do negro na sociedade de classes* ilustram o pensamento do autor quanto a essa questão: “A desintegração da sociedade estamental e de castas não os favoreceu socialmente [os negros e mulatos], pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social”. (INSC I, p. 62)

Para Florestan não houve um processo de ressocialização dos negros depois da abolição para uma sociedade centrada no trabalho e no contrato, foram “jogados à própria

sorte”. Esse entendimento é crucial para pensarmos o desenvolvimento da ordem social competitiva, já que não permitirá a competição em igualdades de condições. Dessa forma, a dificuldade de integração do ex-escravo na nova ordem social será um elemento essencial para entendermos a sociedade de classes que se irradia no Brasil e as perpetuações das condições desiguais na organização social. É a partir da questão do negro, da constatação de sua integração limitada ou precária nas “novas” estruturas que se desenvolviam que Florestan percebe a desigualdade entre os agentes humanos. Segundo Bastos (2002) a conclusão que Florestan chega a partir do problema do negro é que “uma sociedade estratificada sobre o princípio da desigualdade não oferece lugar a relações sociais fundadas em direitos” (p. 207).

Isso quer dizer que havia a competição, porém ela era neutralizada pelos aspectos tradicionais que ainda imperavam nos agentes econômicos privilegiados. Por isso, para Florestan:

A competição surge como um circuito social estreito e confinado, que se aplica e regula as relações dos que se consideravam “iguais”, que se tratavam como *Povo*, mas excluía os diferentes estratos do povo propriamente dito da “sociedade civil” e dos processos histórico-sociais. Em consequência, a ordem social competitiva não desponta como a expressão do equilíbrio instável de diferentes camadas sociais em tensão legítima. Ela reconhece a pluralização das estruturas econômicas, sociais e políticas como “fenômeno legal”. Todavia não a aceita como “fenômeno social” e, muito menos, como “fenômeno político”. Os que são excluídos do privilegiamento econômico, sociocultural e político também são excluídos do “valimento social” e do “valimento político”. Os excluídos são necessários para a existência do estilo de “dominação burguesa”, que se monta dessa maneira (CDCSAL, p. 92).

O capitalismo brasileiro se desenvolvia reiterando um processo de segregação social, Florestan ao estudar o processo brasileiro percebe uma relação do regime de classes com a questão racial. Por isso, ao longo da sua trajetória vai avaliando como o ex-agente do trabalho escravo foi sendo incorporado ao regime do assalariamento. A tese central, como já dito anteriormente, é que as desigualdades raciais no Brasil foram sendo incorporadas ao regime de classes, isso significa que mesmo com o trabalho “livre” a “raça” ainda era usada como um fator de ajustamento social. A reflexão sobre a herança escravista é um fator essencial para a análise da sociedade de classes feita por ele, e é um dos elementos que

explicam o porquê do padrão de desenvolvimento dependente perpetuar com as relações “tradicionais”.

Para Florestan Fernandes, portanto, existe no Brasil um paralelismo entre “raça” e classe, e o mais importante é entender como as transformações sociais inerentes a expansão do capitalismo ajustaram tal relação.

Isso indica os requisitos particulares que atuaram na consolidação da sociedade de classes. Florestan Fernandes ao apontar a deformação da competição no contexto de privatismo típico da situação brasileira esclareceu questões importantes para a análise da estrutura social e da formação do regime de classe. Segundo o autor, o capitalismo, mesmo que tenha se desenvolvido em pouco tempo, sofreu sérias distorções e deformações. O importante, ao descrever essa situação, é entender de que forma a rígida estrutura social constrangeu e/ou propiciou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e também quais foram os fatores determinantes para a preservação da “inferioridade negra” e do papel político da elite rural, bem como do seu processo de aburguesamento.

A composição social da *ordem escravocrata e senhorial* deu viabilidade à concentração racial e social da terra, da renda e da política; constituintes de uma sociedade “ultrasseletiva”. Florestan Fernandes aponta para essas situações porque as conseqüências dessa história para a constituição da sociedade de classes no Brasil não foram pequenas.

2. A formação da classe burguesa brasileira: consolidação da burguesia dependente

Já indicamos anteriormente que o processo social de formação capitalista no Brasil conservou elementos do passado. Queremos perceber aqui como tais elementos foram articulados no interior das classes dominantes, e como deram lastro ao processo de constituição da burguesia brasileira. Adiante indicaremos como Florestan percebeu o movimento histórico de articulação dos diferentes setores dominantes e sua tomada de posição como sujeito histórico para a consolidação da revolução burguesa no Brasil.

O momento final da Revolução Burguesa⁵⁶ – se estende de 1930 a 1964 – é, segundo Florestan Fernandes, o período histórico de maturação da burguesia brasileira, que condiciona a formação da burguesia como classe em si e para si, transformando-se em sujeito político. Dessa forma, monopolizaram o poder político para seus fins e assim, controlaram o ritmo e o rumo do desenvolvimento capitalista no Brasil.

No período histórico compreendido emergiram alguns conflitos no interior das classes dominantes – pois com o desenvolvimento urbano industrial a hegemonia oligárquica foi perdendo força e entrou em crise – e destas com os setores subalternos, que nutriam esperanças de melhorias de vida, incentivados pela política populista e nacionalista e pelas possibilidades de ascensão abertas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial.

Não houve, no entanto, a supressão dos estratos dominantes representantes dos interesses oligárquicos, mas uma articulação com os “novos” setores dominantes que emergiam da expansão da industrialização no Brasil.

É a partir da década de 1930 que Florestan percebe o aparecimento de uma classe tipicamente burguesa, ligada ao setor urbano-industrial, segundo o autor

Antes disso ela fora um resíduo social e, mais tarde, pulverizado e disperso na sociedade brasileira, que se perdia nos estamentos intermediários e imitava servilmente a aristocracia, ganha sua fisionomia típica e se impõe como um corpo social organizado, que constitui a cúpula da sociedade de classes e sua grande força socioeconômica, cultural e política (RBB, p. 362).

O fortalecimento da classe de empresários industriais foi um dos fatores que desencadeou a “crise de poder”. Esses precisaram perceber que seu papel histórico de classe não se daria através da ideologia das revoluções burguesas européias. Por isso, a resolução da “crise de poder” se deu a partir de uma tomada de consciência desta classe, percebendo quais “papéis e tarefas históricas poderiam desempenhar, como e enquanto burguesia de uma sociedade de classes subdesenvolvida e dependente na era do capitalismo monopolista e do imperialismo total” (RBB, p. 363).

⁵⁶ Florestan divide a Revolução Burguesa no Brasil em dois momentos distintos. A primeira fase se inicia em 1888/9 – com a Abolição e a República – e tem como personagens principais o imigrante e o fazendeiro de café. A segunda fase, que é também o momento final da revolução burguesa, se inicia a partir de 1930, com a crise do pacto oligárquico. A concretização da Revolução burguesa, que é também a concretização do capitalismo dependente, se deu em 1964 pela via autocrática através da monopolização do Estado.

A recomposição social da hegemonia no Brasil nos ilustra como o processo socioeconômico acomodou no âmbito das relações sociais e políticas os elementos “tradicionais” e “modernos”. Dessa forma, entendemos que a idéia de *desenvolvimento duplamente articulado* de Florestan, chama a atenção não só para as estruturas produtivas em diferentes idades econômicas, mas também para a necessária organização social que o desenvolvimento articulado impõe. A “crise” da política oligárquica marcou, portanto, o aparecimento de um bloco agrário-industrial que seria parceiro nos rumos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Essa aliança agrária-industrial esclarece o porquê de no Brasil a dupla articulação se impor como um padrão de desenvolvimento que não é superado ao longo da evolução socioeconômica, acomodando interesses dominantes diferentes, mas que não são contraditórios do ponto de vista da racionalidade do capitalismo dependente.

O processo de remodelagem do poder político com o aparecimento do bloco agrário-industrial é ponto importante para entendermos o padrão de dominação particularista que se estabeleceu com a dupla articulação. O processo de unificação e solidariedade dos estratos dominantes e, portanto, a composição de um novo bloco de poder hegemônico, só se consolidaria na década de 1960, com um padrão de dominação que será caracterizado por Florestan Fernandes como um “pacto espúrio”, a fim de dar sustentação à dominação de classe no capitalismo dependente.

O desenvolvimento socioeconômico do capitalismo exigiu que se repensasse o padrão de dominação interno, pois este deveria se ajustar aos novos grupos que emergiam das cidades e as novas necessidades da dominação internacional. O que estava posto era pensar condições modernas de acumulação de capital, e, para isso, preservar as condições favoráveis de manutenção da concentração econômica e política.

A polarização acerca do projeto de industrialização no Brasil – que crescia ao mesmo tempo em que a dominação política “incluía” as classes subalternas – dava-se, basicamente, em torno da possibilidade de desenvolvimento econômico capitalista aliado à democracia e a soberania nacional, colocando em questão a presença do capital internacional no Brasil no processo econômico.

Para o capital internacional interessava que o Brasil solucionasse a crise interna, centralizasse o poder político e avançasse em relação à industrialização, pois essa também

seria uma forma de canalizar a comercialização de bens de capital, de conter as ideologias revolucionárias (anarquismo, socialismo, comunismo) e os movimentos populares que ganhavam força no cenário mundial e nacional. Também contavam que, a partir da monopolização do poder político as classes dominantes brasileiras criassem no espaço nacional as condições de adaptação e assimilação das novas técnicas para que pudessem expandir seus negócios.

Segundo o pensamento do autor, esse momento de crise política era ameaçador para as classes dominantes, pois os setores burgueses ao fazerem o “jogo democrático” perderiam as bases de poder econômico, político e sociocultural. Isso porque a extrema concentração social da renda e do poder não abria espaços de articulação da burguesia com as classes subalternas. Por isso, segundo o autor:

O chamado “colapso do populismo” constitui, em sua essência, um colapso do radicalismo burguês e da ordem pseudamente democrático-burguesa que o engendrara. A ausência de uma articulação política sólida, ao mesmo tempo flexível e firme, entre as classes possuidoras e as classes despossuídas (classes operárias e destituídas) tirara da ordem social competitiva existente qualquer potenciação democrática e irreversível. A “demagogia populista” não procedia de qualquer pluralismo real: ela era uma aberta manipulação consentida das massas populares. O *povo* não possuía nem mandatários responsáveis nem campeões leais no “campo burguês”; e quando o jogo democrático se tornou demasiado arriscado, os verdadeiros atores continuaram o baile sem máscaras. Em suma, não existia uma *democracia burguesa fraca*, mas uma *autocracia burguesa dissimulada* (RBB, p. 394 – grifos do autor).

A grande questão para as classes dominantes no Brasil durante esse processo era a solução da crise interna. Isso para que a assimilação e a adaptação às transformações induzidas pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista pudessem ser aplicadas no país de acordo com seus interesses. É nesse contexto que as classes dominantes encontraram condições para sua automobilização social como e enquanto classe.

Nesse sentido, os diferentes estratos dominantes, na situação de indefinições que havia sido aberta pela crise de poder interno, encontraram condições de solidariedade para garantirem a manutenção de seus privilégios econômicos, sociais, políticos e culturais. Uma observação importante sobre a especificidade da burguesia brasileira, é que para Florestan,

A solidariedade que confere viabilidade prática a esse ajustamento [entre o arcaico e o moderno] restringe o poder de competição e proscreve o conflito nas relações em que as diferentes categorias da mesma classe se defrontam como portadoras de interesses divergentes. A união de interesses, assim estabelecida, transforma-se na verdadeira espinha dorsal do subdesenvolvimento, porque nenhuma categoria econômica da burguesia considera legítimo ou dispõe de meios eficientes para romper, em termos puramente econômicos, como o *pacto sagrado* (SCS, p. 85 – grifos do autor).

Segundo Florestan (1975), no período aberto pela “crise de poder” os setores dominantes sofriam uma pressão tripla: 1) do capital internacional; 2) do proletariado e das massas populares e 3) da intervenção estatal e dos grupos burgueses que ascenderam no processo de industrialização. Era necessária uma reorganização de classe dos setores dominantes no Brasil, pois a forma como o desenvolvimento industrial se consolidava – através de uma vinculação maior com o capital internacional – requeria uma forma de dominação política que mantivesse a situação de ultraprivilegiamento e a continuidade para a transformação burguesa.

Diante da situação de indefinição, as classes dominantes tomaram consciência de seus interesses e se unificaram. É importante lembrar que, para Florestan, as classes dominantes só podem ter um estado de consciência mais ou menos *espúrio* devido à ausência de sua autonomia de classe. As ideologias da sociedade de classes (livre empresa; liberalismo; Estado democrático) são deformadas porque a burguesia dependente é forçada a abrir mão da soberania nacional⁵⁷.

Segundo Florestan, três vias mudaram a percepção de realidade da burguesia brasileira e fizeram com que esta compreendesse seu papel histórico possível⁵⁸. A primeira refere-se à perda da ilusão de que se consolidaria no Brasil a revolução democrática e nacional – tal qual os países adiantados –, isso foi importante para que a classe industrial emergente encontrasse na associação com os setores “mais atrasados” a melhor forma de dar continuidade para a sua situação de classe. A segunda via refere-se aos conflitos intra-burgueses que emergiram da situação histórica e que ilustraram os diferentes interesses envolvidos nos setores dominantes. Estes ao perceberem o perigo de uma demagogia populista e do jogo democrático na situação de dependência, compreenderam que na sua condição não poderiam “procurar vantagens relativas para estratos burgueses isolados, à

⁵⁷ Cf. SCS, p. 68.

⁵⁸ Cf. RBB, p. 365.

custa de sua própria segurança coletiva e da estabilidade da dominação burguesa” (RBB, p. 365). Por fim, a necessidade de adaptação do espaço nacional, econômico e político para a assimilação das estruturas técnicas importadas na fase do capitalismo monopolista foi importante porque os setores dominantes perceberam a necessidade do monopólio do poder para que pudessem “controlar” os influxos externos.

Essa situação fez com que houvesse uma rearticulação da hegemonia burguesa no país, integrando em escala nacional os diferentes estratos burgueses que compunham a cena política brasileira. Mesmo com diferentes interesses, o padrão de hegemonia burguesa agregada e compósita que se formou era um “mal menor” que o possível colapso da ordem. Houve assim, uma associação entre a antiga oligarquia, os setores emergentes da nova situação econômica (urbano-industrial) e o capital internacional (imperialismo), constituindo um *padrão compósito de hegemonia burguesa* e um *pacto espúrio de poder*. Essa constituição da hegemonia burguesa no Brasil fechou o ciclo iniciado em 1930 com a crise de poder. Houve uma convergência em torno do Estado que garantiu a defesa sistemática dos interesses das classes dominantes e permitiu que se acelerasse o processo de industrialização no Brasil.

A saída encontrada pelas classes dominantes para a manutenção de sua posição ultra-privilegiada foi a recomposição em torno do poder do Estado, isso porque, “Os requisitos políticos do desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista dependente, exigem um tão grau de estabilidade política que só uma extrema concentração do poder político estatal é capaz de garantir” (RBB, p. 312). Para Florestan Fernandes, portanto, a viabilidade do capitalismo dependente se decide através do elemento político, pois somente através do monopólio do Estado as burguesias dependentes teriam condições para negociar os termos da dependência externa e, assim, controlar a difusão do desenvolvimento econômico no espaço interno. Por isso, somente em torno do Estado⁵⁹ seria possível a solução da “crise de poder” e a recomposição das estruturas do poder econômico na situação de subdesenvolvimento.

O Estado no capitalismo dependente teria duas funções básicas: adaptar o espaço econômico para receber as transformações técnicas que o capital internacional irradiava no

⁵⁹ “O Estado adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político (...) para satisfazer o consenso burguês, do qual se tornou instrumental, e para dar viabilidade histórica ao desenvolvimento extremista” (RBB, p. 402).

Brasil e conter as demandas e revoltas populares no espaço político nacional, já que sob o capitalismo dependente o regime de classes “Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida” (SCS, p. 75).

É nesse sentido que Florestan percebe a automobilização da burguesia – como e enquanto classe – como um processo de contra-revolução preventiva em defesa das pressões exercidas, ilustrando um temor de classe da burguesia brasileira. Por isso, a consolidação do poder burguês resultou em uma “democracia restrita”, pois só havia espaço de conflito e entendimento entre os setores dominantes, segundo o autor “é evidente que o consenso burguês concilia a ‘tradição brasileira’, de democracia restrita – a democracia entre iguais, isto é, entre os poderosos, que dominam e representam a sociedade civil – com a ‘orientação modernizadora’, de governo forte” (RBB, p. 403).

Para as classes subalternas, esse processo de consolidação da burguesia foi trágico. Inaugurou-se um circuito político de esmagamento e cooptação, demonstrando a fragilidade das classes subalternas no Brasil⁶⁰; que no momento final da revolução burguesa não pôde contar com as condições de consciência e solidariedade de classe para reagirem à situação. Em vista disso Florestan Fernandes afirma: “o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (...) porque ainda não existe outra força social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou detê-la”. (RBB, p. 258).

No momento da transição para o capitalismo monopolista no Brasil a burguesia atingiu a sua maturidade e plenitude, e pôde levar a cabo as transformações necessárias para a implantação de uma economia tipicamente capitalista. Nesse sentido, a via da revolução brasileira é a via autocrática, fechando o circuito político às classes subalternas e adquirindo um crescimento econômico vigoroso em sua associação com o capital internacional. A confluência das classes dominantes em torno do Estado autocrático foi a forma encontrada para a autodefesa de seus interesses. Para Florestan, esse estilo de dominação que as classes burguesas brasileiras “encontraram” é o resultado da conciliação dos interesses de classe dominantes e não de uma ambição democrática e nacionalista, “Por

⁶⁰ Adiante tentaremos refletir e apontar alguns elementos do por quê disso.

isso ele antes reproduz o “espírito mandonista oligárquico” que outras dimensões potenciais da mentalidade burguesa” (RBB, p. 307).

Florestan Fernandes nos mostra, pois, como a mudança social no Brasil esteve associada a comportamentos coletivos particularistas das classes dominantes, sendo o desenvolvimento do capitalismo dependente atrelado aos interesses de uma única classe social: a burguesia dependente (compósita). Esta foi, segundo o autor, o ator social da fase final da transformação burguesa no Brasil, consolidando seus interesses como “interesses gerais da nação”. Já que a burguesia dependente não poderia repetir a revolução democrática e nacional, ela assimilava as transformações capitalistas compatíveis com a manutenção de seu superprivilegiamento econômico, político e sociocultural. Isso porque, para o autor, o comportamento da classe burguesa no país estava associado a uma visão conservadora de mundo, se distanciando de qualquer objetivo revolucionário, nas palavras de Florestan:

O horizonte cultural orienta o comportamento econômico capitalista mais para a realização do privilégio (ao velho estilo) que para a conquista de um poder econômico, social e político autônomo, o que explica a identificação com o capitalismo dependente e a persistência de complexos econômicos semicoloniais (na verdade, ou pré-capitalistas ou subcapitalistas). Aqui cumpre ressaltar a estreita vinculação que se estabeleceu, geneticamente, entre interesses e valores sociais substancialmente conservadores (ou, em outras terminologias: particularistas e elitistas) e a constituição da ordem social competitiva. Por suas raízes históricas, econômicas e políticas, ela prendeu o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro (RBB, p. 199).

Portanto, a história da consolidação da revolução burguesa e do capitalismo dependente no Brasil mostra-nos como as classes dominantes se articularam para frear as transformações democráticas a fim de perpetuarem a sua estrutura de privilégios. Para Florestan Fernandes a continuidade das transformações do capitalismo dependente e a condição de sobrevivência da classe burguesa dependente estavam associadas ao superprivilegiamento e à superexploração da força de trabalho. Isso porque no momento em que se consolidavam, não teriam outra forma de desenvolverem-se, uma vez que não teriam condições de concorrer com os países capitalistas mais avançados, pois sem condições de centralização e concentração de capital não teriam como enfrentá-los economicamente.

Essa é mais uma questão importante para o autor, porque, se por um lado a defesa da ordem necessitava de uma política fechada para os setores subalternos, a sua estreita vinculação com o capital internacional causava uma debilidade estrutural no seu comportamento de classe burguês. Por isso, a consolidação da burguesia mostrou-nos seu caráter antinacional, já que ao optar pela associação estratégica com os capitais internacionais passavam a depender deles para impulsionar as transformações econômicas, e, para dar continuidade à sua situação de privilégios. É nesse sentido que Florestan entende que o regime de classes que se desenvolveu na situação histórico-social descrita preservou um “padrão de elitismo típico da dominação estamental”. Por isso o autor insiste que:

(...) há pouca diferença entre o presente, o passado recente e o passado remoto; a escravidão desapareceu, porém subsiste um mandonismo estreito, que converte a dominação de classe em equivalente da dominação estamental e de casta. Para que as coisas fossem diferentes, teria sido necessário que a revolução burguesa fosse, ao mesmo tempo, aberta às pressões populares, democrática e nacionalista (CF: 113).

Isso, no entanto, não significa que o estamento era forma de caracterização social, pois as relações, estruturas e funções sociais foram absorvidas pelo mercado capitalista e pelo sistema de produção capitalista⁶¹.

A solução da “crise do poder burguês”, através da convergência em torno do Estado autocrático, foi também o processo de ajuste entre os setores “modernos” e “atrasados”. Ao perceberem na conciliação o “melhor” caminho, o que estava em jogo era a continuidade do caráter monolítico das classes dominantes. O monopólio do poder político foi a solução encontrada para compor com os diferentes interesses dominantes, já que sob a associação dependente não se poderia abrir mão da exploração dos setores “tradicionais”.

Mantida a *dupla articulação* o autor entende que o capitalismo dependente tem uma forma ainda mais complicada de ser, pois além de se fundar na propriedade dos meios de produção, impõe a dominação externa como eixo do sistema. Para o autor, portanto, o desenvolvimento desigual interno será um mecanismo funcional no Brasil, já que “Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos

⁶¹ Cf. CDCSAL, p. 35.

modernas e até ultramodernas, fazem parte do cálculo do agente econômico privilegiado” (SCS, p. 61).

A impossibilidade de se criar condições reais de competição também vai se refletir nas relações entre as classes dominantes. Sem forças para competir no espaço nacional com os capitais externos, recorrem à articulação *arcaico/moderno*. Esta, específica do capitalismo dependente, é uma tentativa de estabilização de um sistema econômico que é, de acordo com sua posição subalterna no sistema capitalista mundial, bastante instável. Sampaio Jr, ao analisar o pensamento de Florestan, particularmente sobre a relação entre os setores arcaicos e modernos sintetiza a questão da seguinte forma:

A combinação de unidades produtivas em diferentes estágios de desenvolvimento capitalista deriva de um fato simples: a heterogeneidade estrutural é o único meio de contrabalançar a extrema instabilidade do capitalismo dependente e de lhe dar um mínimo de estabilidade. A premissa subjacente é que a articulação de estruturas *modernas e atrasadas* é um expediente que permite às burguesias dependentes compensar a debilidade de sua estrutura de capital e o circuito de indeterminação gerado pela extrema precariedade da conjuntura mercantil em que vivem (SAMPAIO JR, 1999, p. 136).

Os agentes econômicos da sociedade brasileira têm de recorrer à exploração das formas mais atrasadas como um mecanismo que os impedem de serem “esmagados” pela concorrência capitalista, criando uma forma de ser própria do capitalismo dependente. Por isso, o setor “atrasado” é uma forma de compensação e faz parte do “cálculo capitalista”, sendo assim uma necessidade histórica do processo do capitalismo dependente. Essa é uma questão importante, pois o processo de formação da burguesia dependente criou uma classe que é vítima de sua própria situação de classe; isso porque ainda que consiga perpetuar sua posição na economia e na política não consegue autonomia frente aos centros capitalistas hegemônicos, sendo “impotentes para exercer controle completo sobre todas as fases ou efeitos dos processos econômicos incorporados à ordem econômica vigente” (SCS, p. 84).

O desenvolvimento dependente – *duplamente articulado* – é, portanto, resultado de um processo histórico de subordinação no âmbito mundial e de superprivilegiamento no âmbito nacional. Por isso, ao mesmo tempo em que o país assimilava as estruturas técnicas, “continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento desiguais, como expediente *de acumulação originária de*

capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho” (RBB, p. 288- grifos nossos).

Como o processo de mudança social no Brasil precisava dar corpo a exploração de fora para dentro e a manutenção do privilégio econômico interno (através da articulação arcaico/moderno), o regime de classes teve de se adaptar funcionalmente a esses mecanismos estruturais, marcando, pois, a especificidade na evolução da estrutura social no Brasil. Nesse sentido, para o autor, “[a sociedade de classes] nasceu e cresceu graças a uma nova conjunção dos privilégios internos com a exploração externa. Nesse caso, o que se designa como classe é mais o equivalente do estamento na velha ordem senhorial na (...) América Latina da época colonial” (CDCSAL, p. 38).

É nesse sentido, que Florestan fala na impossibilidade da descolonização completa, pois não houve uma crise que eliminasse a dupla articulação, tendo como resultado a persistência do latifúndio e das formas de superexploração da força de trabalho.

3. O processo abolicionista: “dos brancos e para os brancos”

Para estudarmos a consolidação do capitalismo e do regime de classes em qualquer situação histórica é necessário entendermos como se deu o processo de formação do mercado de trabalho, da transformação do trabalho em mercadoria. No Brasil o momento que marcou essa transição foi a abolição do trabalho escravo, com o advento do trabalho formalmente “livre” no final do século XIX.

Para Florestan a transição da forma de trabalho – que marcou o início do processo de modernização no Brasil – tinha como objetivo acompanhar as transformações que ocorriam no núcleo do sistema capitalista mundial. O processo de modernização foi induzido pelas necessidades do mercado mundial, que se pautavam na manutenção e expansão dos negócios de exportação e importação. Houve, nesse período, uma importante alteração na relação do Brasil com os países estrangeiros, pois havia um interesse muito grande nas oportunidades de negócios que o “Brasil moderno” abriria para os países que disputavam a partilha do mundo⁶². Porém, é interessante observarmos o movimento da história, que ao mesmo tempo em que se rompia com o que se considerava “atrasado” – o trabalho escravo

⁶² Nas palavras de Florestan, “Os efeitos remotos da revolução industrial e a luta entre as nações capitalistas por autonomia ou hegemonia no mercado mundial tornavam essa ampliação das fronteiras econômicas da Europa e dos EUA inevitável” (RBB, p. 272).

– mantinha-se a base econômica através da agroexportação e, portanto, o latifúndio (típicos do regime colonial, portanto “atrasados”).

Os países da América Latina – e, conseqüentemente, o Brasil – tinham uma importante função no desenvolvimento de melhores condições industriais no centro capitalista. Ao ampliarem a oferta de gêneros primários – que entram na cesta de bens de consumo necessários ao trabalhador – através da agro-exportação, ampliavam também a capacidade do capital de explorar o trabalho e aumentar seu excedente econômico. No mesmo sentido, a grande disponibilidade de matérias-primas que a América Latina proporcionava para os países industriais também era componente importante do desenvolvimento do capitalismo em tais países. O capital internacional tirava grande proveito da comercialização dos produtos latino-americanos na Europa e nos Estados Unidos e, por isso, brigavam pelo controle da região para a manutenção dos negócios de exportação e importação de forma ainda mais favorável.

Por isso, havia um interesse na manutenção da estrutura econômica agro-exportadora pelos grupos capitalistas estrangeiros, que tiravam proveito da situação de “atraso” da economia brasileira⁶³. Internamente, os setores dominantes eram os beneficiários dessa relação com o capital estrangeiro em prejuízo da maioria da população do país. Por isso, o processo abolicionista foi um projeto de modernização conservadora que não tocou no regime do latifúndio e ainda exacerbou o racismo como forma de discriminação, reciclando as formas de superexploração do trabalho baseadas na suposta “diferença entre as raças”.

A vinculação com os capitais externos permitiu que houvesse um desenvolvimento econômico, reforçando as bases da dependência externa⁶⁴, e rearticulando as zonas tradicionais da economia e da política brasileira. Dessa forma, o Brasil avançava muito pouco para a passagem para um desenvolvimento capitalista autônomo⁶⁵.

⁶³ Com graus muito diferentes de progresso das técnicas de produção, a concorrência capitalista ficava comprometida, sempre em prejuízo dos países mais atrasados.

⁶⁴ O Brasil na emergência da sociedade competitiva ainda que tenha iniciado um desenvolvimento interno urbano-comercial, dependia de uma economia especializada na produção agrícola. Esta, por sua vez, dependia do mercado externo para sua realização. Essa situação explicita a fragilidade da evolução econômica brasileira: a dependência da importação para a diversificação dos produtos, e a dependência externa para formar e aplicar o excedente econômico. Portanto, o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil parecia prendê-lo ainda mais ao capital externo.

⁶⁵ O desenvolvimento capitalista de um país só pode ser autônomo quando a acumulação de capital promove um aumento progressivo da riqueza e do bem-estar da sociedade como um todo. Isso significa um desenvolvimento capitalista – através do processo de industrialização – a partir das necessidades internas da

A intensa acumulação da agro-exportação propiciou um desenvolvimento urbano comercial em algumas regiões do Brasil. O clímax da economia cafeeira⁶⁶ permitiu que o fazendeiro de café assumisse posições econômicas que não estariam simplesmente ligadas a lavoura, abrindo espaço para o desenvolvimento das cidades e de um estilo de vida urbano. O excedente econômico vinculado ao desenvolvimento das cidades iniciou o processo de modernização no Brasil, e aos setores dominantes, o importante era a manutenção de sua estrutura de privilégios, seja através da agro-exportação, seja através das “novas” estruturas urbano-comerciais.

A escravidão e a ordem social a ela vinculada eram pouco propensas à dinâmica da competição que o desenvolvimento capitalista impunha. Nesse sentido, o mercado capitalista moderno que surgia nas cidades absorvia aos poucos a *ordem social escravocrata*. A concretização da abolição se deu em 1888, porém o processo abolicionista havia começado anteriormente com as várias leis que foram criadas para tentar garantir, pouco a pouco, a “liberdade” dos escravos⁶⁷. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho do imigrante “livre”, em regime de colonato⁶⁸, se colocou como realidade histórica no Brasil antes mesmo da abolição. Os aumentos dos preços dos escravos, a pressão da Inglaterra, as necessidades de expansão e acumulação de capital, o alto índice de fugas e os gastos para a reprodução do trabalho escravo foram fatores que contribuíram para o rompimento com a escravidão. A combinação que se dava entre as duas formas de relação de trabalho – o “livre assalariado” em regime de colonato e o trabalho do escravo negro – ocasionava conflitos, que também seriam importantes para o fim do modo escravista de produção. Isso porque a escravidão era um fator que rebaixava a remuneração do trabalho

população, o que implica num entendimento do desenvolvimento não só na esfera econômica (através do crescimento, simplesmente) mas política e social. Cf. Sampaio Jr, 1999, p. 77.

⁶⁶ A produção do café se iniciou na região fluminense, no Rio de Janeiro. No entanto, ela conheceu seu apogeu quando se consolidou em São Paulo. Num primeiro momento no Vale do Paraíba e por último, onde viveu sua maior expansão, no oeste paulista.

⁶⁷ A lei Eusébio de Queirós de 1850, que proibiu o tráfico de escravos foi a mais emblemática, pois, como os lucros da escravidão estavam, essencialmente, na comercialização, a proibição do tráfico acabou com a alta rentabilidade dos mercadores de escravo. Feito isso, a abolição seria uma questão de tempo.

⁶⁸ Durante o surto cafeeiro houve uma importante alteração na organização do trabalho: de escrava a livre e assalariada; componente importante para pensarmos a emergência da ordem social competitiva. Cabe ressaltar que essa mão-de-obra livre e assalariada se deu inicialmente através do colonato. Dessa forma o caráter compulsório das relações de trabalho no campo foi mantido, não só no momento mais crítico do período pós-abolição como durante todo o processo de modernização do Brasil, uma vez que o “mundo rural” é um requisito da acumulação de capital no Brasil, como já apontamos anteriormente.

“livre”, e “enquanto perdurasse, o modo de produção escravista convertia o ‘imigrante’ e o ‘trabalhador livre’ em geral em substituto e equivalente do ‘escravo’” (CF, p. 93).

A questão central do processo abolicionista no Brasil, do ponto de vista da estrutura social, consiste, portanto, na mudança para os setores dominantes da população, que pouco a pouco assumem uma mentalidade e um comportamento competitivo.

Em uma sociedade na qual o capital ou era importado ou estava concentrado nas mãos dos que realizavam a expropriação do trabalho escravo e participavam internamente do seu rateio social entre os estamentos privilegiados, o senhor era um dos principais candidatos a se converter em “homem de negócios” de estilo modernos. Isso começa a acontecer nos fins do século XVIII e ao largo de toda a fase de transição neocolonial (CF, p. 91).

Os estamentos dominantes (fazendeiros de café) emergiram, no contexto da abolição e da República, como os “homens de negócios”, controlando a economia e a política do país. Dessa forma, eram eles que ofereciam a base econômica e o suporte jurídico-político da formação incipiente da *ordem social competitiva*. São, portanto, os agentes humanos internos que mais se beneficiavam da acumulação de capital propiciada pela agro-exportação e pela diferenciação do setor “novo” – ainda em expansão.

Do ponto de vista dos setores subalternos, principalmente se tomarmos como base o negro, ex-agente do trabalho escravo, essa transformação na organização social do trabalho revelou uma mudança apenas no caráter formal da relação de trabalho, já que na realidade o preconceito e a discriminação racial ainda estavam bastantes presentes e atuaram como critério de avaliação e classificação social. A abolição não pretendeu eliminar a estrutura social da sociedade de castas, mas sua ordenação jurídica; perpetuando, dessa forma, com os privilégios e a concentração de poder nas mãos dos setores dominantes da “raça branca”. Nas palavras do autor: “enquanto a ordem jurídico-política da sociedade inclusiva passou por verdadeira revolução, sua ordem racial permaneceu quase idêntica ao que era no regime de castas” (INSC I, p. 318).

A abolição inaugurou o trabalho formalmente livre e as relações competitivas de mercado, propriamente capitalistas. No entanto, como a economia ainda estava largamente baseada na atividade agroexportadora, o surto industrial estava atrelado às necessidades da plantação de café, assim como o processo de modernização. Na emergência da *ordem social competitiva* ainda havia uma forte persistência da concepção tradicionalista do

mundo. Isso porque a manifestação do modo de vida urbano e industrial se deu de forma muito residual e em poucas regiões do país. Ainda assim, mesmo que não houvesse a generalização no nível nacional das condições da ordem competitiva, grandes massas de contingentes humanos passavam a viver na cidade e a expandir o modo de viver tipicamente capitalista.

A abolição da escravidão e o advento da República em fins do século XIX foram marcos importantes na transição para a *ordem social competitiva*, mas pouco se alterou a condição dos agentes do trabalho no Brasil. A lenta transição para a universalização do trabalho “livre”, a chegada maciça de imigrantes e os vestígios de um código social através da “inferioridade do negro” serão elementos essenciais para pensarmos os limites das alterações sociais. A emergência do ex-escravo na sociedade competitiva é um ponto fundamental da análise de Florestan, e nos elucidará sobre quais foram os agentes humanos do trabalho assalariado no país e sobre o processo de integração dos ex-escravos na “nova” ordem social em expansão.

Florestan ao tratar das modificações das relações sociais no país percebeu que, o *povo brasileiro* ficava “à parte” das transformações que o comércio internacional desenvolvia. Portanto, a abolição no Brasil é entendida pelo autor como um processo “*dos brancos e para os brancos*”, e ainda que se camuflasse através dos ideais humanitários se consolidou de acordo com os interesses dominantes, na intenção de destruir as barreiras que impediam o “progresso” capitalista. Por isso, as transformações que ocorriam no Brasil no século XIX tinham o sentido da implantação de uma economia capitalista, e é com essa orientação que devemos entender o processo de abolição. Isso mostra que já no início da ordem social competitiva no Brasil as relações de trabalho foram modificadas pelo alto. Ao entender dessa forma o encaminhamento da abolição, as alterações nas condições de vida e de trabalho da população negra serão ínfimas.

Ainda que Florestan aponte para a resistência e fugas dos negros como parte das dificuldades da manutenção da escravidão, não é essa a questão central para o entendimento do processo. Ao tratar dos agentes humanos envolvidos nos processos de transformações sociais o que Florestan está interessado em entender é como tais agentes se transformam em sujeitos políticos. Nesse sentido, compartilhamos com a visão de Bastos, de que para Florestan Fernandes “A preocupação com as condições da constituição dos sujeitos

políticos é central porque a partir dela são avaliados os rumos e o alcance das transformações sociais no Brasil” (BASTOS, 2002, p. 206).

O que importa para nós, do ponto de vista dos interesses envolvidos na abolição, é que o ex-escravo não integrou o movimento abolicionista como um grupo social consciente de seus interesses e com um projeto político para a transição na forma de trabalho. Segundo Florestan “terminadas as agitações, os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente, o *que não queriam*. Contudo, não tinham consciência clara sobre o *que deveriam querer coletivamente nem de como agir socialmente para estabelecer semelhante querer coletivo*” (INSC I, p. 63 – grifos do autor).

Isso posto percebemos que o processo de transformação político, econômico, social e cultural pouco alterou a situação do negro e do mulato (ex-escravos). Segundo o autor, mesmo com a abolição o negro foi a vítima da *ordem senhorial e escravocrata*, pois o ex-escravo não contou com nenhuma condição de melhoria nas condições de vida; saindo do cativeiro da escravidão sem garantia de trabalho, de moradia, de terra, tendo que enfrentar toda a herança de um código social ainda amplamente fundado na diferença e hierarquia entre as “raças”. Por isso que para Florestan, “o negro saiu da escravidão física para entrar na escravidão moral e que esta é mais difícil de combater, por não ser reconhecida e suscitar controvérsias até entre suas vítimas” (INSC I, p. 109).

Entendendo o abolicionismo como uma revolução social “dos brancos e para os brancos”, Florestan percebe um constrangimento em relação à figura do negro e do mulato, já que o que se combatia não era a situação do escravo em si – que não é integrado à ordem social emergente, transformando-se em elementos residuais do sistema – mas o obstáculo que a escravidão representava como meio de expandir a economia de mercado. Por isso, “O que teve importância real foi o egoísmo cego e exclusivista daqueles círculos [senhoriais], que pôs em primeiro plano a solução dos ‘problemas da lavoura’, ignorando-se tudo o mais – seja o destino dos libertos, seja até a questão das reparações” (INSC I, p. 106).

O ponto central para entendermos o processo abolicionista, segundo Florestan, é que o “novo regime” apesar da aparente promessa de democratização manteve a base da estrutura econômica, deixando intocada a estrutura social elitista e excludente. Por isso, a abolição foi apenas uma intervenção restrita à libertação dos escravos, “A universalização do trabalho livre foi separada das reparações aos ex-agentes do trabalho servil e do destino

que cumpria dar à sua força de trabalho” (INSC I, p. 56). As medidas sociais que poderiam colocá-los em condições de atuação e competição como a reforma agrária, a ampliação do mercado de trabalho visando à ampla participação dos negros, o acesso à educação, à habitação, à saúde, etc. não foram garantidas pelos “novos ares modernizadores”.

3.1. O Legado da escravidão

A inserção dos negros na vida econômica e social brasileira como escravos nos mostram as diversas formas de espoliação que sofreram: desde sua captura nas comunidades africanas, passando pela travessia sub-humana nos navios negreiros, e chegando ao país para serem coagidos a trabalhar na lavoura. Por isso a história do negro no Brasil é uma história de dominação e exploração, é sobre a herança social desse longo processo de subordinação que vamos refletir a seguir, a partir da inserção da população negra na sociedade brasileira pós abolição, a fim de pensarmos as continuidades e rupturas dessa longa história de opressão.

A abolição da escravidão e o advento da República em fins do século XIX foram marcos importantes para a transição para a *ordem social competitiva*, mas, como já dissemos anteriormente, pouco se alterou a condição dos agentes do trabalho no Brasil. Segundo Florestan:

O regime extinto não desapareceu por completo após a Abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo daqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do *antigo regime*. Toda insistência será pouca para ressaltar a significação sociológica dessa complexa realidade. Ela nos mostra que o negro e o mulato foram, por assim dizer, enclausurados na condição estamental do “liberto” e nela permaneceram muito tempo depois do desaparecimento legal da escravidão (INSC I, p. 302).

Cabe ressaltar que os quase quatrocentos anos de escravidão foram responsáveis por criar uma “imagem social inferior do negro”, criando estereótipos que ajudaram a manter o preconceito e a discriminação racial, estes bastantes presentes para a manutenção de uma posição social subalterna na sociedade. Por isso que Florestan argumenta: “O preconceito de cor se elaborava como uma categoria histórico-social, indicando porque ‘classe’ e ‘raça’ se misturavam de maneira tão intrincada” (INSC II, p. 114).

O que queremos destacar no estudo de Florestan sobre a integração do negro é o fato de que o desamparo material e moral do negro, a ausência de socialização e o conseqüente despreparo dos ex-escravos para a vida urbana a partir da competição, aliados ao preconceito e a discriminação racial é que são os fatores centrais para pensarmos o processo de integração/não integração dos negros na sociedade. Por isso, ao contrário do que muito se dizia, não foi a incapacidade congênita dos negros que criou a situação de pauperização e de exclusão na sociedade de classes, mas as condições de organização da sociedade que continuavam a operar em grande medida a partir de uma mentalidade branca e senhorial, ocasionando na situação dos ex-escravos um verdadeiro “salve-se quem puder”. Por isso, a aceitação do negro é regulada por representações e avaliações construídas pelos brancos. Os negros que quisessem algum reconhecimento tinham que se identificar com os padrões e comportamentos idealizados no “mundo dos brancos”.

Assim que acabou a escravidão os elementos culturais do mundo dos negros não foram considerados para o processo de constituição da sociedade brasileira. Os negros e mulatos são originários de uma cultura que no processo social brasileiro foi violada, marginalizada, tratada como inferior e primitiva⁶⁹.

Além disso, o próprio regime escravocrata limitou e destruiu grande parte dos aspectos culturais africanos⁷⁰. Nas palavras de Florestan: “A escravidão conduziu à destruição mais completa e impiedosa de identificações que poderiam prender o “negro” a símbolos ou valores de sua herança sociocultural. A perda cultural daí resultante, jamais foi compensada” (INSC II, p.98).

A escravidão foi, portanto, responsável pela destruição de muitos dos traços culturais de origem africana e também pela criação de estereótipos negativos em torno de tais elementos, a partir de uma concepção que analisava a cultura negra tomando a cultura branca como “superior” e “civilizada”. Esse também é um dos fatores de preservação dos negros nas posições mais subalternas da sociedade brasileira, o que faz com que cor e

⁶⁹ Florestan tem um interessante estudo sobre o folclore popular brasileiro e nele já se reconhecia uma hierarquia entre as diferentes “raças” no Brasil. Segundo o autor “A inferioridade social do negro é fartamente expressa em várias situações do nosso folclore. Essa inferioridade, todavia, não é simplesmente constatada, pois se chega a dar aos atos da vida social dos pretos um significado deprimente e pejorativo, estabelecendo-se uma espécie de distinção entre esses atos e os mesmos quando praticados pelos brancos” (FERNANDES, 2007, p. 232).

⁷⁰ A cultura negra durante toda a evolução histórica do Brasil foi marginalizada. As rodas de samba, os terreiros e a capoeira foram elementos que antes de serem aceitos e incorporados como parte da “brasilidade” sofreram muita perseguição, sendo tratados como caso de polícia.

posição social tenham uma relação imbricada. Não podemos perder de vista que a ideologia da “democracia racial”, bastante disseminada no país por conta da forte miscigenação da população, também foi um dos motivos que justificou a extrema indiferença com os problemas sociais da população negra. Nas palavras de Florestan:

No contexto histórico surgido após a abolição, portanto, a idéia da “democracia racial” acabou sendo um expediente inicial (para não se enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as “populações de cor” nas cidades em que elas se concentraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente) (NMB, p. 46).

É a partir da análise dessa realidade que devemos perceber uma nova série de estereótipos que se criaram em relação aos negros na cidade, por isso Florestan ressalta que “as representações negativas forçavam uma redefinição da personalidade do ‘negro’, altamente desfavorável à sua aceitação livre e franca como um igual” (INSC I, p. 374).

A condição da população negra no momento da transição não foi nada fácil. Os escravos se defrontavam com as piores condições de trabalho, tão duras e forçadas quanto antes. As condições engendradas no pós abolição vão ocasionar um processo de *anomia* e *pauperização* da população negra. A dificuldade de se integrar ao trabalho assalariado, as condições de precariedade material e moral formaram uma imagem degradada do negro no Brasil. Por isso é importante percebermos que “As contradições entre estereótipos, normas e comportamentos reais, já mencionadas, não são *causas*, mas *produtos* de uma situação de transição e de verdadeira ambivalência cultural” (INSC II, p. 318 – grifos do autor). Dessa forma, o desemprego, o alcoolismo, o abandono do menor, do velho, dos dependentes, a mendicância, a vagabundagem, a prostituição, as doenças e a criminalidade não devem ser encaradas como as causas da desorganização social do meio negro na situação em que se processou a transição social.

4. As dificuldades de integração

Ao pensar as possibilidades de integração do negro na sociedade de classes, Florestan tem como base um tipo ideal de sociedade e de instituições sociais, por isso é pensando a

partir das possibilidades desse tipo ideal se concretizar na situação real que o autor organiza seu pensamento. Dessa forma, a integração do negro é colocada a partir das perspectivas de inserção na ordem capitalista pensando a integração no mundo branco, ocidental, cristão e burguês, ou seja, é pensando a inserção do negro no “mundo dos brancos”.

Como a situação histórico-social de transformação capitalista no país já apresentou “desvios” do tipo ideal, são nesses “desvios do padrão normal” que o autor vai se ancorar para pensar a situação do negro na sociedade brasileira⁷¹. Portanto, é fazendo a relação entre tipo ideal e situação real que Florestan organiza seu pensamento em torno das possibilidades de integração.

Essa forma de organizar o pensamento a partir de um referencial normativo europeu pode trazer limites ao seu modelo explicativo, pois sua rigidez metodológica pode parecer uma insensibilidade às transformações históricas de um modelo social, a mutabilidade de padrões e modelos sociais. Como propomos uma análise da obra do Florestan que não está centrada em apenas um livro, cremos que suas concepções sobre o capitalismo dependente e o processo de modernização são suficientes para mostrar a sensibilidade do autor quanto às transformações específicas do processo histórico brasileiro. Por isso, na nossa análise do pensamento de Florestan percebemos esses “desvios sociopáticos” dos modelos ideais como apontamentos para as particularidades da formação social brasileira.

É ao pensar a transição da *ordem social escravocrata e senhorial* para a *ordem social competitiva* que o autor vai apontar os diversos constrangimentos para a inserção do negro. Tendo em mente a idéia do mito da democracia racial Florestan vai refletir sobre as dificuldades desse setor da população, apontando para o descaso com os negros e o preconceito racial. O autor analisou a construção de estereótipos que ajudaram a degradar a imagem do negro, mantendo-o em posições sociais subalternas. As condições materiais e morais engendradas no pós-abolição são elementos base para que possamos entender as causas e as conseqüências da situação de instabilidade e precariedade que a população negra vivia.

⁷¹ Florestan aqui tem marcada a influência do funcionalismo, utilizando inclusive a sua linguagem. Chama esses desvios de “desvios sociopáticos” e durante sua reflexão vai apontando esses desvios não como a causa da pauperização do “meio negro”; mas como desvios que atuam na manutenção da situação precária de vida e de classificação social do negro.

A seguir tentaremos sintetizar, através da reflexão de Florestan, a construção social do negro como subalterno a partir de algumas dificuldades de adaptação aos padrões de vida e valores tipicamente capitalistas. A nossa reflexão será guiada por três questões: a socialização/educação para a vida urbana e o trabalho “livre”; as suas possibilidades de emprego no mercado de trabalho e a questão da família como instituição social. Esses três aspectos e os “desvios” do padrão normal guiarão a nossa análise do processo social.

4.1. Ausência de socialização

Após o processo abolicionista importa para nós entendermos como se deu a nova forma de organização social do trabalho e, assim, como foi o processo de incorporação dos ex-escravos no mercado de trabalho.

A partir da ausência de socialização, Florestan Fernandes vai apontar para alguns elementos do “meio negro” que vão funcionar como um entrave na perspectiva de integração na sociedade de classes. Sua explicação sobre a questão da socialização ultrapassa o nível explicativo psicossocial, ganhando um espaço mais amplo, que é a organização da sociedade como um todo, como já dito por nós anteriormente. Por isso, ao tratarmos da dificuldade de integração do negro no regime de classes, ainda que tenhamos que apontar para os elementos de ordem cultural não devemos centrar a explicação nestes. São as condições engendradas e mantidas pelo processo de *anomia* e *pauperização* que explicam a dificuldade de integração, e essas são resultantes da exclusão do mercado de trabalho, da desorganização social e dos desajustamentos às condições “modernas” de vida. Por isso, as representações sobre o negro herdadas do regime escravocrata aliada às dificuldades de integração e ausência de socialização são importantes elementos para entendermos o impedimento a que se formassem condições para transformações substantivas na existência social dos negros. A situação do negro no Brasil conservou, portanto, aspectos do passado em vários níveis das relações humanas: através da degradação pela escravidão, pela integração deficiente e pelo estado de *pauperização*. Várias passagens da *Integração do negro na sociedade de classes* ilustram o pensamento do autor quanto a essa questão: “A desintegração da sociedade estamental e de castas não

os favoreceu socialmente [os negros e mulatos], pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social” (INSC I, p. 62).

Com a emergência do trabalho livre, as relações sociais passaram a ser regidas pelo código da competição, esta passaria a conduzir os homens “livres” à procura de trabalho. No entanto, Florestan destaca a dificuldade dos negros (ex-escravos) de se integrarem a essa nova ordem social. Isso porque a competição não garantiu que a massa de ex-escravos fosse colocada sob a forma contratual de trabalho, e os efeitos da concorrência não foram assimilados pelos negros, que teriam dificuldades de adaptação com a nova lógica. Como não houve um processo de ressocialização dos ex-escravos para que se inserissem na “nova ordem”, os negros e mulatos vão ter uma posição ambígua e marginal nesse período; pois, segundo Florestan, não tinham condições sociais, econômicas, políticas, culturais e mesmo psicológicas de integração,

não possuía nem o treino técnico, nem a mentalidade, nem a autodisciplina do assalariado. Ao ver-se e sentir-se livre, queria ser literalmente tratado como HOMEM, ou seja, como “alguém que é dono do seu nariz”. (...) Supunham que, se eram “livres”, podiam trabalhar como, quando e onde preferissem (NMB, p. 109 – grifos do autor).

A socialização do negro num quadro de organização social de base rural a partir da lógica do favor e do trabalho compulsório limitou que no processo de crescente urbanização e competição encontrasse um ajustamento econômico, político e social. Nas palavras de Florestan:

Inseridos de maneira deformada, incompleta ou marginal nos processos que determinavam o grau de acesso ao complexo de instituições sociais do mundo urbano, o negro e o mulato não tinham como disciplinar, imprimir regularidade e intensidade ou emprestar eficácia à absorção das técnicas, das normas e dos valores sociais exigidos pelos ajustamentos a serem normalmente observados (INSC I, p. 285).

Assim, o autor vai apontar para a tendência dos negros e mulatos ficarem excluídos da ordem social em expansão, restando-lhes apenas ocupações marginais ou acessórias do sistema de produção capitalista. Os ex-escravos, submetidos ao mundo dos brancos não conseguiam modificar a sua situação social na ordem competitiva, isso por que

era tão acentuada a debilidade da “população negra” no domínio das técnicas sociais asseguradoras do controle efetivo das condições de vida urbana, que ela não dispunha de meios para suscitar e amparar sequer as tendências individuais de correção ativa dos efeitos negativos do estado imperante de anomia. (INSC I, p. 232).

A questão da socialização é elemento base para pensarmos a sociedade brasileira, pois qualquer que seja a forma de organização social, homens e mulheres necessitam de educação ao modelo de sociedade vigente, nas suas normas, valores, códigos e instituições sociais. Ou seja, precisam, para serem integrados numa determinada sociedade, ser socializados de acordo com suas normas e padrões sociais e culturais. Os quase quatrocentos anos de escravidão fizeram com que os africanos que foram trazidos – e posteriormente os negros já nascidos no Brasil, afrodescendentes – para cá tivessem sido educados ao trabalho compulsório e as relações de poder patrimonialistas, tendo boa parte da sua herança cultural destruída pelo cativo da escravidão, a partir de códigos sociais que criavam a imagem do negro como subalterno. O preconceito de cor e a discriminação racial assumem segundo Florestan, uma importante função na sociedade: a de resguardar os privilégios da “raça branca”; ou, nas suas palavras: “manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sociocultural, conservados em bloco pela simples perpetuação indefinida de estruturas parciais arcaicas” (INSC I, p. 303).

O que importa retermos dessa discussão é como o despreparo para a vida urbana, que a ausência de socialização prévia acarretou, colocou empecilhos para a absorção de técnicas políticas e sociais – de um mundo já amplamente regulado por valores “modernos” – que pudessem tirá-lo da condição de marginalidade.

4.2. O “negro” no mercado de trabalho

Florestan, ao tratar da dificuldade de integração do “negro” supera as explicações centradas no caráter psicossocial e cultural dos “negros” e “mulatos”. Isso não significa que o autor não leva em conta tais questões, mas essas não devem ser o centro da explicação, pois o que importa é sua relação com o nível da organização da sociedade como um todo. Por isso Florestan diz que os negros: “Não só saíam da escravidão espoliados material e moralmente; vinham desprovidos, em sua imensa maioria, de meios para se afirmarem

como uma categoria social à parte ou para se integrarem, rapidamente, às categorias sociais abertas à sua participação” (INSC I, p. 74).

É quando pensamos o que o autor concebe como a desigualdade nas relações de competição, a partir da reflexão sobre os outros agentes humanos inseridos no mesmo período no processo de trabalho no Brasil, que a questão fica mais nítida. Florestan faz isso quando vai pensar a entrada maciça de imigrantes na sociedade brasileira e no mercado de trabalho⁷², refletindo sobre a competição com o “negro”. Não é à toa, portanto, que para Florestan um dos atores da primeira fase da revolução burguesa no Brasil foi o trabalhador imigrante⁷³.

Assim que houve a abolição houve também um incremento nos números da imigração fomentado pelo Estado. Os negros não encontraram nenhum amparo oficial⁷⁴, enquanto o imigrante estrangeiro absorvia todas as atenções e recursos existentes, a entrada de imigrantes foi uma política sustentada pelo Estado brasileiro. Esse protecionismo oficial à imigração revela-nos mais um elemento de dificuldade que o ex-escravo encontrou para a integração à nova lógica de trabalho, o que não significa que o imigrante estava substituindo o trabalho do negro e do mulato, estava apenas ocupando uma “nova” posição de trabalho aberta pela sociedade em expansão⁷⁵. Nesse sentido, Florestan descreve a situação do ex-escravo da seguinte forma:

[o ex-escravo] Ficou com a poeira da estrada, submergindo na economia de subsistência, com as oportunidades medíocres de *trabalho livre* das regiões mais ou menos estagnadas economicamente e nas grandes cidades em crescimento tumultuoso, ou perdendo-se nos escombros de sua própria ruína, pois onde teve de competir com o trabalhador branco, especialmente o imigrante, viu-se refugado e repellido para os porões, os cortiços e a anomia social crônica (CF, p. 84).

⁷² Por isso que se preocupa longamente no seu livro *A Integração do negro na sociedade de classes* em mostrar os números dos estrangeiros presentes na população brasileira

⁷³ Florestan Fernandes separa o processo da revolução burguesa no Brasil em dois momentos. O primeiro seria o da emergência da ordem social competitiva, abrangendo o período histórico de 1888 a 1930 e tendo como atores principais o fazendeiro de café – homem de negócio e o imigrante. O segundo momento, que é a fase final da revolução burguesa no Brasil abrange o período de 1930 a 1964, e teve como atores principais a burguesia brasileira (compósita), o Capital internacional e o Estado.

⁷⁴ Como já dissemos anteriormente, o processo abolicionista não garantiu trabalho, terra, moradia, educação, saúde, etc. para os ex escravos, que ficaram largados à própria sorte. Não houve nenhuma política que pensasse a transformação social do negro de escravo a cidadão.

⁷⁵ Segundo Florestan, “embora o estrangeiro não tenha literalmente, “tomado o lugar do negro”, este não suportou as condições de competição com o imigrante, criadas pelo trabalho livre e pela expansão da economia capitalista” (INSC, p. 155).

Tal política revela uma preferência pela imigração ao preparo dos trabalhadores nacionais (ex-escravos) para a nova organização social do trabalho. Esse processo foi também uma tentativa de branqueamento da sociedade, o que revela uma forte discriminação racial⁷⁶.

Nesse sentido, o impacto da chegada dos imigrantes foi brutal para o negro. O despreparo para a competição⁷⁷ colocava os negros em situação inferior na busca por trabalho, eles perdiam as melhores oportunidades de emprego para os brancos imigrantes, estes já preparados para a ordem moderna de relação social, com base na competição, na disciplina para o trabalho, na relação contratual de trabalho e na acumulação (poupança). Nas palavras do autor:

Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrentá-la. Mas correspondiam aos interesses dos proprietários de terras e donos de fazenda, tanto quanto aos mecanismos normais da ordem econômica emergente. (...) as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho. (INSC I, p. 31).

Essa situação, no momento de expansão urbano-comercial, criou focos de pobreza e de miséria no meio negro, típicos de uma situação social onde o importante era a prevalência de privilégios dos setores dominantes, e não a formação de um capitalismo integrado e competitivo. Isso mostra que mesmo na situação de expansão da economia capitalista e da sociedade de classes, alguns elementos da estrutura social do *antigo regime* foram preservados. Mesmo com o advento da República, as classes dominantes monopolizavam o poder político, excluindo a massa do povo brasileiro das conquistas democráticas e dos acessos aos meios políticos. Nesse sentido, como diz Bastos “A sociedade só vai ser “igualitária” e “aberta” naqueles estratos sociais que foram e serão

⁷⁶ A entrada maciça de imigrantes brancos e a miscigenação da sociedade brasileira muitas vezes escondem o caráter discriminatório e a ideologia do branqueamento. Esta foi disseminada como forma de embranquecer a população negra: de fazer desaparecer a “raça negra”. Nas palavras de Florestan: “A miscigenação possui, para este elemento [a população negra], uma significação claramente exterminadora, diluindo-o e fazendo-o desaparecer, através dos descendentes mulatos nos contingentes mestiços da população global” (INSC, p. 134).

⁷⁷ Isso sem falar no preconceito racial ainda muito “vivo” no país. Em diversos setores era vetada a participação de trabalhadores negros. Essa situação deixava o negro ainda mais entregue a própria sorte.

dominantes. Os instrumentos de ascensão social só serão acessíveis a alguns indivíduos” (BASTOS, 1987, p. 146).

A transição da forma de relação de trabalho (de escrava à assalariada) perpetuou com a “inferioridade dos negros” ocasionando um processo de exclusão destes em relação à ordem social. Essa herança colonial é um aspecto da continuidade de elementos “arcaicos” na sociedade brasileira e será uma das esferas típicas do regime de classes no Brasil, criando uma superpopulação excedente⁷⁸ que o capitalismo dependente não conseguiria absorver, e mais do que isso, que passaria a ser um componente necessário do “cálculo econômico do capitalismo dependente”.

Essa situação ocasionou uma *pauperização* da população negra, que, excluída dos centros mais dinâmicos da economia capitalista se inseria de forma apenas residual. Nesse sentido para Florestan Fernandes a escravidão é uma herança colonial que estará muito presente no desenvolvimento das classes sociais. Sendo os negros inseridos no regime de classes de forma residual, ocuparão as camadas sociais “pobres” e “dependentes”. Por isso, para Florestan Fernandes existe no Brasil um *paralelismo entre raça e classe*, e o mais importante é entender como as transformações sociais da expansão do capitalismo ajustaram “o paralelismo às condições de organização, funcionamento e evolução do regime de classes” (CF, p. 120).

Para pensarmos a emergência da sociedade de classes essa é uma questão fundamental, pois a diferença específica para a estratificação entre estamentos e castas, é o fato de a classe social permitir uma relativa mobilidade social. Mesmo do ponto de vista do elo mais fraco da relação capitalista (o trabalhador) os momentos de expansão da economia fazem com que haja uma melhor integração no mercado de trabalho. No entanto, como assinala Bastos

A precariedade da ressocialização impede que o negro seja inserido na ordem social competitiva e, assim, encontre sua identidade de classe. Essa situação o leva a uma existência ambígua e marginal, sem condições sociais, econômicas, políticas, culturais e mesmo psicológicas de integração ao novo sistema (BASTOS, 1987, p. 143).

⁷⁸ Não estamos querendo dizer, no entanto, que essa superpopulação excedente seja composta só por negros, podendo abarcar indivíduos pobres de qualquer raça. Entretanto, na medida em que os negros não se integravam ao mercado de trabalho, passavam a compor grande parte dessa superpopulação.

O negro e o mulato tiveram, portanto, o pior ponto de partida na emergência da sociedade de classes, dessa forma a herança escravista é um dilema social no Brasil que se repôs na ordem social competitiva. Isso nos atenta para o que Florestan Fernandes percebe como um mecanismo necessário no capitalismo brasileiro: a superexploração do trabalho. Isso porque o capital mais abundante no país sempre foi a força de trabalho, ou, economicamente, o capital em sua forma variável. Por isso, como a transição para o trabalho “livre” visava atender aos interesses dos setores dominantes, a sua universalização se deu no Brasil de forma muito precária. É por isso que Florestan diz que “as condições em que se processavam a adaptação à cidade e o isolamento difuso fizeram com que o negro e o mulato não fossem adequadamente socializados para assumir posições e papéis sociais em todos os contextos da vida social de que participassem” (INSC I, p. 286).

Toda essa reflexão de Florestan nos faz pensar sobre a situação do negro “livre” na emergência da sociedade de classes. Como não teve nenhum amparo material, os ex-agentes do trabalho escravo ficaram “largados à própria sorte”, muitas vezes sem conseguir nenhuma obtenção de ganho. Por isso, assinala Florestan:

Os negros e os mulatos se defrontavam, portanto, com uma situação típica de desocupação disfarçada involuntária, apesar de o contexto econômico geral ser de “pleno emprego”. Para contornar essa situação, tinham de tirar proveito de acomodações econômicas que conduziam, inevitavelmente, a ajustamentos precários, insatisfatórios e socialmente indesejáveis. A exploração permanente da companheira⁷⁹, o trabalho remunerado ocasional e a preferência pela comercialização do crime despontavam, via de regra, como os ajustamentos viáveis de êxito mais fácil e marcante (INSC I, p. 186).

Por outro lado, também não podemos deixar de destacar os aspectos psicossociais que marcaram a situação do negro na transição. Ao pensar a liberdade muitos negros se recusavam a trabalhar, pois viam no trabalho uma forma disfarçada de escravidão. Além disso, a questão da liberdade se colocava para alguns como se fossem “livres do trabalho”, e não “livres para o trabalho”. O que fazia com que muitos negros vivessem no ócio, na

⁷⁹ Florestan ao colocar a dificuldade do negro se inserir no mercado de trabalho aponta para o papel que a mulher negra teve nesse período. Com maior facilidade de conseguir um ganho permanente, pois continuaram a fazer os serviços domésticos que estavam já fazendo no tempo de escravidão. Isso fez com que muitos homens passassem a viver do parasitismo das mulheres. Trataremos desse tema no item a seguir.

malandragem, sem um trabalho fixo nos termos do capitalismo⁸⁰. Sobre isso, Florestan assinala:

Para serem livres, eles tiveram de arcar com a opção de se tornarem "vagabundos", "boêmios", "parasitas de suas companheiras", "bêbados", "desordeiros", "ladrões" etc. A estigmatização do negro, associada à condição escrava, ganhou nova densidade negativa. A abolição pela via oficial não abria nenhuma porta — fechava todas elas. Só os negros que viviam em regiões mais ou menos subdesenvolvidas — e não tiveram que competir com os imigrantes pelo trabalho — achavam empregos. Os que submergiram na economia de subsistência deparavam com um meio de vida e de sobrevivência. Os que ficaram nas cidades — e em particular os que foram ou permaneceram em São Paulo — "comeram o pão que o diabo amassou" (FERNANDES, 1988b, p. 2).

Florestan indica uma reconstrução social da figura do negro na emergência da sociedade competitiva, e aponta para a função que esses estereótipos vão cumprir no dinamismo da sociedade, pois mesmo com o fim do cativo da escravidão o negro ainda se encontrava preso às condições de vida instáveis e precárias, nas suas palavras: “a conversão do ‘escravo’ e do ‘liberto’ no ‘preto’ respondeu à necessidade social de se limitar a democratização dos direitos e garantias sociais universais do cidadão na esfera racial” (INSC I, p. 384).

É importante atentarmos, portanto, que essa visão de Florestan construída sobre a integração do negro na sociedade brasileira aponta para os limites da democracia se universalizar no Brasil, indicando a particularidade da revolução burguesa no Brasil e do regime social, este fortemente marcado pela segregação.

4.3. A família desintegrada: reflexões sobre a família no “meio negro”

A questão da família no “meio negro” é um dos aspectos que tem grande relevância na análise de Florestan sobre a integração. Isso porque ao saírem da escravidão e serem “jogados a própria sorte” na sociedade inclusiva, o padrão de relacionamento familiar da população negra era bastante diferente do padrão tipicamente moderno. A família tomada como uma instituição social nuclear da sociedade burguesa vai ser um dos aspectos que vai

⁸⁰ Segundo Florestan os negros “passavam a se interessar mais em ter dinheiro em condições que facilitassem o aumento do ócio. Esse estado de espírito fomentava o relaxamento progressivo das obrigações profissionais, a preferência por “biscates” e até a substituição do trabalho por outros expedientes para conseguir dinheiro” (INSC I, p. 203). Com o passar do tempo, no entanto, a “população negra” vai ressignificar a questão do trabalho, que passou a ser mecanismo de dignidade e ascensão social.

ilustrar a dificuldade desse setor da população em “absorver o domínio das técnicas sociais do meio urbano”. A família e o casamento eram vistos de outra forma pelos negros.

Se tomarmos a história do negro a partir da escravidão já perceberemos as dificuldades diante da integração familiar. A “família negra” foi destruída com a escravidão, como o escravo não tinha direito a nada, pois era uma mercadoria, as famílias poderiam ser separadas no momento da captura e através da venda que ocorria no próprio território nacional. O negro escravo, tratado de forma animalizada teve seus laços de parentesco destruídos ao longo de todo o processo escravista. Nas palavras do autor:

Não foi a família que se desintegrou, como instituição social, e em consequência emergiram certas inconsistências na socialização dos indivíduos; mas, a própria família que não se constituiu e não fez sentir seu influxo psicossocial e sociocultural na modelação da personalidade básica, no controle de comportamentos egoísticos ou anti-sociais e na criação de laços de solidariedade moral. Comprova-se isso, historicamente, por uma simples referência à política central da sociedade senhorial e escravocrata brasileira, que sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição integrada no seio da população escrava (INSC I, p. 182).

Como o processo abolicionista não garantiu nenhum amparo material para a população, a história do negro nas cidades foi tomada a partir da vida nos cortiços, nas periferias e nas margens da ordem social. Como já assinalamos acima, os negros na transição para o trabalho “livre” apresentaram dificuldades de inserção na nova organização social.

Florestan assinala, entretanto, o papel fundamental que as mulheres cumpriram no sustento da família. As mulheres negras nesse processo encontraram mais facilidade de empregar-se nas cidades, pois continuaram a fazer em grande medida os mesmos serviços domésticos de quando eram escravas. Nas palavras do autor:

Por causa de sua integração à rede de serviços urbanos, é a mulher (e não o homem) que vai contar como agente de trabalho privilegiado não no sentido de achar um aproveitamento ideal ou decididamente compensador, mas por ser a única a contar com ocupações persistentes e, enfim, com um meio de vida (INSC I, p. 83).

Essa não é uma questão pequena, pois a mulher adquiriu um papel central na manutenção da família, sendo esta a fonte de renda fundamental da população negra. Essa

situação vai trazer conseqüências para a relação familiar e a própria relação homem e mulher no “meio negro”. Florestan aponta para o fato de que os homens passaram a viver como dependentes sistemáticos das mulheres, isso porque “o trabalho ocasional e o ganho esporádico conduziram os homens a um estado tal de dependência e penúria, que as mulheres se converteram no seu principal expediente na ‘luta pela vida’” (INSC I, p. 97).

A mulher assumia a função de manutenção da casa, e isso vai ter uma implicação nos padrões tipicamente burgueses de relação familiar, na sua relação com os homens – seus amantes que viviam muitas vezes do seu parasitismo –, e na sua relação com os filhos: pois como trabalhavam o dia todo, as crianças ficavam “largadas” pelas ruas e pelos cortiços⁸¹. A família negra não estava integrada ao padrão capitalista, até porque, como assinala o autor, o próprio casamento não era um valor geral compartilhado: “apenas uma minoria da ‘população negra’ encarava o casamento como um valor social e seguia à risca um estilo de vida compatível com a estabilidade da família integrada” (INSC I, p. 243). Dessa forma, Florestan assinala que a família no meio negro era incompleta e que, no geral, se constituía entre mãe solteira, avó, filho ou filhos⁸².

Com isso assinala que muitos dos problemas recorrentes no meio negro⁸³ poderiam ter sido revertidos caso a família fosse uma instituição social integrada⁸⁴. Nas palavras do autor: “A ausência ou as deficiências da família como instituição social integrada favoreciam a emergência tumultuosa de desajustamentos e comportamentos egoísticos, o que explica a virulência e a amplitude com que se manifestavam os referidos problemas sociais” (INSC I, p. 183).

⁸¹ No período pós abolição além de não haver escolas para toda a população brasileira a população de escravos, de forma geral, não via na escolaridade um caminho a ser seguido.

⁸² Cf. INSC, p. 240

⁸³ Os problemas mais comuns assinalados pelo autor são: o alcoolismo, o abandono do menor, do velho, dos dependentes, a mendicância, a vagabundagem, a prostituição, as doenças, a criminalidade.

⁸⁴ Florestan também percebe a existência da família integrada no meio negro, e coloca isso como um dos fatores que favoreceu a ascensão social dos negros. A questão da família integrada vai ser um dos alvos dos primeiros movimentos negros. É em torno da esfera familiar que os movimentos negros vão atuar no processo de educação do negro à sociedade capitalista. Nas palavras de Florestan: “Quanto mais a família negra se aproxima dos modelos de organização da família branca, maior vem a ser sua eficácia na socialização do menor e no amparo às ambições dos jovens. (...) Os menores e jovens pertencentes a famílias desorganizadas levam flagrantes desvantagens (muitas de caráter insuperável) em confronto com os menores e os jovens pertencentes a famílias integradas. Isso evidencia, indiretamente, que a ascensão social do negro e do mulato aumenta sua capacidade de desenvolver os comportamentos e os ajustamentos exigidos pela ordem social competitiva” (INSC II, p. 287-8).

A família como modelo institucional⁸⁵ estava distorcida no “meio negro”, e o que importa assinalar dessa situação descrita é que o central está na instabilidade econômica e social desse setor da população, dessa forma, a explicação não deve ser uma estereotipação da moral e da sexualidade dos negros. Florestan mostra que o padrão de relação entre os sexos no meio negro não era o correspondente a monogamia conjugal da “família branca”. Nas religiões africanas a sexualidade assumia outras feições, diferentes do padrão de relação sexual branco e ocidental. Segundo o autor,

(...) a vitalidade, a alegria e a pureza do prazer sexual se exprimiam segundo certas regras, que incluíam o respeito por si e pelo parceiro da atividade erótica. Foi a escravidão que suprimiu essas barreiras e toda delicadeza ingênua mas refinada que coroa a ligação do homem e da mulher segundo os modelos tipicamente africanos. Impedindo a escolha dos parceiros e até dos momentos para os encontros amorosos, obrigando uma mulher a “servir” vários homens, com ou sem disposição erótica, e incentivando o coito como mero “alívio da carne”, ela degradou, juntamente com a pessoa do escravo, o seu corpo, a atividade erótica e as técnicas do amor (INSC I, p. 180).

Aqui podemos apontar também o caráter opressor que a miscigenação brasileira teve. As escravas mulheres foram obrigadas a servir sexualmente os senhores, tendo muitas vezes um filho bastardo. No advento da sociedade competitiva, o autor coloca a questão da sexualidade no “meio negro” como “única área livre de exercício das aptidões humanas e numa esfera lúdica da cultura” (INSC I, p. 179). Sendo o sexo uma área de auto-afirmação, aponta para uma explosão erótica no “meio negro”, sendo isso um fator de “precipitação e revitalização dos fatores de *anomia* da vida social dos negros e mulatos” (INSC I, p. 181). Isso se explicita na própria constituição da família negra uma prevalência da família incompleta/desintegrada, constituída pela mãe solteira e pelos seus filhos.

Ao analisar a questão familiar no “meio negro” no pensamento de Florestan devemos reter seus apontamentos para apreendermos a particularidade da instituição familiar na formação social brasileira, fundamental para pensarmos a questão da mulher negra.

A mulher assumiu um papel importante na “família negra”, tomando para si uma grande carga de responsabilidades e obrigações. Era ela que assumia todos os papéis

⁸⁵ Aqui também podemos relembrar a questão do imigrante, que estava socializado não só para a disciplina do trabalho, mas tinha como valor a importância da família. Devemos tratar a “família integrada”, nos termos que o Florestan coloca, como uma construção social do qual os negros não fizeram parte. Cf. INSC I, p.260.

familiares (aqueles que são vistos como “femininos” e “masculinos”), pois sustentava a família com o seu trabalho, e era sobre ela que caía a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos, assumindo o papel de trabalhadora, dona de casa e mãe solteira. Por isso o padrão familiar no “meio negro” era da mulher como a “chefe de família”. Elas eram, no geral, mães solteiras, mulheres sem cônjuges ou que eram abandonadas pelos homens⁸⁶.

Essa sobrecarga dos papéis da mulher negra é colocada pelo autor como mais um aspecto que aumentou a dificuldade de integração. Com muito serviço a fazer a mulher ficava fora de casa o dia todo e as crianças ficavam sem o cuidado da mãe durante todo o tempo, o que as deixavam expostas a uma série de efeitos nos “meios sociais negros”.

A questão da família desintegrada aponta para um importante aspecto do processo social: o protagonismo das mulheres negras. Tendo isso em vista reproduzimos aqui uma longa e importante citação de Florestan:

a concentração excessiva de obrigações nos papéis da mulher constituía outra combinação estrutural que acarretava conseqüências sociopáticas, onde quer que se manifestasse (na família completa, fosse ela do tipo conjugal ou composta, ou nos casais amancebados). Essa sobrecarga projetava a mulher para fora do lar, com freqüência desde manhã cedo até depois do jantar; ou, então, mantinha a mulher dentro do lar, mas terrivelmente ocupada, em lavar e passar roupa “para fora”, em costurar ou em outras obrigações porventura realizáveis em casa. (...) Embora a situação econômica da maioria dos casais “pobres” tornasse inevitável a suplementação do ganho do “chefe da casa” pela “mulher”, aquele parasitismo [do homem diante da mulher] levava a uma servidão disfarçada, pois a mulher fornecia casa, comida e outros cuidados em troca, praticamente, de compensações sexuais e do conforto de possuir “o seu homem” (...) Todos sabiam que dela [da mulher] sempre proviria o mínimo para o sustento da família e a “força moral” necessária para enfrentar as pequenas ou as grandes tempestades. (...) Sem sua cooperação e suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da “população de cor” teria sucumbido ou refluído para outras áreas. (...) Desamparada, incompreendida e destrutada, travou quase sozinha a dura batalha pelo direito de ser mãe e pagou mais que os outros, verdadeiramente “com sangue, suor e lágrimas”, o preço pela desorganização da família negra (INSC, p. 252-3-4).

O mais importante dessa discussão é perceber que ao desenvolver um padrão familiar diferente do que era posto como “normal” na sociedade, esse é visto como um elemento

⁸⁶ A situação de pobreza material e abandono que as mulheres se encontravam colocavam dificuldades para a sustentação da casa. Por isso Florestan aponta para a busca de ganho e de renda na prostituição. Nas suas palavras: “Em regra, a prostituição ocasional constituía um expediente para enfrentar privações ou necessidades insuperáveis de outra forma. A mãe solteira recorria a ele nos momentos de aflição” (INSC I, p. 218).

que atuou na estereotipação da mulher negra⁸⁷ e do ambiente negro como um lugar sem moral. Essa imagem que se construiu em torno do “ambiente negro” foi uma forma de reproduzir um padrão desigual de relação racial.

A falta de perspectiva imperante no “meio negro” aponta para duas conseqüências bem conhecidas: a primeira, que foi bastante salientada aqui: a transformação da mulher em principal agente regular de trabalho e de renda, responsável pelo sustento inclusive dos “seus homens” – fossem eles cônjuges ou amancebados; e a segunda foi o engajamento prematuro do menor ao trabalho remunerado que aparecesse, sem ver, a princípio, grandes compensações na escolaridade e no estudo⁸⁸.

Essas dificuldades são centrais para o entendimento do processo social de desenvolvimento do Brasil a partir dos setores subalternos. As dificuldades apresentadas para o processo de integração devem ser compreendidas como uma herança da escravidão, como uma debilidade institucional típica, a partir da ausência de socialização apropriada para o cumprimento de papéis sociais “novos”. A análise que Florestan Fernandes traz da mulher no seio da família negra aponta para as relações de opressão que vinculam as esferas de gênero, “raça” e classe.

Sem querer nos privar da controvérsia causada pela análise da família negra feita por Florestan é importante termos em mente, como já dito anteriormente, que sua visão está baseada num modelo ideal de família, pensado sobre uma perspectiva branca e ocidentalizada. Ao proceder dessa forma o autor muitas vezes parece deixar de perceber que a própria formação social brasileira faria com que a padrão familiar se organizasse de forma distinta do modelo ideal empregado. Não estamos querendo dizer que o autor opera segundo uma visão etnocêntrica, Florestan está longe disso. O que estamos apontando é para o fato de que o método empregado pelo autor pode muitas vezes ocultar a mutabilidade das relações e dos padrões sociais. Ao proceder dessa forma, o autor se priva de fazer a crítica ao próprio modelo ideal de família burguesa, fortemente ancorada na

⁸⁷ Não estamos querendo dizer, no entanto, que não havia uma degradação dos homens negros, apenas que a carga que caía sobre a mulher, devido a toda responsabilidade que assumiu no processo social, e pelo fato de a sociedade inclusiva “normal” operar segundo valores masculinos e patriarcais a degradação moral da mulher negra foi um processo ainda maior. Para maior conhecimento do tema da mulher negra reportamos aqui dois interessantes trabalhos: PACHECO, 2008 e MOREIRA, 2007.

⁸⁸ Essas duas conseqüências são de grande importância para tratarmos a questão da superexploração do trabalho. Isso porque além de um código moral fundado na inferioridade do negro ajudar a rebaixar o salário, sabemos que o trabalho feminino e infantil é historicamente menos remunerado.

divisão sexual do trabalho⁸⁹ e na relação desigual entre sexos. O autor, mesmo percebendo as diferenças entre o padrão familiar não contesta a idéia de um modelo ideal, único de família⁹⁰.

Consideramos de grande importância os apontamentos que Florestan Fernandes faz sobre a questão da família como forma de desajustamento na sociedade inclusiva. Os negros não tinham os mesmos valores familiares que os brancos, junto a isso, a precariedade material criou um ambiente familiar bastante diferente do padrão que a sociedade inclusiva impunha. Isso adquire uma importância para pensarmos a integração na sociedade de classes, pois a família integrada é vista como base importante para a organização de seus membros na participação econômica e social. Florestan ao tratar da importância da família integrada aponta três elementos que considera essenciais para integração à ordem social, são eles: a ordenação das relações entre os sexos; a socialização dos menores e o controle das gerações adultas.

Ao proceder dessa forma, o autor compara o comportamento sexual e afetivo da “população de cor” com o de outros setores da população (os brancos imigrantes, por exemplo), e ainda que perceba a degradação histórica do padrão afetivo e sexual por conta da escravidão e da subalternização no processo de modernização apresenta uma rigidez muito grande ao tratar da sexualidade. Esta não deve ser padronizada segundo um viés que coloca uma perspectiva como certa e outra como errada/promíscua⁹¹.

⁸⁹ Com a divisão sexual do trabalho há a separação entre as esferas produtiva e reprodutiva do trabalho, sendo esta última com baixo valor social agregado. Segundo Kergoat (2009) a divisão sexual do trabalho é: “A forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado” (p. 67).

⁹⁰ A idéia de família presente no funcionalismo propaga o pensamento de que a família conjugal, dois cônjuges e sua prole constituiria a única família “verdadeira”, e os outros modelos não seriam mais do que disfunções ou desvios. Cf. dicionário crítico do feminismo p. 97

⁹¹ Essa é uma questão que precisamos tomar muito cuidado, pois se criou uma imagem de que tanto os homens quanto as mulheres da população negra propendiam para um comportamento sexual promíscuo, difundindo em grande medida a imagem de puta, vadia, biscate, da mulher negra. O fato de serem mães solteiras, numa sociedade que operava segundo padrões familiares que reproduzia a divisão sexual do trabalho e da imagem da “boa mulher” como cuidadora do lar e moça de família. O importante é termos em mente que a relação com os corpos e a sexualidade também é uma construção social. Tal construção remonta e reproduz relações hierarquizadas e socialmente definidas, que reproduzem as desiguais posições econômicas e políticas. Com relação à mulher negra, criou-se a imagem da “mulata” como símbolo nacional. Esta foi difundida no ideário brasileiro como a mulher com o “corpão” exuberante e sexualizado, pronta para satisfazer as necessidades masculinas. Para uma leitura da construção social da mulata ver: CORRÊA, 1996.

O autor se reporta à isso, não como uma forma de julgamento, mas como está preocupado com a integração à sociedade moderna, muitas vezes acaba operando seu pensamento com um norte específico: a integração aos padrões, normas e valores na sociedade de classes. Ao proceder dessa forma muitas vezes parece forçar a análise para uma visão padronizada. Pelo seu próprio sistema explicativo, entendemos que o autor percebe tais “debilidades” como importantes fatores para pensarmos as particularidades da formação social brasileira. No entanto, o autor atentou para o fato de que a questão da integração social na sociedade de classes seria a participação no “mundo dos brancos”.

Cap. III: Regime de classes e questão racial

“Amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia em que comemoramos a libertação dos escravos. (...) no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!”⁹²

Introdução:

Toda a análise feita por nós até aqui indica a formação de uma sociedade de classes em um regime de segregação social fruto da persistência das relações sociais do passado colonial. Tentaremos agora, a partir da formação do mercado de trabalho pensar nas possibilidades de integração social das classes subalternas e assim, conseqüentemente, pensar o “negro” nesse processo. A partir disso discutiremos o processo de formação da classe trabalhadora, levando em conta o que consideramos ser a grande particularidade do processo social brasileiro: a *escravidão*. Não iremos, entretanto analisar a especificidade do “racismo brasileiro”, mas como se deu a formação da classe trabalhadora numa sociedade fortemente marcada pelo racismo.

Já dissemos anteriormente (ver cap. I) que Florestan ao tratar da mercantilização do trabalho no Brasil está fortemente apoiado na teoria de Marx. É por isso que para pensar a formação das classes sociais vai partir do que chama de funções estratificadoras da produção. O processo de industrialização no Brasil se torna, portanto, chave para entendermos a formação das classes, tendo em mente o caráter *duplamente articulado* do desenvolvimento, sem superar o que seria o “atraso”. Por isso, as relações entre grupos e classes devem ser pensadas tomando como base que a estrutura produtiva brasileira é marcada por uma heterogeneidade estrutural, tendo uma esfera “arcaica” e outra “moderna”.

1. Capitalismo dependente e mercado de trabalho

⁹² Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo.

Florestan Fernandes, ao desenvolver sua concepção de desenvolvimento dependente, aponta para a perpetuação de elementos arcaicos como algo funcional para essa modalidade de capitalismo. O autor chega a essa conclusão ao analisar o processo histórico brasileiro, e perceber o legado da escravidão para a formação social. A partir disso o autor vai se questionar sobre as possibilidades de participação no mercado de trabalho e nas instituições modernas para pensar a formação e classificação dos agentes humanos enquanto classes sociais.

A partir da análise da população negra na sociedade brasileira as conexões entre o “atraso” e o “moderno” parecem ficar mais nítidas. Isso porque ao perceber o padrão dual de acumulação de capital – sendo parte do excedente econômico constantemente apropriado fora do país – e o recurso a superexploração da força de trabalho, o autor vai apontar o “atraso” brasileiro no sentido da não integração do negro na sociedade de classes. Tentaremos agora sintetizar e explicar como Florestan percebe a formação das instituições sociais tipicamente burguesas ao lado da perpetuação das estruturas mais ou menos “arcaicas” e a relação entre ambas.

Segundo Florestan Fernandes (1972- CDCSAL), a base econômica do capitalismo dependente é incapaz de universalizar as funções socioculturais e políticas do mercado e do sistema de produção. Isso porque o padrão de acumulação de capital combinou no país relações sociais “arcaicas” e “modernas”. Segundo o autor, essa conexão “cria condições estruturais que restringem diretamente a participação econômica e, indiretamente, a participação sociocultural e política dos trabalhadores assalariados” (CDCSAL, p. 71).

Mas, além disso, o desenvolvimento dependente é incapaz de classificar todos os agentes humanos na ordem social. Isso porque, para Florestan, aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho no mercado não se classificam na ordem social competitiva. Isso coloca uma questão complexa para pensarmos a relação capitalista de trabalho no Brasil: nem todos os possíveis vendedores de mão-de-obra conseguem transformar o seu trabalho em mercadoria. A partir disso o autor aponta para a perpetuação em larga escala de formas de trabalho pré-capitalistas, e percebe a dificuldade de classificação da grande massa da população nos mecanismos de mercado tipicamente modernos. Estes são capazes de universalizar certos hábitos de consumo, de direitos sociais e de liberdades políticas fundamentais. Segundo o autor, isso garante certa homogeneidade quanto aos níveis

mínimos dos padrões de vida, de aspirações sociais e de orientações de valor. A falta de acesso a esses mecanismos criam sérias dificuldades para uma identidade de classe, e, portanto, para a formação de uma classe trabalhadora como sujeito político, capaz de lutar por seus interesses de classe⁹³. É com vista nisso que Florestan diz que “os mecanismos de mercado operavam nos termos de um mercado que mantinha suas conexões coloniais e segundo a lógica do privilégio de uma economia senhorial e imperial” (RBB, p. 215).

Isso não é tratado como um anacronismo pelo autor, mas como uma necessidade da acumulação dependente de capital. É por isso que Florestan aponta para o fato do regime de castas persistir na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais, argumentando que: “o que parece arcaico é de fato atualizado, servindo de suporte ao moderno, e pela qual o moderno parece perder esse caráter, revitalizando o seu oposto ou gerando formas socioeconômicas que misturam a acumulação pré-capitalista com a acumulação especificamente capitalista” (CDCSAL, p. 62).

Essa questão só pode ser entendida na sua totalidade se analisarmos o processo histórico social percebendo a escravidão como um dos importantes pilares de tal processo; não só para pensarmos a acumulação de capital no momento da exploração escravista, mas sua herança moral para os agentes do trabalho no Brasil. Para tal análise vemos a necessidade de pensarmos não só as funções classificadoras do mercado – típico da sociedade de classes – mas os critérios estamentais de avaliação social, largamente apoiado na “inferioridade da raça negra”.

Isso posto, podemos concluir de que o processo de formação do mercado de trabalho no Brasil, bem como da classe trabalhadora, deve ser entendido paralelamente ao processo de integração dos ex-escravos na “nova” ordem em ascensão; percebendo o processo de exclusão dos negros no mercado de trabalho, e os sintomas da ausência de socialização desse setor da população às condições propriamente urbanas de vida. Para Florestan, portanto, os efeitos de uma ordem social baseada na competição e largamente apoiada em critérios estamentais de classificação social foram negativos do ponto de vista da “nova integração” ao trabalho, e, portanto, da integração à sociedade de classes.

⁹³ A falta de acesso a certas instituições do desenvolvimento capitalista é mais um fator explicativo da dificuldade de integração dos negros no processo e a dificuldade de domínio de certas técnicas urbanas

O capitalismo dependente necessitou, portanto, excluir e sacrificar alguns grupos sociais para que outros tivessem viabilidade e pudessem se expandir. Por isso Florestan apontou para as limitações estruturais ao emprego ótimo das técnicas (econômicas), instituições (políticas/sociais) e valores (culturais/morais) importados do centro capitalista desenvolvido.

2. Classe trabalhadora em formação

A discussão feita anteriormente nos ajudará a pensar as dificuldades de formação de uma classe trabalhadora “em si” e “para si” no processo de modernização no Brasil. Isso porque ao refletir sobre os efeitos sociopáticos que atuaram no seio da população negra apontou para uma situação de *anomia* que era vivenciada por esse setor da população. Por isso os negros não estavam integrados ao conjunto da ordem social capitalista. Já debatemos a situação precária em que a transição para o trabalho assalariado se deu para os negros no Brasil. Isso vai interferir na questão de formação de uma consciência política da situação social, pois em condições anômicas – em que o indivíduo não está integrado na sociedade – Florestan aponta para as dificuldades de se consolidar uma consciência de seus interesses enquanto grupo social.

Segundo o autor, o negro no pós-abolição não estava preparado para se impor como agente histórico nas condições sociais em que as transformações se processavam. Essa situação, aliada ao fato de terem sido “largados à própria sorte” apontam para um processo de *lumpenização* dos ex-escravos na sociedade brasileira. A partir disso que Florestan argumenta sobre as dificuldades de formação de uma consciência de seus interesses enquanto grupo social. Tendo como base as possibilidades de ascensão social dos setores subalternos da população que iremos refletir, concomitantemente, sobre os processos de integração social, crescimento econômico e organização política.

Quando Florestan escreveu sobre o processo de desenvolvimento, percebeu a dificuldade de sintetizar e sistematizar o que seria a classe trabalhadora brasileira. Isso porque, para o autor, até o final da revolução burguesa no Brasil não havia uma classe trabalhadora organizada que pudesse fazer frente aos interesses hegemônicos. Isso caracteriza uma fragilidade dos setores subalternos no Brasil, e o ponto de referência para pensarmos essas fragilidades é a herança social da escravidão.

Ao pensar a estratificação social, Florestan faz uma separação entre os *possuidores* e os *não-possuidores*. Os primeiros seriam os setores dominantes no Brasil, que organizam os diferentes interesses, sejam esses internos e/ou externos.

Os *não-possuidores* (ou *despossuídos*) são quem mais encontram dificuldades de inserção na ordem, e, portanto, de participar dos possíveis benefícios que a modernização poderia trazer, podendo ou não se valorizar e se classificar na ordem econômica pelo trabalho. Segundo Florestan:

Se [os *não-possuidores*] apenas têm uma posição ativa no sistema econômico, mas não encontram probabilidades de valorizá-la mediante uma posição simétrica no mercado o trabalho⁹⁴ não conta como mercadoria e, portanto, não classifica, na ordem vigente. Ao contrário, se à posição ocupada nas relações de produção corresponde a uma valorização no mercado, o trabalho conta como mercadoria e como fonte de classificação na ordem econômica (SCS, p. 65).

Como já dissemos em outros momentos, nem todos os *não-possuidores* vão conseguir vender sua força de trabalho no mercado e por isso se classificar segundo os critérios estritamente burgueses, isso porque a base econômica (articulando as esferas “arcaicas” e “modernas”) do capitalismo dependente é incapaz de universalizar as funções socioculturais e políticas do mercado e do sistema de produção.

Ao pensar a estratificação social o autor apontou as nuances da classificação do *povo* brasileiro, isso porque o processo de modernização trouxe tendências de mobilidade vertical e de classificação pelo trabalho. Por isso é preciso entender o que Florestan coloca como as gradações na mercantilização do trabalho que tem como pólos extremos, os *integrados* e os *condenados*.

Tentaremos inicialmente entender como Florestan percebe a situação dos *integrados*. O autor fala em muitos momentos do assalariamento e da condição operária como um *privilégio de segunda grandeza*, e diz isso porque percebe as limitações estruturais quanto à universalização da condição operária. A sobreapropriação como o padrão de acumulação de capital criou condições estruturais que restringiram diretamente a participação econômica e, indiretamente, a participação sociocultural e política dos trabalhadores assalariados.

⁹⁴ Esse é um ponto chave para pensarmos o negro na transição do trabalho escravo para o trabalho “livre”. Isso porque, como já apontamos anteriormente, quem vai conseguir uma fonte estável de obtenção de ganho são as mulheres, nos trabalhos domésticos. Essa é uma esfera de trabalho que não passa pelos processos de institucionalização e, por isso, é altamente explorada.

Para Florestan, a situação dos *integrados* é a mais “confortável” entre os não-possuidores, e o fato de estarem inseridos no processo econômico e se incorporarem ao núcleo institucionalizado da sociedade é de grande importância para pensarmos os processos de formação da classe “em si” e “para si”. Segundo o autor (1972 CDSAL), são justamente os setores que conseguem se incluir no mercado de trabalho – estes estão, geralmente, localizados nas comunidades urbano-industriais – que têm condições mínimas de participação econômica e sociocultural. O que não quer dizer, no entanto, que não sofram com a superexploração do trabalho, já que este é requisito indispensável para a acumulação de capital no Brasil.

A questão central é entendermos como o processo de incorporação às instituições legais permitiu que esse setor humano tivesse uma *situação de classe*, para que assim, pudessem lutar pelos seus interesses como e enquanto classe. Segundo Florestan, conforme aumenta a participação econômica aumenta também a integração ao sistema de poder.

Quando Florestan coloca essa questão está pensando o tempo todo em que medida a participação na ordem social capitalista permitiria que os setores subalternos, ao se integrarem, tivessem um maior domínio das técnicas de participação e de contestação do modo de vida urbano-industrial e, assim, pudessem fazer valer seus interesses de classe.

Portanto, Florestan aponta para uma tendência de que o aumento na participação econômica permitirá o fortalecimento e a consolidação de formas autônomas, autodefensivas e agressivas de comportamento de classe no meio operário, já que até então tais formas de comportamento de classe só tinham sido acessíveis as classes possuidoras.

Segundo o autor (SCS) *os integrados* (assalariados ou a classe baixa urbana) são a classe que ao afirmar sua condição podem negar a dependência, e ainda aponta que uma interferência drástica no crescimento econômico que ameace a sua situação de classe poderia ocasionar tensões contra a ordem. Isso porque quando já se tem uma posição na ordem e depois a perde as possibilidades de revolta são maiores.

Por conta da intensa segregação social em que se formou o regime de classes no Brasil, há entre os *despossuídos* uma identificação positiva com a proletarização⁹⁵, pois do ponto de vista dos setores subalternos esta é vista como forma de ascensão social, como um

⁹⁵ Mesmo o trabalho superexplorado do operário é visto como algo positivo no Brasil, isso porque grande parte da população se encontra com precárias e instáveis condições de trabalho e de vida.

“privilégio”, visto que grande parte da população brasileira se encontra entre os setores que não conseguem se classificar na ordem social, vivendo em condições precárias de vida e instáveis de trabalho.

Para Florestan os *condenados* são os setores da população que não se classificam na ordem econômica por não valorizarem seu trabalho no mercado. Por isso se encontram imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema capitalista, onde o trabalho pode ser apropriado em bases não tipicamente capitalistas⁹⁶. Queremos indicar as duas caracterizações que Florestan Fernandes faz dos *condenados* – uma a partir da vinculação desses setores nas cidades e outra no campo – para apontarmos as dificuldades e anseios desse setor da população, pois acreditamos ser aí que mais encontraremos dificuldades de apontarmos uma *situação de classe* propriamente dita.

O autor percebe um setor indigente e flutuante nas zonas urbanas, vivendo em freqüente estado de *pauperismo e anomia*. Isso revela que mesmo o processo de modernização ocasionou nas grandes cidades processos de marginalização, precarização e instabilidade para população.

A rápida expansão urbano-industrial brasileira e a crescente migração do campo para as cidades revelaram o desenvolvimento concentrado nas regiões sul e sudeste, a urbanização desordenada, a impossibilidade de empregar a mão-de-obra existente e a crescente miséria nos pólos industriais. O discurso da modernização atraiu trabalhadores de todo o Brasil para os pólos de maior desenvolvimento industrial (principalmente, em São Paulo). Essa situação agravou as tensões sociais, pois havia a impossibilidade de integrar as grandes massas populacionais no mercado de trabalho. Criou-se, dessa forma, um cotidiano de pobreza típico dos países dependentes, normalizando a questão da extrema desigualdade social. Mesmo nas grandes cidades em crescimento econômico acelerado não houve a absorção de todos os possíveis vendedores de mão-de-obra. Isso acarretou também no pólo “moderno”⁹⁷ da sociedade dependente focos de extrema *pauperização*, que acabou sendo incorporado ao padrão de vida do trabalhador brasileiro e que são necessários ao cálculo da

⁹⁶ Isso não quer dizer que não participam que estejam excluídos do processo de acumulação capitalista, estão marginalizados das compensações, dos benefícios que a modernização pode trazer. São a base real da superexploração do trabalho.

⁹⁷ Até porque, como o autor coloca: “o processo está concorrendo para aumentar a drenagem de populações do campo para as grandes cidades e para as metrópoles. Dada a resistência à reforma agrária e a relutância em universalizar as relações de mercado no campo” (RBB, p. 325).

exploração capitalista. Por isso, segundo o autor, “o capitalismo em questão faz com que a história social do campo se reproduza na evolução das grandes metrópoles e cidades” (CDCSAL, p. 42).

O autor caracteriza esse setor da população das cidades como *classe urbana dependente*⁹⁸, que, ao não ser absorvida pelas oportunidades de trabalho, dá origem a um setor marginal. Essa questão se liga diretamente à situação da população negra que vivia nas grandes cidades em estado de *pauperismo*. Essa camada social que não se integrou à relação contratual e ao trabalho livre será um elemento a mais para a continuidade das condições de trabalho pré-capitalistas, da superexploração.

Por isso, o autor entende a questão da dualidade estrutural do capitalismo dependente não apenas como uma oposição campo-cidade, mas uma oposição ultraprivilégio-ultrapobreza, que pode se manifestar em qualquer espaço da sociedade dependente seja ele tipicamente “moderno” ou tipicamente “atrasado”⁹⁹. Por isso, para Florestan, tanto a modernização absorve influências arcaizantes quanto a tradição absorve influências modernizantes. É dessa forma que devemos pensar o padrão de relação entre classes antagônicas no Brasil.

Para nós, é a partir da caracterização dos *condenados* que a ligação com a herança escravista fica ainda mais nítida, pois dessa forma podemos apontar para a relação entre “raça” e classe, e entre avaliação moral – baseado na “inferioridade da raça negra” – e a superexploração do trabalho. É a partir da herança da escravidão que o autor explica porque o padrão de desenvolvimento dependente perpetuou as relações “tradicionais”. As relações de trabalho baseadas na exploração compulsória continuaram presentes no Brasil.

Isso posto acreditamos que o raciocínio do autor nos leva a um ponto importante sobre a posição do negro na emergência da sociedade de classes. Segundo Florestan os agentes humanos que não se classificavam através do mercado de trabalho estavam vulneráveis às formas ainda mais extorsivas de exploração do trabalho, sendo inclusive denominados pelo autor como os *condenados do sistema*, nas palavras do autor:

Os não possuidores de bens dividem-se em duas categorias, entre as quais existe uma vaga gama de transições: os que estão imersos na economia de subsistência

⁹⁸ Ver SCS, cap. I

⁹⁹ Ainda que reconheça na situação do “atraso” piores condições. A seguir veremos como o autor caracteriza as relações de trabalho no campo.

ou em estruturas arcaicas do sistema econômico (persistentes em maior escala no campo e, com intensidade menor, também nas cidades); os que se assalariam de uma ou de outra maneira, e os que estão em via de proletarização ou se proletarizaram. A primeira categoria não constitui um “exército industrial de reserva” (...). Ela forma, antes, o que se poderia chamar como os *condenados do sistema*, o setor humano marginal de sua origem econômica (SCS, p. 65 – grifos do autor).

Isso posto concluímos, pois, que a escravidão foi um importante instrumento de *acumulação originária* de capital para os setores dominantes, sendo um importante ponto de partida para a expansão do setor “novo”. Por outro lado, no entanto, criou uma população excedente – em estado de *pauperização e anomia* – na *ordem social competitiva*, que será de grande importância para a dinamização do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Isso terá um forte impacto sobre o processo histórico de formação da classe trabalhadora no Brasil.

Por fim, para terminarmos a exposição sobre a caracterização dos setores subalternos no pensamento de Florestan Fernandes não podemos deixar de contar a história dos trabalhadores do campo no Brasil, isso porque segundo o autor, “para que o capital possa reproduzir na economia urbana o trabalhador assalariado, é necessário que exista na economia agrária o capital que reproduz o trabalhador semi-livre”. (SCS, p. 182)

As estruturas e relações do *antigo regime* serão repaginadas ao longo do processo social, sendo estas fundamentais para o fomento da economia capitalista dependente. Houve fortes pressões por parte dos setores dominantes no sentido de impedir que a situação da economia agrária se alterasse, pois esta era fonte de captação do excedente econômico, que era drenado para as zonas mais “modernas”. Florestan coloca a questão da seguinte forma:

Para resguardar e fortalecer sua posição, o empresário rural dirige a empresa agrária de tal maneira que a aceleração do crescimento da economia agrária não faz outra coisa senão agravar e intensificar a dependência dentro da dependência. As saídas que parecem ser “mais racionais”, “seguras” e as “únicas economicamente viáveis” convertem a economia agrária no mais sólido bastião interno do capitalismo dependente (SCS, p. 178).

Por isso, entendemos que o estudo da questão agrária em Florestan não deve ser minimizado, pois, tal como coloca Bastos (2002) “É o seu estudo do mundo rural que

possibilita mostrar o funcionamento da sociedade como um todo. O rural é o ‘ponto nevrálgico’ que permite perceber o ‘padrão de realização do capitalismo no Brasil’” (p. 196).

O trabalho no campo tem um aspecto escravagista ainda mais forte, pois os anos de escravidão trouxeram uma avaliação negativa em torno do trabalho manual. Como essa modalidade de trabalho foi feita durante séculos por escravos, foi permanentemente degradada na sociedade e assumiu características que reproduziram em grande medida o forma de trabalho escrava. Por isso as massas despossuidoras rurais são compelidas ao *pauperismo*, não é a toa que Florestan argumenta:

(...) a ordem escravocrata e senhorial *foi destruída a partir de dentro*, através de desenvolvimentos capitalistas direta ou indiretamente engendrados pela economia de plantação escravista; e foi, ao mesmo tempo, *suplantada e substituída a partir de fora*, pelos desenvolvimentos capitalistas que se irradiaram da economia urbano-comercial para a sua periferia agrária. Trata-se de um circuito histórico bem conhecido. Apenas, no Brasil, ele não se deu de maneira completa. Como o pólo senhorial do regime monárquico logrou converter-se no pólo oligárquico do regime republicano, graças a certas condições materiais e políticas que permitiram essa rotação histórica, ao desaparecer, o trabalho escravo deixou atrás de si várias formas de trabalho semilivre e de trabalho escravo disfarçado que continuam a existir até hoje, mesmo em economias de plantação tidas como ‘especificamente modernas’ (CF, p. 95 – grifos do autor).

Portanto, são nas relações de trabalho no campo que encontramos as maiores dificuldades de universalização do trabalho “livre”. A permanência do latifúndio deu continuidade a relações de trabalho no campo com remuneração ínfima¹⁰⁰. Isso não significa que não existe capitalismo na economia agrária, no entanto, elas se encontram, essencialmente, nas formas de comercialização.

¹⁰⁰ Na discussão sobre o Brasil moderno, se colocou a questão dos direitos trabalhistas na cidade. Os trabalhadores urbanos, com o governo de Vargas, adquiriram vários direitos que regularam e melhoraram a situação do trabalho. No entanto esses direitos não foram estendidos aos trabalhadores rurais, a proibição do sindicalismo no campo e a estrutura fundiária continuaram inalteradas. Essas três questões foram negligenciadas na pauta do Brasil moderno. Cabe destacar que nesse momento (década de 1930) a maioria da população brasileira vivia no campo (O Estatuto do trabalhador rural é de 1963). Dessa forma, ainda que Vargas representasse os interesses da classe industrial emergente, não feriu os interesses do bloco agrário, houve uma acomodação dos interesses da classe dominante. A demora para a criação das leis no campo era a condição necessária para a expansão do capitalismo, já que sob o subdesenvolvimento ele não prevê uma articulação “saudável” entre o campo e a cidade, mas uma dependência, e por isso o campo transferia excedentes necessários para a baixa reprodução do trabalhador na cidade. Para tanto, era necessária a superexploração do trabalho nas zonas rurais do Brasil.

Florestan ao tratar da população que vive nas zonas rurais percebe uma dificuldade em caracterizá-los, e acaba optando pelo termo “campesinato”¹⁰¹. Segundo o autor, essa é uma classe social negada, pois não tem nenhuma vinculação nem nenhum compromisso de raízes estruturais com a ordem vigente. É em vista disso que Florestan fala que essa situação não levaria a uma atuação revolucionária, nas palavras do autor: “as condições que negam ao campesinato (parcial ou totalmente) interesse e situação de classe também lhe negam qualquer meio de consciência e atuação como classe, reduzindo-o, ao mesmo tempo, à maior miséria e a mais extrema impotência” (SCS, p. 72).

Sobre esses setores da população brasileira (que se encontram na esfera dos *condenados*) Florestan aponta para as dificuldades de definição, pois além de haver pouco estudo sobre o tema, percebeu a dificuldade de caracterizá-las como uma classe “em si” e “para si”.

Aqui temos uma pequena explanação que Florestan faz ao perceber as debilidades e dificuldades dos setores subalternos se consolidarem enquanto classe que luta pelos seus interesses. Isso foi crucial para que no momento final da revolução burguesa não pudessem fazer frente aos interesses das classes hegemônicas¹⁰². No fundo a preocupação do autor é sobre as possibilidades de formação desses agentes humanos como sujeitos políticos.

Não estamos querendo dizer, no entanto, que Florestan Fernandes não enxergava a luta de classes, a questão é muito mais profunda, e remete ao processo de formação, pois a *ordem social competitiva* é introduzida no Brasil sem que se tenha formado um operariado propriamente dito¹⁰³. No período analisado o autor percebeu que poucas pessoas estavam realmente integradas nas instituições tipicamente capitalistas, por isso o autor afirma: “O

¹⁰¹ Segundo o autor: “O Brasil não chegou a conhecer um campesinato propriamente dito. Além disso, as condições de vida no campo antes conduzem à dispersão das famílias ou à constituição de pequenos aglomerados descontínuos e instáveis que às formações mais ou menos densas e estáveis. Embora o “homem do campo” brasileiro, *trabalhador assalariado* ou não, apareça invariavelmente como *dependente*, não faria sentido falar numa “classe dependente rural”. O termo “campesinato” acaba sendo, pois, uma solução descritiva precária, que pode ser aceita, desde que se leve em conta que não se trata de uma formação societária definida, mas de uma classe social em vir a ser” (SCS, p. 68).

¹⁰² Sobre a fragilidade de fazer frente aos setores dominantes o autor aponta as seguintes questões: “ambigüidade dos movimentos reformistas e nacionalistas de cunho democrático-burguês e a fraqueza do movimento socialista revolucionário, com forte penetração pequeno-burguesa e baixa participação popular ou operária” (RBB, p. 361).

¹⁰³ Também cabe lembrar, como já foi dito por nós anteriormente, que no momento em que necessitava de mão-de-obra para trabalhar nos novos postos de trabalho abertos pela expansão do capitalismo no Brasil, houve uma política imigratória muito forte por parte do Estado, que optou por excluir a população nacional ao invés de prepará-la para a inclusão no mercado de trabalho “livre”.

regime de classes objetiva-se historicamente (...) de modo insuficiente e incompleto, o que impede ou bloqueia a formação e o desenvolvimento de controles sociais democráticos” (SCS: 148).

Os *despossuídos* encontram bastante dificuldade de saírem de sua situação de *anomia e pauperismo*. Nesse sentido, Florestan nos coloca uma importante questão ao tratarmos da classe trabalhadora (*despossuídos*), não só no que diz respeito a formação da “classe em si”, mas também da “classe para si”. A afirmação da revolução burguesa no Brasil – com a reciclagem dos privilégios das classes dominantes e a afirmação da segregação social como componente para o processo de crescimento – e as possibilidades de trabalho que se abria com a expansão capitalista no país era vista pelos *despossuídos* como a melhor forma de saírem da situação precarizada em que se encontravam. Por isso, a integração à ordem como saída possível da sua situação de *anomia* acabava ofuscando a necessidade de uma organização política que atendesse as necessidades dos *despossuídos*. Nesse sentido, é interessante perceber que as grandes massas de *condenados* da população brasileira ao perceberem a possibilidade de se tornarem *integrados* viam nessa sua melhor possibilidade. Assim, Florestan aponta para a dificuldade não só da formação da “classe em si”, visto que o cálculo capitalista dependente necessita excluir uma parte da população do país, mas, principalmente, da formação da “classe para si”.

Os elementos que explicam a dificuldade de organização dos setores populares são: a herança da escravidão e o caráter da abolição. Estes se deram em concomitância ao processo de exclusão/marginalização dos ex-escravos; o “atraso” da industrialização e o caráter da revolução burguesa, que vinculou os rumos da modernização aos interesses do capital externo e do ultraprivilegiamento interno. Por isso Florestan afirma: “o atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do antigo regime e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente” (INSC, p. 326). Pelo próprio encaminhamento da revolução burguesa que o autor caracteriza, o estilo democrático de vida seria pouco provável como realidade do capitalismo brasileiro. Não à toa argumenta que a sociedade de classes sob o capitalismo dependente dá continuidade a uma rígida estrutura social, que só era aberta para as classes dominantes, permanecendo “estamental para as classes operárias e o povo em geral” (CF, p. 114).

3. A ascensão social da população negra

A análise da integração do negro, ou da ascensão social do negro e do mulato, será pensada por nós a partir da superação do que o autor chama de “desvios sociopáticos”. Focaremos a análise na inserção no mercado de trabalho, nos processos de intenso crescimento econômico, e também em como tais processos interferiram na relação entre negros para pensarmos uma possível superação dos níveis ínfimos de vida dessa parcela da população brasileira. Nossa análise, ao seguir o pensamento de Florestan Fernandes, vai situar a posição do negro até o momento final da revolução burguesa no Brasil, entre meados da década de 1960.

Tal análise se mostra de grande importância para pensarmos não só as possibilidades econômicas como também as possibilidades de organização política desse setor da população. Se pensarmos a partir das possibilidades da população negra, podemos situar problemas marcantes na sua inserção social: num primeiro no período, de transição da *ordem social escravocrata e senhorial* para a *ordem social competitiva* – que se estendeu de 1888 a 1930, houve uma grande dificuldade de inserção dos negros no mercado de trabalho, pelos diversos motivos já antes apontados.

É somente a partir de 1930 que começa uma incipiente incorporação dos negros no mercado de trabalho institucionalizado, que é incrementada no pós 1945, momento de maior expansão da economia brasileira. Esse período marca também o início da segunda fase da revolução burguesa no Brasil. A partir da expansão do mercado houve uma espécie de abertura no paralelismo entre “cor” e estrutura social. Isso se deu porque a expansão capitalista – através da industrialização – ao criar novas oportunidades de trabalho abriu as possibilidades de ascensão social para o negro. Isso vai ocorrer em diferentes momentos da expansão capitalista no Brasil. A questão principal que vai guiar a nossa análise é: foi o desenvolvimento socioeconômico capaz de produzir uma alteração substantiva no padrão de relações raciais?

3.1. Processos de integração

Até agora, já falamos longamente dos problemas enfrentados para a inserção dos negros na sociedade brasileira, apontando as dificuldades para a obtenção de uma fonte estável de ganho, os níveis precários de sobrevivência e a permanência do preconceito de cor atuando nos processos de exclusão.

Até a década de 1930, quando houve a necessidade de ampliação do mercado de trabalho no Brasil, o negro teve imensas dificuldades de inserção. Nesse período a relação entre brancos e negros ainda estava amplamente permeada pelo paternalismo tradicionalista, e os negros que tinham uma relação mais “próxima” com os brancos é que obtinham as melhores oportunidades de trabalho. É interessante a distinção que o autor mostra entre os “negros da casa grande” e os “negros do eito” para explicitar as possibilidades de inserção à “nova” ordem social¹⁰⁴.

Segundo Florestan, são os “negros da casa grande” que vão obter as melhores opções de trabalho pelo contato que haviam tido com o branco¹⁰⁵. Isso não significava, porém, que teriam ascendido socialmente, pois o código social ainda estava amplamente marcado pela “inferioridade do negro”¹⁰⁶, Segundo o autor:

Os homens e as mulheres receberam uma educação melhor e ficaram com ideais de vida mais altos. Muitos homens sabiam, até, ler e escrever; todos possuíam melhores maneiras imitadas dos antigos senhores. Além disso, alguns estabeleceram relações de amizade com os brancos, “quando não eram parentes por concubinato”, convertendo-os, portanto, em protetores quase certos (INSC I, p. 93).

Os “negros do eito”, por outro lado, foram os que mais sofreram após abolição com a vida nas cidades, pois estavam socializados para viver e trabalhar na roça. Os ex-escravos que saíram desse segmento eram os que formavam a camada mais pobre da população

¹⁰⁴ Cf. INSC I, p. 93

¹⁰⁵ É interessante perceber que essa proteção por menor que fosse tinha uma repercussão grande para tais pessoas. Um exemplo disso, ilustrado por Florestan, eram a herança das roupas dos brancos. Dessa forma poderiam ser mais bem visto e pleitear melhores empregos.

¹⁰⁶ Florestan coloca: “Não passavam, no fundo, de empregos modestos, de moços de recados, serventes, contínuos, ou, muito raramente, de escriturários. Mas conferiam boa renda e prestígio, em comparação com os demais” (INSC I, p. 94). É importante atentar para esse setor da população de cor porque são eles que no segundo momento da integração aparecerão como a “elite de cor”.

negra¹⁰⁷. Segundo Florestan esse segmento da população de cor “Não sabia ler e escrever, em regra, e não possuíam protetores. Eles sofreram muito, pois ficaram largados a si próprios. Mal vestidos, analfabetos, sem proteção, ficaram vivendo aqui e ali de expedientes” (INSC I, p. 94).

Os negros que se encontravam em uma situação social um pouco mais favorável eram os que ainda estavam largamente presos às reminiscências do mundo patrimonial e do favor ao senhor. Cabe colocar que essa proteção paternalista atingia um número ínfimo de negros, por isso, não podemos exagerar quanto à magnitude de tal relação, até porque era uma relação de dominação que ainda se baseava no código da “raça” como fator de classificação.

A parcela que pôde contar com os favores do senhor, era a minoria da população negra, por isso devemos entender, nos termos do autor, que de forma geral “o negro foi automaticamente projetado na plebe rural e urbana. Assim, ou se incorporou ao mundo rústico do campo, ou ficou predominantemente ligado ao destino das camadas marginais do mundo urbano” (INSC II, p. 493).

O que temos que ter em vista, é o papel que esse segmento da população negra que contou com a proteção paternalista vai desempenhar para a crítica e a superação da condição do negro na sociedade brasileira¹⁰⁸. Segundo Florestan, “Mais tarde, esse pequeno número [de negros protegidos por brancos] irá desempenhar um papel histórico considerável, como foco de inconformismo e de agitação contra a situação do negro na sociedade paulistana” (INSC I, p. 96).

O processo de industrialização trouxe uma importante alteração para pensarmos a integração da população negra na ordem capitalista. O negro adquiriu possibilidades reais de fazer parte permanente do mercado de trabalho e, além disso, surgiram os primeiros movimentos negros que problematizaram as desigualdades, o preconceito e a discriminação raciais.

Entendemos que a análise de Florestan sobre a integração também deve ser vista a partir da possibilidade de formação desses agentes sociais como sujeitos políticos. Por isso

¹⁰⁷ Essa é mais uma questão importante para pensarmos a relação com o campo e com a superexploração.

¹⁰⁸ Florestan destaca desse segmento dois “tipos de negro”: o negro trãnsfuga, que se reconhece no mundo dos brancos e dá as costas para os outros setores da população; e o negro consciente e radical, que ao perceber a desigualdade racial radicalizam sua postura quanto à questão.

a análise da atuação dos movimentos negros é de grande importância em seu estudo¹⁰⁹. Além disso, o negro, ao formar uma consciência crítica de sua situação social adquiriu elementos para formar uma consciência de classe e lutar politicamente por seus interesses.

Florestan destacou as dificuldades desse setor adquirir situação e consciência de classe por conta dos aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e psicológicos que se engendraram com o processo de trabalho escravista, e que repercutiram e ganharam novas dimensões com a modernização capitalista. Por isso, as análises da formação da classe trabalhadora e dos mecanismos de exploração de classe ganham uma dimensão ainda mais profunda se analisados à luz da herança da escravidão. Isso porque, como já dissemos anteriormente, o cálculo do valor da força de trabalho é em cada país determinado por um nível de vida tradicional. A herança escravista e a forma como a transição para ao trabalho “livre” se processou criaram um padrão de vida do trabalhador brasileiro em níveis ínfimos de sobrevivência. As próprias condições de moradia, saúde, alimentação, etc. explicitam tal situação.

A partir disso, duas questões se colocam para nós: a primeira é entender porque tal situação se consolidou como um padrão de vida do trabalhador brasileiro, e por último, entender o processo de desenvolvimento capitalista à luz da integração dos setores subalternos, e assim, conseqüentemente, os negros no mercado de trabalho¹¹⁰.

Após um período de crise mundial¹¹¹ que explicitou as contradições de um sistema econômico agroexportador e do processo político baseado unicamente nos interesses agrários, a industrialização ganhou força, inclusive como política sustentada pelo Estado. As questões que se colocavam eram: a da construção da infra-estrutura própria a industrialização, a constituição de um mercado de trabalho e a ampliação de um mercado consumidor. Dentro disso a dominação burguesa imposta nesse período para as massas se

¹⁰⁹ Não iremos nos reter aqui, no entanto, à análise dos movimentos negros. Para mais informações da análise de Florestan sobre os movimentos negros de São Paulo ver: INSC II cap. I.

¹¹⁰ Uma questão importante que devemos nos atentar sobre a inserção no mercado de trabalho é para a participação das mulheres negras. Estas, como já dissemos anteriormente, foram o setor da população negra que conseguiu uma obtenção de ganho estável. No entanto trabalhavam nos serviços domésticos e este não era reconhecido como trabalho. Por isso, ainda que tenham “segurado a bronca” com o seu trabalho nas casas das patroas brancas não estavam inseridas no mercado de trabalho.

¹¹¹ Em 1929 com a queda da bolsa de Nova York o capitalismo conheceu umas das suas mais devastadoras crises de superprodução. A saída para a crise resultou em uma profunda alteração na ordem capitalista mundial. A forma como essa alteração se daria para o Brasil permitiu que o país se industrializasse.

deu através da prática “populista”, e o discurso do progresso criou uma atmosfera de esperanças que garantiu a continuidade do processo de modernização¹¹².

O processo de industrialização ocorreu a partir da atuação do Estado. A ação do Estado interventor buscava uma coalizão nacional popular através do discurso da modernização. Dessa forma obteve-se o apoio das massas sem precisar levar a fundo as questões sociais, a exploração do trabalho humano e as desigualdades inerentes ao sistema econômico do capitalismo dependente. É por isso que a ascensão social dos setores subalternos e, conseqüentemente, dos negros foi em grande medida uma necessidade do sistema, pois havia insuficiência de mão de obra. A inserção no mercado de trabalho, mantendo intocável outras questões sociais explicitou que o processo de integração estava sujeito às necessidades da acumulação capitalista.

As intensas transformações que a realidade brasileira sofria criavam possibilidades de maior participação dos grupos sociais subalternos na vida econômica brasileira. Os processos de crescimento econômico inseriam, na medida do possível, os setores marginalizados da população brasileira. Isso criou uma tendência à proletarianização e, em menor medida, à ascensão para os setores médios.

O importante é observarmos as possibilidades e os limites que se criaram para a absorção da população negra na sociedade de classes e, junto a isso, entendermos “as limitações que o capitalismo dependente introduz nas potencialidades da mercantilização do trabalho” (CDCSAL, p. 71)¹¹³. A partir disso, poderemos refletir sobre as dificuldades que Florestan aponta para a concretização de uma situação e consciência da classe trabalhadora. Isso nos ajudará a entender o porquê do encaminhamento da revolução burguesa no Brasil se dar de forma autocrática e a consolidação do capitalismo dependente se dar com a marginalização do grosso da população.

Entendemos aqui que o processo de modernização não trouxe como conseqüência a amenização das desigualdades e iniquidades sociais. O interessante a observar no pensamento do autor é que a classificação positiva com a ordem econômica – ou, em outros

¹¹² No entanto, cabe colocar, que para Florestan Fernandes, essa “ressonância popular” era antes uma manipulação demagógica que uma verdadeira abertura para as classes subalternas. No momento de crise do pacto de poder patrimonialista, essa foi uma “solução” encontrada para a continuidade da manutenção dos interesses dominantes e a contenção dos setores subalternos.

¹¹³ Isso quer dizer que nem todos serão classificados no mercado de trabalho, e mesmo àqueles que passarem pelo mercado de trabalho vão ter uma participação econômica, social e política muito restrita.

termos, a integração à sociedade de classes – traz uma importante alteração na participação social, política e cultural, que contribui para tornar mais firmes os mecanismos de consciência e de luta de classes. Fato que explicita isso é o surgimento de movimentos negros organizados justamente nesse período de expansão capitalista¹¹⁴.

Esse foi um período em que houve um aumento considerável na participação política do “povo” brasileiro, e também de efervescência do movimento negro. Isso porque o desenvolvimento do capitalismo ao permitir uma inserção maior dos setores subalternos possibilitou o aparecimento de certa consciência crítica da situação.

A nossa discussão aqui, vai se centrar, a partir da reflexão das possibilidades dos setores subalternos se inserirem na ordem e, assim, melhorarem suas condições de vida e trabalho. No fundo, a discussão que travaremos é a da influência que o crescimento do capital exerceu sobre o destino da classe trabalhadora brasileira. Ou, em outras palavras, vamos pensar as possibilidades dos *condenados* se tornarem *assalariados*, para assim pensarmos os processos de formação de uma *situação de classe*, de um *interesse de classe* dos setores subalternos no Brasil, refletindo sobre sua atuação no processo da revolução burguesa.

Como já apontamos anteriormente, a reflexão que Florestan faz sobre o negro deve ser articulada com a reflexão sobre a revolução burguesa no Brasil. Por isso, para nós, a análise da marginalização do negro no processo de modernização faz parte de uma reflexão mais geral sobre o processo de exclusão social, econômica e política das classes subalternas.

Dessa forma, a integração do negro na sociedade de classes deve ser vista para pensarmos as possibilidades do capitalismo no Brasil, não só porque, como já assinalamos anteriormente, o dilema da democracia no Brasil se confundia com o dilema do negro, mas porque, como argumenta Florestan

Na medida em que a população de cor fica mais ou menos à margem, a sociedade inclusiva deixa de se modernizar em bloco e de realizar certas condições essenciais para o seu equilíbrio dinâmico. Não é só a continuidade e a intensidade do crescimento que são ameaçadas; são, também, sua homogeneidade e os

¹¹⁴ Surgiram várias associações, beneficentes, culturais ou recreativas no período de 1927 a 1945. Entre elas destacou-se a Frente Negra Brasileira (FNB) Cf. INSC II p. 54 e 55.

próprios fundamentos materiais ou morais de uma ordem social competitiva, democrática e aberta (INSC II, p. 427)¹¹⁵.

Uma transformação importante no “meio negro” para a inserção no mercado foi a redefinição da idéia de trabalho, pois ao aceitar o trabalho “livre”, “deixam de pensar que vender a força de trabalho equivale a vender a pessoa, disfarçadamente, e que o contrato de trabalho seria um sucedâneo velado da escravidão” (INSC II, p. 211).

Outra questão importante que o autor se atenta para pensarmos o processo de integração são os surgimentos dos movimentos negros. Estes transformaram a posição do negro na sociedade, ajudando a desmascarar o “mito da democracia racial” e passando a fazer a luta por igualdade racial no âmbito da política. Esta questão é de grande importância, por isso Florestan assinala que o surgimento das organizações negras se deu porque percebem que os problemas práticos do homem moderno se resolviam no jogo político. Essa percepção, segundo o autor, “iria fomentar a tendência inversa, de ‘arregimentar o negro’ com fins próprios, tanto no terreno eleitoral quanto, em sentido mais amplo, como grupo social integrado, autônomo e capaz de manejar livremente, em fins próprios, sua parcela de poder político” (INSC II, p. 36).

Ainda que a experiência política no meio negro fosse recente, já havia uma nova consciência sobre as técnicas sociais que deveriam ser empregadas na sociedade moderna. A contra-ideologia construída pelos negros iniciava a conciliação do negro com a civilização industrial, e esses aos poucos iam absorvendo os valores urbanos. Além disso, outro efeito construtivo que os movimentos negros trouxeram foi a própria reavaliação moral interna do negro, que passava a confiar na sua própria capacidade de atuação como agente humano no processo histórico, percebendo que a diferença entre “brancos” e “negros” era uma diferença social, entendendo o racismo e a discriminação racial como problemas também sociais¹¹⁶.

¹¹⁵ Essa citação mostra certa crença do autor num possível equilíbrio do capitalismo no Brasil, articulando acumulação capitalista e democracia. Pela análise proposta aqui por nós essa é uma idéia que será superada pelo autor nos seus escritos posteriores. Isso porque para Florestan a segregação social é um componente orgânico do capitalismo que aqui se desenvolveu, faz parte, portanto, do seu “equilíbrio dinâmico”.

¹¹⁶ Dentre as diversas organizações existentes no meio negro no período assinalado Florestan centra a sua atenção na análise da Frente Negra Brasileira (FNB), esta surgiu em São Paulo com a intenção de se irradiar por todo o Brasil, e conseguiu isso em vários municípios e diferentes estados. Foi uma das mais importantes organizações dos negros no Brasil, e surgiu apontando para as dificuldades de inserção do negro no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, apontando para a discriminação e o preconceito de cor. A palavra

A palavra de ordem que surgiu nos movimentos da época pedia a Segunda Abolição, para que essa fosse de redenção da população negra, não “dos brancos e para os brancos” como acontecera.

Ao se preocuparem com a posição do negro na sociedade, os movimentos sociais do “meio negro” suscitaram o surgimento de centros de educação para o negro e o mulato para o estilo de vida urbano, e também associações recreativas e culturais. Tal atuação se deu no sentido de “consolidar e difundir uma consciência própria e autônoma da situação racial brasileira; desenvolver na ‘população de cor’ tendências que a organizassem como uma ‘minoridade racial integrada’; desencadear comportamentos que acelerassem a integração do negro à sociedade de classes” (INSC II, p. 57).

Essa forma de atuar enquanto movimento político organizado fez com que Florestan Fernandes tecesse várias críticas aos alvos dos movimentos negros da época, pois ao lutarem pela integração à *ordem social competitiva* aceitavam a assimilação dos padrões da vida material e moral do branco. Para ser aceito e se integrar o negro deveria se identificar com um mundo construído segundo os padrões, valores e normas dos brancos. Agindo dessa forma, os movimentos negros acabavam tendo um compromisso com a ordem social, e uma atuação assimilacionista. No entanto, tal atuação visava neutralizar a distância histórico-social que se estabeleceu entre a herança cultural dos negros e a civilização industrial. Porém, ao orientar o comportamento racial a partir da assimilação dos padrões da vida moral do branco o movimento dirigia sua atuação numa esfera que poderia cair numa negação da “negritude”¹¹⁷.

de ordem do movimento foi a “segunda abolição”, onde defendiam a inserção do negro na sociedade brasileira através da educação e da instrução. A entidade atuava através de centros de educação e de associações recreativas e culturais para a população negra. Seu importante periódico *A Voz da Raça* foi um instrumento de difusão da causa negra. A FNB surgiu no ano de 1931 e foi extinta em 1937 na ditadura inaugurada pelo Estado Novo. Outro importante movimento assinalado por Florestan que marcou um segundo momento do movimento negro, no período pós-ditadura varguista, surgiu no Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro (TEN). Surgido primeiramente para formar um grupo de atores negros (visto que estes eram marginalizados na cena teatral, encenando sempre papéis secundários), o TEN vai além de sua proposta inicial e se engaja na luta anti-racista. Abdias do Nascimento, seu fundador, é um importante líder negro que atuou na causa durante toda a sua vida. Segundo Brazil & Schumi (2007) “A singularidade do TEN foi revelada pela iniciativa de aliar na prática e na teoria a valorização do negro através do resgate e afirmação da cultura afro-brasileira” (p. 297).

¹¹⁷ É com isso em vista que o autor coloca: “O ‘negro que sobe’ não sabe se *cai para cá*, ou se *cai para lá*. Realmente, como cidadão e brasileiro, ele se identifica com a ordem social vigente; em termos dos valores e princípios dessa ordem social, ele se identifica com os interesses e os valores da “raça” dominante. Contudo, na vida prática se vê forçado a opções que o levam ora a se identificar como “preto”, ora a repudiar essa identificação” (INSC II, p. 384).

Essa questão fica mais aparente quando percebemos as tendências da população negra a ascender para as classes médias¹¹⁸. Ao se integrarem dessa forma na sociedade, na maior parte dos casos preferiam “dar às costas” para a população negra e viverem sua situação de “privilégio” sem refletir sobre os problemas associados às desigualdades raciais.

As oportunidades melhores, que permitam uma classificação fictícia ou real nas “classes médias”, por sua vez, distribuíram-se de acordo com o mecanismo de peneiramento “racial” ultra-seletivo. Isso significa que os beneficiados foram diluídos no “meio branco”, através de uma massa muito variada e diversificada de situações de trabalho e de convivência social (INSC II, p. 388).

Florestan também coloca, por outro lado, a importância da “classe média de cor” para as agitações sociais, principalmente a presença de intelectuais¹¹⁹ que fomentaram e difundiram uma contra-ideologia racial, fundamental para fazer frente às ideologias disseminadas pelo branco: a “democracia racial”.

Segundo Florestan (INSC) a mobilidade revelou duas coisas importantes do ponto de vista sociológico: a reação dos negros à *ordem social competitiva* e a possibilidade de tal ordem se tornar aberta às impulsões de ascensão social de uma categoria racial que ficara à margem da modernização. Os movimentos negros cumpriram importantes funções no seio da população negra e na luta democrática brasileira, pois, ao se organizarem desmascararam a ideologia racial dominante (de democracia racial); unificaram a percepção da desigualdade racial e as manifestações de inconformismo às aspirações de justiça social. Dessa forma difundiram a importância da universalização das impulsões igualitárias, cumprindo, portanto, um importante papel para a eliminação dos resíduos do *antigo regime*, ainda persistentes nas relações sociais. É por isso que Florestan assinala a importância dos movimentos negros, pois estes “condenavam literalmente a perpetuação indefinida dos padrões brasileiros de integração racial, que mantinham uma dualidade indesejável: uma situação praticamente de castas sob o manto da ‘sociedade aberta’ e da ‘democracia racial’” (INSC II, p. 111).

¹¹⁸Cabe colocar, entretanto, que o que o autor chama de classe média no “meio negro”: “nem sempre abrange indivíduos em situação social de classe média. Em sua maior parte, compõe-se de indivíduos em processo incipiente de classificação social e que se distinguem do resto da “população de cor” por causa disso. Não obstante, o professor Roger Bastide cunhou essa noção para indicar a parcela dessa população que dispõe de maiores oportunidades de integração à ordem social competitiva” (INSC II, p. 584)

¹¹⁹Para citarmos apenas um, Abdias Nascimento foi um importante intelectual negro que marcou a luta anti-racista no Brasil.

No entanto, cumpre observar a crítica que o autor tece para os movimentos reivindicatórios do meio negro desse período, pois “em vez de se congregarem para desmascarar e repelir a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, preferem disputar, como possam, as oportunidades que lançam o brasileiro pobre na senda do progresso” (INSC II, p. 140).

Dentro desse contexto a situação das classes subalternas parecia melhorar, pois a “abundância de empregos, que requeriam mão de obra barata e desqualificada ou semiqualficada, contribuiu para incluir considerável parcela da “população de cor” no seio da população economicamente ativa” (INSC II, p. 252). Mas isso não significou que esse setor da população deixasse de ser pobre e de se concentrar em ocupações mal remuneradas. O processo de industrialização, iniciado em 1930 e intensificado, posteriormente, na década de 1950¹²⁰ permitiu uma rodada de integração de parte dos setores subalternos/marginalizados, e assim a possibilidade de se criar uma situação de classe. Para ilustrar a questão vamos citar um depoimento que aparece na INSC:

Os pretos gostam do Getulio¹²¹ porque pensam que foi ele que acabou com o preconceito. Mas não foi. É que faltou mão-de-obra. Se não houvesse falta de mão-de-obra, os pretos nunca conseguiriam entrar nas fábricas. Ficava tudo como antes. Se continuassem a entrar imigrantes, os patrões preferiam a mão-de-obra estrangeira, deixando a nacional (INSC I, p. 186).

O que consideramos mais importante frisar é que o autor apontou uma questão essencial para pensarmos a questão da afirmação do negro na sociedade de classes: a necessidade da população negra antes de se afirmar como classe ter que se afirmar como “raça”. Ao se perceber como a “raça espoliada” tem mais elementos para encarar todo o preconceito e as barreiras que se abrem diante da “cor”. Isso porque, a ascensão social não significava que os negros que se classificavam no regime de classes não sofriam preconceito, pois tiveram ao longo da história toda a sua imagem degradada. É por isso que Florestan aponta para uma questão de grande importância: a necessidade de se criar uma *situação de raça*. Era preciso recriar a imagem do “negro” partir dele mesmo. Dessa forma, o “negro” precisava, antes de lutar para ser aceito na sociedade de classes, lutar para ser

¹²⁰ Segundo o autor, é a partir da década de 1940, com o fim do Estado Novo, que a população de cor sente as repercussões do crescimento econômico.

¹²¹ Em 1931 foi sancionada por Vargas, a Lei de Amparo ao trabalhador brasileiro nato. Essa lei vai favorecer a inserção dos negros no mercado de trabalho.

aceito como “negro”; a partir de sua própria concepção de homem e de sua própria herança cultural. Nas palavras do autor:

Em virtude da própria situação histórico-social, bem como das tendências integrativas predominantes no “meio negro”, a transição só se efetuaria se o “negro” lograsse, como categoria racial, condições para se afirmar historicamente, rompendo o seu isolamento, superando o seu estado de dependência e anomia social e impondo, a si mesmo e aos “brancos” em geral, uma nova imagem da pessoa e dos direitos do “homem de cor”. Isso significava, em poucas palavras: vencer como “raça”, para adquirir acesso às classes sociais existentes, teoricamente abertas segundo requisitos extra-raciais (INSC II, p. 122).

Essa é uma questão complexa, pois a forte miscigenação da população brasileira era um fator que operava como um obstáculo a criação da *situação de raça*. A possibilidade do mulato – o negro miscigenado¹²² – agir tentando esconder sua negritude era algo bastante comum. Isso porque a formação cultural e moral brasileira construíram de uma “imagem social ideal” baseada na figura e nos valores do “homem branco”.

A consolidação da revolução burguesa em 1964 com um projeto de modernização conservadora e o rompimento com a democracia explicitou que a democracia racial não passava mesmo de um mito. Se não havia nem democracia social como poderia existir a democracia racial¹²³? No momento final da revolução burguesa – entre 1930 e 1964 – em que a política para as massas se deu através do discurso populista, nacional e democrático houve uma possibilidade de integração à ordem por parte dos setores subalternos da população brasileira, e, mais do que isso, um fervor esperançoso na melhoria de vida de

¹²² A questão da mestiçagem deve ser vista com bastante cuidado. A partir da década de 1930 houve uma necessidade de se criar uma imagem nacional brasileira. Uma das questões levantadas para tratar da singularidade do brasileiro foi a mestiçagem. Não é à toa que no mesmo período passou-se a aceitar outros aspectos da cultura negra, como o samba e a capoeira, até então bastante perseguidos na sociedade brasileira. A mestiçagem foi bastante exaltada por Gilberto Freyre e justificou o mito da democracia racial ao colocá-la como uma marca das relações democráticas entre brancos e negros. Essa questão esconde o caráter de embranquecimento que a mestiçagem assumiu, pois dependendo da tonalidade da cor da pele o indivíduo pode se classificar como branco. Isso não significava, porém, na competição com um branco o mestiço/mulato não fosse visto como “negro”. Se embranquecer significava esquivar-se das desigualdades resultantes da hierarquização racial, que coloca o branco como superior e o negro como inferior. Para mais informações sobre a questão da mestiçagem ver: MUNANGA 1996.

¹²³ O próprio Florestan em entrevista a Folha de SP (1995) diz isso abertamente ao falar das conclusões a que chegou na INSC: “Nossas interpretações convergiram para a negação da existência de uma democracia racial. Esta foi nossa denúncia mais importante. Aliás, se não havia democracia para branco, porque deveria haver democracia para negro? Era fantasia. Quando houver cidadania universalizada e a democracia abranger todos de uma forma mais ou menos homogênea, aí sim se poderá falar de uma democracia racial. Caso contrário, escondemos a realidade atrás de um véu”.

população. Nesse período, o movimento negro centrou força na luta contra o racismo, através de uma política de integração à ordem social. No entanto, o endurecimento que houve, não só ao movimento negro¹²⁴, mas a todo o movimento reivindicatório fez com que se calasse toda e qualquer manifestação democrática que pudesse por em questão os privilégios dos setores dominantes.

Essa situação histórica explicitou para o *povo* brasileiro os limites do capitalismo na situação de dependência e subdesenvolvimento, que sem romper com a concentração da renda e do poder “naturalizou” a segregação social, criando uma ordem social bastante rígida em que o regime de classes parecia reciclar se mesclar ao regime de castas. Dessa forma, “A ‘cor’ continua a operar como marca racial e como símbolo de posição social, indicando simultaneamente ‘raça dependente’ e ‘condição social inferior’” (INSC II, p. 420). O racismo ainda atuava em grande medida como uma forma de excluir essa importante parcela da população brasileira.

A posição social serve, no fundo, para explicar a inferioridade do negro, como se ela funcionasse como uma ratoeira: prende-o inexoravelmente à “situação inferior”, num círculo vicioso perene, já que de um “meio” como o seu “não pode sair outra coisa” e a herança cultural originária só produziria “bárbaros” (INSC II, p. 331).

A expansão capitalista e as possibilidades de classificação social do negro na sociedade brasileira não contribuíram para pôr em crise as avaliações raciais “arcaicas”. Por isso a ascensão social do negro não garantiu plena equiparação social com o branco, pois o racismo interferiu – e ainda interfere – diretamente nos mecanismos de integração à ordem social.

O tremendo esforço de auto-afirmação, de reeducação e de propaganda, desenvolvido pelos movimentos reivindicatórios, esbarrou, portanto, numa barreira de aço intransponível, gerada pela indiferença do “branco” e pelas próprias tendências dinâmicas de reintegração da ordem social da sociedade inclusiva (INSC II, p. 76).

¹²⁴ Segundo Domingues (2007) o golpe militar representou uma derrota para os movimentos negros, isso por que “desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência o movimento negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil” (p. 111).

A discriminação e o preconceito são formas que a classe dominante brasileira utiliza para a manutenção de sua posição social, são, portanto, mecanismos de defesa dos seus privilégios e do *status* social. É perpetuando com a idéia da inferioridade cultural e moral do negro que vão repousar em grande medida a continuidade do desenvolvimento do capitalismo dependente, já que para que este se desenvolvesse era necessária a segregação social. Esta recaiu de forma muito mais brutal sobre os setores negros da população brasileira, por todos os fatores históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais já apontados por nós ao longo desse trabalho. Com isso é possível concluir que as transformações sociais inerentes a expansão do capitalismo e à desigualdade entre as classes conciliou-se aos padrões herdados da desigualdade racial.

Nesse sentido, mais uma vez podemos perceber que o processo de modernização se consolidou repondo importantes elementos do passado. É por isso que no Brasil, a discriminação racial vai se misturar com a discriminação de classes, dessa forma, o preconceito racial vai se infiltrar largamente nas relações de classes; garantindo a continuidade da acumulação capitalista dependente e repondo as segregações sociais e raciais na cena histórica brasileira.

4. O Mito do crescimento econômico

É importante termos clareza de que para a expansão de uma economia capitalista industrial é necessária a criação de condições para a sua reprodução, e por isso a criação das condições para controlar também o trabalhador operário e as classes destituídas das cidades – já que o processo de industrialização sob o subdesenvolvimento e a dependência, ainda que ocasionasse esperança de melhorias, ao invés de atenuar, agravava as fortes segregações sociais. O processo de industrialização alterou a situação da classe não-possuidora no Brasil, isso porque abriu um campo de possibilidades e empregos a partir das necessidades industriais. Abria-se a possibilidade de inserção de novos agentes de trabalho na economia industrial. Nesse sentido, houve um processo de enriquecimento dos imigrantes¹²⁵ e de tendências de mobilidade social associadas à proletarização do “povo

¹²⁵ Os imigrantes, na emergência da ordem social competitiva e da universalização do trabalho livre tiveram um ponto de partida importante para seu estabelecimento na sociedade capitalista.

pobre”. Essa mudança foi importante, mas ainda assim não resolveu os problemas do povo, pois o processo de industrialização, com a entrada de capital constante, tendia a poupar mão-de-obra. Em um país onde o início do processo de formação da classe trabalhadora foi de *lumpenização* dos ex-escravos, criou-se uma abundância de mão-de-obra que dificilmente seria absorvida.

No processo de modernização induzido, as revoluções tecnológicas emergem como uma consequência da articulação econômica dependente sem uma evolução interna, não incorporando, portanto, a necessidade de integração da população brasileira no mercado de trabalho à entrada do capital constante. Isso terá consequências importantes para a constituição da estrutura social associada ao regime de classes no Brasil.

As grandes transformações econômicas, sociais e políticas foram um “prato cheio” para o acirramento das lutas sociais. A ideologia do nacional desenvolvimentismo ganhava corpo através das políticas estatais de modernização, difundindo a idéia de que a superação do atraso e da pobreza no Brasil se daria através da industrialização planejada pelo Estado. Este discurso foi importante para a contenção das insatisfações sociais, e os governos puderam obter certo apoio das massas sem que levassem a fundo as questões sociais: a superexploração do trabalho e as desigualdades inerentes ao sistema econômico do capitalismo dependente. A herança colonial, com a predominância da economia agrária até então, é um fator que explica a difusão do “discurso da modernização” nos diversos setores da sociedade brasileira.

Para pensarmos o crescimento econômico focaremos a relação entre as classes – os *possuidores* e os *não-possuidores* – ou seja, dos processos em que as classes dominantes brasileira ao expandir seus negócios, conseqüentemente, abre as possibilidades de criação de empregos e de acesso ao mercado de trabalho para as classes subalternas.

Para pensarmos os processos de crescimento econômico no Brasil temos que ter em mente que a economia dependente e subdesenvolvida possui duas particularidades essenciais: a heterogeneidade na sua estrutura técnica e a desigualdade na produtividade do trabalho. Esta se dá principalmente nas áreas rurais, sendo que parte da população brasileira vive em nível de subsistência e de condições precárias e instáveis de trabalho. Isso quer dizer, em outras palavras, que há uma combinação no nível econômico e social das estruturas “arcaicas” e “modernas”.

Pela análise que fizemos até agora, no capitalismo dependente a concorrência¹²⁶ e a competição capitalista aparecem longe do que o poderia ser sua componente construtiva¹²⁷, dessa forma a participação nas instituições capitalistas vira um “privilégio”¹²⁸ (seja ele de segunda ou de primeira grandeza), uma vez que não será aberta a todos os setores da população.

O crescimento econômico colocou a possibilidade dos *condenados* passarem a ser integrados/assalariados (“privilegiados de segunda grandeza”), isso foi também um mecanismo de contenção e disciplina de classe. Por isso o *mito do crescimento econômico* tem uma força muito grande na base social brasileira, pois ao abrir as possibilidades de ascensão social, cria um clima de euforia sobre as condições de melhoria de vida entre os setores despossuídos da sociedade.

Ao tratar dos *não possuidores* é importante pensarmos nas possibilidades de integração à ordem social que o processo de crescimento econômico colocou à população brasileira em cada momento histórico. Partimos do pressuposto de que os processos de crescimento no Brasil mesmo incorporando parte da população, não foram capazes de criar uma situação de “plena integração” da população. Florestan aponta, entretanto, que o crescimento econômico e a conseqüente alteração da participação da classe trabalhadora na esfera econômica podem servir de base para uma maior participação social, cultural e política.

Por isso, o discurso dominante de que o crescimento econômico iria melhorar as condições de vida da população brasileira é a ideologia do capitalismo dependente. Como a condição geral de vida do povo brasileiro é caracterizada pelo autor como uma situação de *condenados*, a possibilidade de integração à ordem nos momentos de expansão do capitalismo é vista como “a galinha dos ovos de ouro” desse setor da população¹²⁹. São nesses momentos que as possibilidades de ascensão e classificação social se colocam concretamente, por isso há uma vinculação positiva dos setores subalternos com a

¹²⁶ O padrão de concorrência é distorcido, pois é condicionado por elementos extra-econômicos. Um elemento que foi colocado por nós que explicita isso são as desigualdades raciais.

¹²⁷ Florestan analisa o caso brasileiro tendo em mente um tipo ideal de capitalismo, onde é possível conciliar o crescimento capitalista com a democracia. O seu estudo sobre o Brasil vai apontar para a impossibilidade de se criar esse “capitalismo tipo ideal” no país.

¹²⁸ Isso pode ser apontado como um dos vestígios do patrimonialismo no Brasil.

¹²⁹ Até porque o próprio processo social de expansão do capitalismo requer o aumento da massa de consumidores, por isso é uma necessidade do próprio capital expandir para acumular, aquecendo, dessa forma, o mercado interno.

proletarização e com o crescimento econômico. Isso pode ser encarado como um dos aspectos que dificultaram uma integração social entre os setores subalternos na luta para melhoria das condições sociais. Na situação de precariedade vivida por grande parte da população brasileira (de *pauperização e anomia*), a possibilidade de integração social, mesmo em condições precárias, é vista como a grande esperança do *povo*, trazendo conseqüências para sua organização política, na luta pelos seus interesses específicos de classe.

O importante é perceber que o processo histórico-social brasileiro demonstrou que o crescimento econômico não eliminou as desigualdades sociais. Assim o avanço do processo de industrialização no Brasil foi aliado a um processo crescente de concentração de renda, ainda que mascarado pela ideologia do “progresso” e das melhorias de vida. A questão que se coloca para pensarmos a relação entre as classes antagônicas são a habilidade da burguesia brasileira de ao se apropriar do excedente econômico forçar a população a aceitar as desigualdades sociais.

Isso se deu, pelo excedente de poder político que a revolução burguesa imprimiu aos setores dominantes. A mentalidade egoística e pragmática da burguesia brasileira forçou o processo social para a obtenção e revitalização de seus privilégios e não para a construção de uma sociedade menos desigual. Nas palavras de Florestan: “O privilégio é tão ‘justo’ e ‘necessário’, para as camadas dominantes, e também para suas elites culturais, que as formas mais duras de desigualdade e de crueldade são representadas como algo *natural* e, até, *democrático*” (NMB, p. 294 – grifos do autor).

Por isso é importante salientarmos que ainda que não haja desenvolvimento sem crescimento econômico, nem todo crescimento se traduz necessariamente em desenvolvimento. Se entendermos o desenvolvimento como uma extensão dos benefícios à maioria da população, o que vivemos no Brasil foi o crescimento acompanhado da concentração de renda. Com a maioria ficaram os custos, e não os ganhos do crescimento. Por isso, a visão sobre o desenvolvimento econômico deve levar em conta outras variantes extra-econômicas, nas palavras de Florestan:

o desenvolvimento não é um “problema econômico”, e tampouco um “problema social”, um “problema cultural”, um “problema político” etc. Ele possui o caráter de um problema macrosociológico, que afeta toda a organização da economia,

da sociedade e da cultura e que diz respeito, essencialmente, a todo o “destino nacional”, a curto ou a longo prazo (SCS, p. 156).

Pensar a questão do crescimento no Brasil implica que tomemos como base a inserção no sistema capitalista mundial e a imbricação aos capitais estrangeiros. Isso porque o padrão de desenvolvimento dependente tem como um dos seus pilares o vínculo a economia capitalista mundial. Os processos de crescimento econômico por serem orientados pelas necessidades do mercado mundial negligenciam as necessidades da população nacional, e o capitalismo brasileiro vai se consolidar a partir da manutenção e intensificação dessa relação com os capitais externos. Nas palavras de Florestan:

a estrutura e o padrão de equilíbrio do sistema econômico, sob o capitalismo dependente, convertem a articulação econômica em fonte de privilegiamento dos agentes econômicos que podem operar no nível da integração capitalista das atividades econômicas internas e subordinam o crescimento econômico interno às flutuações do consumo e das especulações financeiras do mercado mundial (SCS, p. 62).

O que importa colocar é que esse padrão de crescimento orientado para os interesses externos foi uma decisão das classes dominantes, que em nome do desenvolvimento acelerado e da manutenção de seus privilégios aprofundou a incorporação da economia nacional e às estruturas capitalistas internacionais de poder. A partir disso Florestan conclui:

Um capítulo na história econômica do Brasil se encerrou; e, com ele, foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa. Outro capítulo se abriu, pelo qual o passado se repete no presente: mais uma vez, o privilegiamento do agente econômico, social e político principal serve de base a toda uma nova evolução (RBB, p. 257).

A vinculação do crescimento econômico aos capitais externos limitou a capacidade de ação coletiva em dois níveis concomitantes: o de classe e o nacional¹³⁰. Por isso, ainda que se disseminasse a “ideologia do progresso” para a população brasileira, a própria vinculação aos capitais externos e o desenvolvimento histórico do capitalismo – que

¹³⁰ Cf. RBB p. 389

articulou em âmbito nacional os elementos “modernos” aos elementos “arcaicos” – já tolhia as possibilidades de plena integração da população brasileira.

Ao analisar a formação dos sujeitos políticos no processo social da transformação capitalista no Brasil o autor coloca a burguesia dependente como a classe que foi capaz de tomar consciência de seus interesses e levar a cabo as mudanças necessárias no contexto histórico. Isso não significa que não havia luta de classes na sociedade brasileira, o importante para análise é desvendar o porquê tais agentes humanos (as classes *não-possuidoras*) não contaram com condições de se organizar e lutar pelo seu destino, ficando atreladas aos interesses das classes dominantes e arcando com os custos da associação com o capital internacional.

O processo histórico-social favoreceu as condições para o aparecimento de uma única classe social, que poderia, a partir de sua situação de classe, ter consciência de seus interesses como e enquanto classe para lutarem por eles no processo de transformação social. Por isso, para Florestan, a sociedade de classes sob o capitalismo dependente deu continuidade a uma rígida estrutura social, que só era aberta para as classes dominantes.

Para o autor, a história da revolução burguesa no Brasil é a história da consolidação da burguesia brasileira, o sujeito político da transformação. No entanto, o que se consolidou no Brasil não foi o modelo clássico do capitalismo, mas o capitalismo dependente, que reciclou a dominação externa e as segregações regionais, raciais e sociais. Do ponto de vista do autor houve uma separação do tempo político e do tempo econômico no processo de revolução burguesa. Nesse sentido, só se justifica para Florestan falar em revolução burguesa porque:

o capitalismo dependente não exclui a correlação entre monopólio de poder econômico e monopólio de poder político pela mesma classe social. A burguesia constrói, nos seus interesses e em sua situação de classe, os fundamentos de sua dominação social e política sobre as demais classes (SCS, p. 89).

O caráter do Estado no capitalismo dependente assumiu, portanto, uma forma particular, pois as classes burguesas dependentes tiveram de se proteger de dois antagonismos distintos que ela mesma criou. Por um lado, as classes operárias e destituídas – vistas como o inimigo principal – e, por outro, os interesses que atingem as burguesias e os focos de poder das sociedades capitalistas hegemônicas – que seria o seu “aliado

principal”. Apenas com a constituição de um Estado forte/autocrático as classes dominantes conseguiriam a manutenção da sociedade excludente que requer o capitalismo dependente, uma vez que:

Sem o controle absoluto do poder, que as classes burguesas podem tirar da constituição desse estado, seria inconcebível pensar-se como elas conseguem apropriar-se, com tamanha segurança, da enorme parte que lhes cabe no excedente econômico nacional; ou ainda, *como elas logram dissociar, quase a seu bel-prazer, democracia, desenvolvimento capitalista e revolução nacional* (RBB, p. 408– grifos do autor).

Esse padrão autocrático de dominação foi também uma forma de impedir que as massas populares conquistassem espaço político na sociedade de classes, e foi em torno do excedente de poder a partir do Estado que a burguesia brasileira manteve a defesa ativa, consciente e organizada de seus interesses de classe. Numa sociedade dependente, onde o cálculo capitalista necessita levar em conta a superexploração do trabalho, não poderia se abrir a possibilidade democrática, dessa forma, a ordem social no Brasil foi caracterizada como fechada e autocrática.

É pensando a conclusão da revolução burguesa com um caráter autocrático que o autor radicaliza a crítica às possibilidades de integração, da construção de um capitalismo democrático e nacional, que incorporasse as necessidades da população às necessidades da acumulação. Por isso aponta para todas as debilidades e dificuldades de se consolidar um regime de classes no Brasil, pensando as dificuldades de inserção dos setores subalternos na sociedade de classes. Por isso o autor conclui:

Temos, aí, não a ordem social competitiva “ideal”, mas a que se torna possível em uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida. Ela se ajusta como uma luva ao capitalismo dependente e às seqüelas do desenvolvimento desigual interno ou da dominação imperialista externa. Contudo, ela não lembra, nem de longe, a flexibilidade dessa mesma ordem nas condições de um desenvolvimento capitalista autônomo ou hegemônico; e tampouco pode preencher suas “funções normais” quanto à dinamização do regime de classes. Porque ela é uma ordem social competitiva que *só se abre* para os que se classificam positivamente em relação a ela; *e que só é competitiva* entre os que se classificam positivamente, para as classes possuidoras, ou seja, para os ricos e poderosos (RBB, p. 385).

Essa citação é esclarecedora sobre como Florestan, a partir do seu sistema explicativo, percebe as “debilidades” do capitalismo brasileiro. Por isso entendemos que se o autor

coloca a possibilidade de inserção dos negros na sociedade de classes – ainda que de forma subalternizada – na INSC, ele a refuta diretamente ao fazer a sua análise sobre a revolução burguesa, percebendo uma relação direta entre a manutenção dos privilégios dos setores dominantes e as diferentes formas de desigualdades, seja elas de “raça” e/ou de classe.

5. “Raça” é classe!?

A estrutura social brasileira operou durante séculos através de um código social baseado na hierarquia entre as “raças”. Os processos de integração do negro que foram possibilitados pelo crescimento da economia não romperam, entretanto, com esse aspecto social, sendo o racismo importante elemento para pensarmos a relação entre *status* e posição social. Por isso que Florestan aponta para um paralelismo entre “raça” e classe, colocando o racismo como um elemento fundamental para entendermos a formação social brasileira. Dessa forma mesmo com o processo de ascensão social, o preconceito e a discriminação racial não desapareceram, tendo isso em vista que Florestan coloca:

O “negro que sobe”, por sua vez, possui interesses que o levam a reduzir as diferenças diante do “branco” às implicações da posição social. Contudo, ele enfrenta dificuldades em “sair da própria pele”. Ao forçar a participação das “prerrogativas de direito”, inerentes à sua posição social, descobre que esta não é tudo e que a cor se impõe como um fantasma real (INSC II, p. 331).

Com isso, a desigualdade já inerente a qualquer sociedade estratificada em classes sociais foi reforçada e reciclada pela desigualdade racial. Por isso, as “atitudes e orientações raciais são um padrão cultural tão difundido na sociedade brasileira quanto o foi a escravidão no passado” (NMB, p. 90). Isso se coloca como mais um elemento para pensarmos as persistências do passado no presente, dando continuidade aos privilégios dos setores sociais. Tendo isso em vista Florestan coloca que “A persistência dos dois elementos [o preconceito e a discriminação racial] após a desintegração da escravidão explica-se pelo fato de não haver o sistema de classes destruído todas as estruturas do *ancien regime*, principalmente as estruturas das relações de raça” (NMB, p. 91). Por isso, mesmo com a ascensão social dos negros, sua degradação material e moral ainda operavam de forma intensa. Nesse sentido, o surgimento dos movimentos negros tiveram uma importante função. Até sua formação, o setor negro da população brasileira, largado aos

estados de *anomia* e *pauperização*, não tinham elementos para criar uma imagem coerente de si mesmo, dessa forma se viu na contingência de ser entendido e explicado pela imagem que o “branco” fazia dele. Por isso para Florestan a situação de “raça” e de classe se misturaram no Brasil, segundo o autor,

(...) seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classe. (...) O que desapareceu historicamente – o “mundo colonial” – subsiste institucional e funcionalmente, ainda que de forma variável e desigual, conforme os níveis de desorganização da vida humana que se considerem. Ele vive, pois, em quase tudo que é essencial para o capitalismo dependente: na posse da terra, na organização da agricultura, na autocracia dos poderosos, na espoliação sistemática e marginalização dos pobres, no particularismo e no farisaísmo das elites, na apatia ou na confusão das massas oprimidas e, principalmente, nos padrões de relações étnicas e raciais (NMB, p. 289).

No momento em que escreveu a INSC apontou para os diferentes obstáculos enfrentados pelos negros na sociedade brasileira. Dessa forma indicou para as necessidades de políticas públicas que concorressem para a correção de tais obstáculos¹³¹. O autor parecia acreditar que a partir da criação de políticas afirmativas fosse possível alterar a condição de marginalidade de amplos setores da população negra. No entanto, ao fazer a sua análise da revolução burguesa no Brasil, e perceber o movimento histórico do capitalismo brasileiro essa crença parece ter sido superada. Isso porque ao entender a revolução burguesa como uma contra-revolução preventiva, colocou a segregação social como algo que essa modalidade de capitalismo prescindia. Isso ocasionou uma particularidade na estrutura social brasileira, que precisou conciliar as diferentes formas de desigualdades. Nas suas palavras:

Os brancos desfrutam de uma hegemonia completa e total, como se a ordem social vigente fosse, literalmente, uma combinação híbrida do regime de castas e do regime de classes. No que diz respeito à integração do branco ao sistema de relações sociais, só o último regime possui vigência plena. Quando se trata do negro ou do mulato, porém, os dois regimes se combinam de forma variáveis,

¹³¹ No final da INSC II Florestan apontou para a necessidade de políticas de correção da situação do negro, as políticas afirmativas. Nas palavras do autor: “À luz do que pudemos desvendar, a respeito da situação do negro e do mulato em São Paulo, parece óbvio que se deve pensar numa mudança radical de tal orientação e de modo a se levar em conta, também, contingentes populacionais localizados nas grandes cidades. No estabelecimento de uma política de integração racial assim orientada, os diversos segmentos da “população de cor” merecem atenção especial e decidida prioridade” (p. 575).

sempre fazendo com que influências arcaicas operem livremente, revitalizando de modo extenso e profundo uma ordem racial que já deveria ser uma relíquia histórica (NMB, p. 117).

Por isso a manutenção do racismo é algo primordial para a manutenção dos privilégios de classe. Dessa forma, entendemos que a superação do capitalismo dependente precisa contar com uma ideologia que alie a luta anti-classista à luta anti-racista. Por toda a história de espoliação vivida pelo “povo negro” no Brasil a luta anti-racista pode trazer um forte fermento revolucionário.

Considerações finais

Para nós uma infinidade de questões se colocaram ao estudar o pensamento de Florestan Fernandes. Queremos apontar aqui duas considerações que se abriram a partir do estudo das relações entre “raça” e classe na obra do autor.

A primeira questão que nos chamou atenção refere-se ao estudo do papel que a mulher negra assumiu na sociedade brasileira. O estudo da obra desse autor nos atentou para a necessidade de um aprofundamento do papel da mulher negra no processo de formação social do Brasil.

Ao analisar o papel da mulher na família desintegrada no “meio negro” o autor traz importantes questões para apreendermos as particularidades sobre a formação e atuação dessas mulheres na sociedade brasileira. Faz diversos apontamentos sobre a questão da mulher ao analisar a família como um dos aspectos que considera um “desvio sociopático” para a integração do negro na sociedade brasileira. Para além da crítica do método do autor entendemos tais apontamentos (tratados como desvios na *Integração do Negro na Sociedade de classes*) como elementos essenciais para refletirmos sobre a especificidade da mulher negra na formação social brasileira. Embora não fosse o foco do estudo é interessante observarmos como a questão de gênero aparece nos estudos sobre a questão racial.

Percebemos ao longo desse estudo, a necessidade do entendimento do papel que essas mulheres desempenhavam em uma sociedade marcada pelo machismo e pelo racismo. Dessa forma, uma reflexão ficou para nós: quais os efeitos do “mito da democracia racial” sobre as mulheres negras? Esse reflexão nos leva a articular a opressão sofrida nas diferentes relações sociais de classe, “raça” e gênero.

No momento em que se buscava a afirmação de uma “brasilidade”, a idéia da democracia racial, e da mestiçagem como particularidade do *povo* brasileiro foi fortemente difundida. Nesse período, anunciava-se a *democracia racial* brasileira e celebrava-se a mistura das “raças” negra, indígena e branca. Valorizava-se o mestiço e a mulata, como símbolo nacional brasileiro.

Junto a isso, condição econômica da “população negra” jogou as mulheres nas ruas. Na transição para o trabalho assalariado muitas dificuldades foram apresentadas para a

inserção dos negros no mercado de trabalho. As mulheres, nesse momento, assumiram um protagonismo importante para o sustento da família, pois encontraram mais facilidade de obter uma fonte estável de ganho nas cidades. A fonte de renda proporcionada pelo trabalho da mulher foi fundamental. Isso coloca uma reflexão para pensarmos o trabalho reprodutivo no Brasil, pois esse deve ser pensado articulando as esferas de classe, “raça” e gênero. Não é à toa, porém, que os serviços domésticos, ou aqueles que são considerados na esfera da reprodução, continuam ainda hoje como os mais mal remunerados na sociedade. Dessa forma, as domésticas lutam ainda hoje pelo reconhecimento de sua profissão.

Essa reflexão sobre a mulher negra na sociedade brasileira trouxe para nós a necessidade de entender como se deu o processo de formação dessas mulheres como sujeitos políticos na sociedade brasileira. Diante da tripla opressão sofrida por essas mulheres quais eram suas alternativas políticas para debaterem e superarem a sua situação social? Sabe-se que a participação feminina no interior dos movimentos negros foi algo recorrente na história. O interessante é observar que, nos últimos vinte anos com o surgimento de organizações específicas de mulheres negras o protagonismo dessas mulheres ficou ainda mais nítido. O estudo feito por nós aponta elementos importantes para pensarmos sua atuação e seu protagonismo. Entretanto, essas inúmeras questões específicas sobre a mulher negra necessitam de um estudo mais aprofundado.

No processo de formação das mulheres negras enquanto sujeitos políticos, seu discurso feminista, antiracista e anticlassista podem assumir uma dimensão transformadora importante, pois à luz das estruturas da sociedade, podemos dizer que a mulher negra pôs à prova os padrões, os sistemas e as instituições da sociedade brasileira, já que ao lutarem por seus direitos de cidadania explicitaram suas contradições e inconsistências. Ao se afirmarem na cena como trabalhadoras, chefes de família e mães-solteiras, à revelia de uma sociedade racista, sexista e classista que formou uma imagem ultra degradada dessas mulheres, mostraram o tamanho de sua força política mesmo com as constantes violências do seu cotidiano. Por isso o estudo das mulheres negras na formação social brasileira é de ampla pertinência, revelando aspectos da luta feminista, anti-racista e da própria formação da classe trabalhadora brasileira.

Outro ponto, não menos importante, que o estudo da obra de Florestan Fernandes nos fez refletir e questionar são as “novas” promessas do “novo” desenvolvimento que o Brasil

vive nos dias de hoje. Partindo das premissas do autor, devemos encarar essas transformações conjunturais não como uma nova fase do desenvolvimentismo, ou nos termos que colocam os muitos autores como *neodesenvolvimentismo*. Nesses últimos anos, principalmente a partir do governo Lula, se tem investido em grandes obras de infraestrutura, o que ocasionou certo aumento no número de empregos. Além disso, as políticas de transferência de renda presentes nos programas sociais do governo trazem consigo o discurso da diminuição da desigualdade social. Junto a isso, as políticas de expansão de crédito e a tão proclamada “classe C” trazem consigo a apologia do governo Lula e uma “nova” expectativa de ascensão social.

Esse novo momento do crescimento econômico, vivido nos últimos anos, trouxe consigo uma série de consequências que pareceram melhorar a vida do *povo* brasileiro. Esse novo momento de expansão trouxe uma questão para nós: qual o impacto sobre a classe trabalhadora brasileira? Qual o impacto sobre a “população negra”?

A obra do autor, ao refletir sobre as possibilidades da formação da classe “em si” e “para si” trazem importantes questões para pensarmos essa “nova classe”. O governo Lula, ao se dirigir para as massas populares, propaga a idéia de que houve um desenvolvimento que incluiu os setores *despossuídos*. Todo o processo de crescimento econômico acaba por incluir setores da população no processo. O que se enfatiza, entretanto, é a capacidade de consumo que tais setores adquiriram, aquecendo, dessa forma, o mercado interno brasileiro. Mas no que tange às questões substantivas, estruturais, parece que pouco mudou. Os trabalhadores brasileiros deixaram de perder parte de sua vida se deslocando durante horas para o trabalho? Deixaram de se preocupar com as chuvas e as enchentes presentes todo o ano, sempre com a preocupação de perderem o pouco que têm para a água? E o sistema de saúde e de educação públicos, houve uma melhora substantiva? As lutas por terra e por moradia digna se tornaram desnecessárias?

O que parece é que a modernização, e o *neodesenvolvimentismo* ocultam os problemas estruturais da sociedade brasileira, ao proclamar para o crescimento e a nova “classe C”. Ao querer atingir tal setor pelo seu razoável poder de consumo, escondem todos os “perrengues” que o *povo* passa diariamente.

Pensando a partir do nosso entendimento da obra de Florestan Fernandes não houve nem desenvolvimento nem pode haver neodesenvolvimento. Isso porque o

desenvolvimento das forças produtivas deve estar vinculado à solução dos problemas básicos da população nacional. O processo de modernização baseado na *dupla articulação* consolidou uma sociedade fortemente marcada pela segregação social, uma vez que essa articulação não foi superada, a extrema concentração de renda e de poder e a superexploração do trabalho ainda são realidades vivas no Brasil do século XXI. As conseqüências do neoliberalismo para a classe trabalhadora parecem atualizar o debate feito pelo autor no que diz respeito à manutenção da ordem capitalista dependente no Brasil.

A implementação das políticas neoliberais no Brasil transformou consideravelmente as relações no seio da classe trabalhadora. Evidenciou-se o aumento da repressão, enormes índices de pauperização, expropriação, desemprego, empobrecimento no campo e nas cidades, etc. As inúmeras desocupações (como ocorreu esse ano com o violento processo de desocupação do Pinheirinho em São Jose dos Campos- SP) e desapropriações ilustram para quem esse “novo” processo de crescimento está vinculado.

No que diz respeito às políticas específicas da população negra houve um avanço na discussão que veio junto às políticas afirmativas. Hoje já existem centenas de órgãos estaduais e federais que fazem o combate ao preconceito racial.

No que diz respeito ao acesso à educação superior, houve um avanço com as cotas raciais, já que estas proporcionam não só o acesso à universidade, mas a ampliação da discussão no que se refere as desigualdades raciais. Ainda que isso não resolva o problema da histórica desigualdade racial, trouxe a tona os problemas enfrentados por esse setor da população, e pode fazer cair a máscara da “democracia racial”. A questão que fica, ao pensarmos a obra do Florestan é que se as relações entre “raça” e classe são paralelas, as políticas que buscam diminuir a desigualdade racial não devem ocultar as diferenças de classe. É importante que tais políticas sejam um importante impulso para explicitar as contradições inerentes a uma sociedade que se baseia na segregação racial e social. Não é à toa que ainda hoje, em pleno século XXI os negros ainda trabalham nos setores econômicos com as piores condições (como a agricultura, a construção civil, o trabalho doméstico), sendo que grande parte se encontra entre os profissionais assalariados sem carteira de trabalho. Dessa forma, a discussão racial não deve estar desvinculada da discussão de classe e vice-versa.

Assim, o estudo feito por nós aqui explicitou a necessidade da luta política por uma transformação substantiva da sociedade brasileira trazer a discussão racial, já que a classe trabalhadora no Brasil tem a cor da pele negra.

Bibliografia:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Dilemas do Brasil moderno: a questão racial** na obra de Florestan Fernandes. In: Raça, Ciência e Sociedade, Orgs. Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 1996. (p.195-203)

BASTIDE, R; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. 4a edição revista, Global editora, São Paulo, 2008 [1955].

BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. Global editora, São Paulo: 2006.

_____. **A questão social e a sociologia paulista**. In: Ver. São Paulo em perspectiva; 5(1): 31-39, jan/mar 1991.

_____. **A questão racial e a revolução burguesa**. In: O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Maria Angela D’Incao. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

_____. **Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista**. In: O que ler na ciência social brasileira 1970-2002 (vol. IV) Sérgio Miceli (org.). – São Paulo: ANPOCS: Ed. Sumaré; Brasília, DF: Capes, 2002. (p. 183- 230)

BIELCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Cinquenta anos de pensamento na Cepal – Uma resenha. In: **Cinquenta anos de pensamento na Cepal** – Ricardo Bielschowsky (org.); tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRAZIL, Érico Vital & SCHUMACHER, Schuma (org.). **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução social em Florestan Fernandes**. 1995. Texto disponível em: www.iea.usp.br/artigos.

CORREIA, Mariza. **Sobre a invenção da mulata**. Cadernos Pagu (6-7) 1996: pp. 35-50

PINTO, L. A. Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

DEMIER, Felipe. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira**. Revista Outubro. São Paulo: Alameda, n. 16, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13ª edição, São Paulo: Editora Nacional, 1987.

_____. Coleção Grandes Cientistas Sociais (org. José Albertino Rodrigues). Parte II (Divisão do trabalho e suicídio). São Paulo: Ática: 1981.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento** 5ª Ed. rev. – São Paulo: Global, 2008. (1ª edição de 1968: os textos reunidos no livro foram escritos entre 1965 e 1967).

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Florestan Fernandes. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2006. (1ª edição: 1975)

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina** 2ª ed., Zahar editores, Rio de Janeiro: 1975. (1ª edição de 1972: os textos reunidos no livro foram escritos entre 1969 e 1971)

_____. **Circuito Fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010. (1ª Ed. 1976)

_____. **A Integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça braça, Vol. I. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008. (1ª Ed. 1965)

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar da nova era, Vol. II Ed. São Paulo: Globo, 2008. (1ª Ed. 1965)

_____. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. 2ª Ed. Livraria pioneira editora. São Paulo, 1971 [1960]

_____. **A Sociologia numa era de revolução social**. Companhia editora nacional. São Paulo: 1963.

_____. Prefácio a segunda edição de **A Sociologia numa era de revolução social**. Zahar editores, Rio de Janeiro: 1976. (p. 9-14)

_____. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª edição: São Paulo: Global, 2007 [1972]

_____. **O protesto negro**. In: Revista São Paulo em perspectiva, 2(2): 15-17, abril/junho 1988a

_____. **Luta de raças e de classes**. In: Teoria e Debate nº 02 - março de 1988b disponível em: <http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antteriores/sociedade-luta-de-racas-e-de-classes> publicado em 29/03/2006

_____. **O significado da ditadura militar**. In: 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Caio Navarro de Toledo (org.). – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. (p. 141-148).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17ª Ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1980. (1ª edição: 1959)

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. Editora 34, São Paulo: 2002

_____. Depois da democracia racial. In: Tempo Social Revista de Sociologia da USP, vol. 18, n. 2, 2006 (p. 269-287). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a14v18n2.pdf>

_____. Democracia racial. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais**: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber. 3ª Ed. Editora da Unicamp, Campinas-SP: 2002

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo, Editora Ática 8ª Edição, 2005.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: **Dicionário crítico do feminismo**. HIRATA, H. *et al* (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. 2ª Ed. Editora Hucitec, São Paulo 1988
_____. **Florestan Fernandes e a formação da Sociologia Brasileira**. In: Florestan Fernandes – Coleção grandes cientistas sociais, Octavio Ianni (org.). São Paulo, Ática, 1986.

LENINE, Vladimir. **Imperialismo estágio supremo do capitalismo**. 2ª Ed. Textos Nosso Tempo, Centelha. Coimbra: 1974.

MAIO, Marcos Chor. **A história do Projeto UNESCO**: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Tese de doutorado, Rio de Janeiro Iuperj (1997).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I tomos I e II: O processo de produção do capital. Coleção os economistas, São Paulo: Nova cultural, 1985.
_____. Salário, preço e lucro. Coleção os economistas, 2ª Ed., São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH – Unicamp, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil**. In: Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. Lilia Moritz Schwarcz e Letícia Vidor de Souza Reis (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do. **Teatro Negro do Brasil**: uma experiência sócio-racial. Revista Civilização Brasileira, ano IV, caderno especial n. 2, Rio de Janeiro: julho de 1968.

OLIVEIRA, Helio Azara. **O conceito marxiano de “capital como tal”**: Um estudo a partir do livro primeiro d’*O Capital*. Tese de Doutorado em Filosofia, IFCH- Unicamp, 2012.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvados, Bahia. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH – Unicamp, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. Coleção grandes nomes do pensamento brasileiro. (1ª edição: 1942)

_____. **História e desenvolvimento:** contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2ª reimpressão, 2001. (1ª edição 1972)

_____. **A Revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2004. 2ª reimpressão da 7ª edição 1987. (1ª edição: 1966)

ROMÃO, Wagner de Melo. **A experiência do Cesit:** Sociologia e política acadêmica nos anos 1960. Dissertação de mestrado USP, São Paulo: 2003.

SACCHETTA, Vladimir. **Sumário do Curriculum de Florestan Fernandes.** In: Estudos Avançados 10 (26), 1996.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie:** Os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOARES, E. V.; BRAGA, M. L. S.; COSTA, D. V. A. **O dilema racial brasileiro:** de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. In: Sociedade e cultura, v. 5, n. 1, Jan./Jun. 2002, p. 35-52

TOLEDO, Caio Navarro. **O Governo Goulart e o Golpe de 64.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 13ª Ed. 1993. [1ª Ed. 1982]

_____. **ISEB: Fábrica de Ideologias.** Rio de Janeiro: Editora Unicamp, 1997.

_____. **Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo.** In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil. Vol. III.* São Paulo: Editora Unicamp, 2ª edição, 2007.

TROTSKY, León. **A História da Revolução Russa, Vol. I.** Editora Saga, Rio de Janeiro, 1967.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Livraria pioneira editora e Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. I. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 1994

_____. **A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais.** In: Coleção grandes cientistas sociais, São Paulo: Ed. Ática, 1997.